

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Educação**

KARINA CÁSSIA OLIVEIRA REIS

**AS REVISTAS *EDUCAÇÃO* (1931-1932), *REVISTA DE EDUCAÇÃO*
(1933-1944) E *EDUCAÇÃO* (1945-1961) COMO FÓRUNS DE
DISCUSSÕES SOBRE DIDÁTICA**

**Marília-SP
2017**

KARINA CÁSSIA OLIVEIRA REIS

AS REVISTAS *EDUCAÇÃO* (1931-1932), *REVISTA DE EDUCAÇÃO* (1933-1944) E *EDUCAÇÃO* (1945-1961) COMO FÓRUMS DE DISCUSSÕES SOBRE DIDÁTICA

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha: História e Filosofia da Educação.

Área de Concentração: História da educação; História; Política; e Ciências Humanas.

Orientadora: Dr^a. Rosane Michelli de Castro.

Marília- SP.

2017

Reis, Karina Cássia Oliveira.

R375r As revistas Educação (1931-1932), Revista de Educação (1933-1944) e Educação (1945-1961) como fóruns de discussões sobre didática / Karina Cássia Oliveira Reis. – Marília, 2017.

147 f. ; 30 cm.

Orientador: Rosane Michelli de Castro.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 122-131

1. Educação - História. 2. Educação. 3. Didática. 4. Educação – Periódicos – 1931-1961. I. Título.

CDD 371

KARINA CÁSSIA OLIVEIRA REIS

AS REVISTAS *EDUCAÇÃO* (1931-1932), *REVISTA DE EDUCAÇÃO* (1933-1944) E *EDUCAÇÃO* (1945-1961) COMO FÓRUNS DE DISCUSSÕES SOBRE DIDÁTICA

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Rosane Michelli de Castro

Comissão avaliadora

Orientadora: Dr^a. Rosane Michelli de Castro
(FFC- Unesp- Marília)

Examinadora: Dr^a. Elieuzza Aparecida de Lima
(FFC- UNESP- Marília)

Examinadora: Dr^a. Renata Rinaldi Portela
(FCT- UNESP- Presidente Prudente)

Marília- SP.

2017

Ao meu pai, Otávio Reis (*In memoriam*), que partiu deste mundo terrestre e devastador; à minha mãe, Noélia Rosa: negra, nordestina e o meu porto seguro; ao meu companheiro, Jonas Rangel, que sempre desafiou as minhas limitações intelectuais. O meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS:

aos meus pais: Otávio Reis, que partiu do seu corpo carnal em 02/08/2015, deixando um legado de perseverança e fé para continuar a viver; à minha mãe Noélia Rosa, retirante, nordestina e negra que ascendeu da pobreza e conseguiu estudar. Mãe, você é o meu bem maior neste mundo;

ao meu companheiro de luta acadêmica e amorosa, Jonas Rangel de Almeida, aquele que sempre me motivou a enfrentar os meus medos intelectuais e que me deu e ainda me dá muito carinho, atenção e amor. Você me sustentou neste processo, a você o meu eterno amor e gratidão;

aos meus irmãos: Otávio José Oliveira Reis, pela paciência e carinho; e Pitter Carlos de Oliveira, pelo carinho inestimável e zelo;

a todas as mulheres negras de minha estimada família, que lutaram para que eu chegasse até aqui: Corina Oliveira; Estelita Rosa de Oliveira; Noélia Rosa de Oliveira Rosalina de Oliveira; Graziela de Oliveira; Josiane de Oliveira; Lúcia de Oliveira; Celeste de Oliveira; Maria de Oliveira; Keity de Oliveira; e Nereide de Oliveira, a vocês o meu eterno respeito e amor;

à minha querida Cin, que lutou por mim. Eu não estaria completando esta etapa de minha vida caso você não estivesse ao meu lado. De fato, preciso de algumas palavras-chave para descrever o que você significa/ou em minha vida: resistência; resiliência; amor; perseverança e fé. Gratidão eterna, Cin;

à minha querida Angélica Pall Oriani, que me sustentou e esteve de braços abertos para acalantar a minha dor neste processo. Você tocou o meu coração;

à Denise Lopes, minha amiga, que me deu todo amor e apoio deste mundo, que por dias a fio escutou as minhas angústias, lamúrias e tormentas; a você todo o meu amor e gratidão;

aos amigos inestimáveis, Isabela Saraiva, Sara de Castro , Camila Silva, Felipe Janini, Camila Flausino, Juliana Pineda, Bruno Agostinho, Franklin Jacard, Mateus Maciel, Thamires Toledo, Ludmila Spana, Letícia Florencio, Maria Ferrareze, Fernanda Chiacchio, Érika Khole, Paula Cristina, Gustavo Meletti, Fábio Morelli, Telma Jorge; Ana Galante e Júlia Argento; que sempre me apoiaram nesta saga e em tantas outras da vida;

em especial à Professora Rosane Michelli de Castro, pelas cuidadosas orientações e contribuições imensuráveis. Além disso, pude conhecer a sua postura humana e ética. Você me sustentou neste processo. Ninguém neste mundo faria o que você fez por mim. Mulher nobre, humana, inteligente, justa e de boas atitudes éticas. A você, todo o meu amor. Se hoje estou concluindo esta etapa de minha vida é porque você lutou por mim;

aos professores convidados, Dr^a Elieuzza Aparecida de Lima e a Dr^a. Renata Rinaldi, pelo aceite em participar das bancas de qualificação e defesa. Com certeza, todas as suas contribuições serão inestimáveis;

aos integrantes do GP-FORME-Formação do Educador, pelas imensuráveis contribuições;

ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo incentivo e suporte financeiro, por acreditarem, mesmo que indiretamente, no potencial desta pesquisa;

aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Unesp, campus de Marília, em especial, à Luciana Biondo e à Ana Paula Rodrigues;

aos funcionários dos acervos que consultei durante o desenvolvimento da pesquisa: Janaína Celoto Guerrero, da Biblioteca da FFC- Unesp – Marília; Arlene Moreira da Silva Garcia, do Instituto de Pesquisas Educacionais “ Prof. Sud Mennucci”, em São Paulo-SP; Maria Luiza Lourenço, da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP, em São Paulo-SP; Wellington Ferreira Godoi, do Acervo Histórico do Livro Didático, da Biblioteca Infanto-Juvenil “Monteiro Lobato”, em São Paulo-SP.

“Constuma-se pensar a educação do ponto de vista da relação entre ciência e a técnica ou, às vezes, do ponto de vista da relação entre teoria e prática. Se o par ciência/técnica remete a uma perspectiva positiva e retificadora, o par teoria/prática remete sobretudo a uma perspectiva política e crítica. De fato, somente nesta última perspectiva tem sentido a palavra “reflexão” e expressões como “reflexão crítica”, “reflexão sobre ou não prática”, “reflexões emancipadoras” etc.” (Jorge Larossa Bondía- Notas sobre a experiência e o saber de experiência, 2002, p.20).

REIS, Karina Cássia Oliveira. **As revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961) como fóruns de discussões sobre Didática.** 2017. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado resulta de pesquisa motivada pela experiência em sala de aula da pesquisadora, como Pedagoga, e está vinculada aos grupos de estudos e pesquisas: HiDEA – Brasil – História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil; e GP FORME – Formação do Educador, coordenados pela Dr^a. Rosane Michelli de Castro. Dos estudos desenvolvidos em ambos os grupos de pesquisa, sobre a história da Didática, história das disciplinas escolares no Brasil e sobre a história dos periódicos educacionais no Brasil, surgiu o seguinte problema de pesquisa: as temáticas referentes à Didática foram objetos de discussões nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961)? Mesmo considerando que tais revistas também passaram por fases de sua existência anteriores ao período delimitado, em que circularam sob outras denominações, foi delimitado como *corpus* da pesquisa as mencionadas acima porque abarcam o período entre a década de 1930 e 1960, período em que, segundo Garcia (2000), a Didática passou a se constituir como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores em nível superior no Brasil. Assim, considerando tais aspectos identificados por Garcia (2000), os aspectos da atuação dos profissionais da educação à frente das revistas educacionais apontados por Nery (2009), e da história da formação docente apontados por Saviani (2006), Tanuri (2000) e Reis (2015), aspectos esses que corroboraram para a delimitação temporal da pesquisa e, em decorrência, do seu *corpus* documental. A hipótese que foi possível formular para responder à problemática elaborada foi a de que as revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961) constituíram-se em fóruns de discussão também sobre Didática. Assim, foi desenvolvida pesquisa histórica, quanto à abordagem, e documental, quanto às fontes. Tal pesquisa teve como objetivo geral identificar, analisar e compreender aspectos das discussões sobre a Didática nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961). Ainda, foram objetivos específicos da pesquisa, analisar e compreender: aspectos da materialidade das revistas, *corpus* da investigação, referentes aos aspectos tipográficos e nomenclaturas das revistas, à predominância e recorrência das temáticas bem como informações sobre colaboradores e sobre a quantidade de artigos por colaborador; aspectos constitutivos dos artigos sobre Didática – texto propriamente dito e do discurso constituído a partir dos sentidos produzidos no ato da leitura; aspectos em relação à formação de professores no período de publicação das revistas (1931-1961), formação essa, ao mesmo tempo, “técnica” e “humanista”; os sentidos atribuídos à Didática pelos produtores dos artigos analisados; aspectos em relação aos conteúdos que foram ensinados nos vários níveis de ensino, sobretudo no ensino “secundário” e “primário”; contribuir para uma história da Didática no Brasil. O quadro teórico-metodológico da pesquisa constituiu-se também mediante as formulações sobre história das disciplinas escolares. Nesse sentido, foi possível considerar que as revistas analisadas constituíram-se em fóruns de discussões sobre Didática e tais discussões contribuíram para momentos da trajetória histórica da Didática no ensino primário, secundário e superior no Brasil.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Didática. Revistas *Educação* (1931-1932)/*Revista de Educação* (1933- 1944)/*Revista Educação* (1945-1961). Fóruns de discussão.

REIS, Karina Cássia Oliveira. **The *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) and *Educação* (1945-1961) journals as discussion forums about Didacticism.** 147 f. Masters Dissertation on Education—São Paulo State University (UNESP), School of Philosophy and Science, Marília, 2017.

ABSTRACT

This masters dissertation is a result of a research motivated by the researcher's classroom experience as a pedagogue, and it is linked to the following research and study groups: History of educational and academic disciplines in Brazil (HiDEA, in Portuguese); and Educator's Formation (GP FORME, in Portuguese), both coordinated by Prof. Rosane Michelli de Castro. From the studies developed in both research groups, concerning the history of Didacticism, history of academic disciplines in Brazil, and the history of educational journals in Brazil, the following research problem arose: did the Didacticism themes were objects of discussion in the *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) and *Revista Educação* (1945-1961) journals? Even considering that those journals also went through phases of their existence prior to the delimited period, during which they circulated under different denominations, the periods cited above were delimited as the *corpus* of this research because they cover the period between 1930 and 1960, period in which, according to Garcia (2000), Didacticism started to constitute itself as a knowledge field and a discipline in teacher's formation higher education courses in Brazil. Therefore, considering aspects identified by Garcia (2000), the performance aspects of the education professional ahead of the educational journals indicated by Nery (2009) and the history of teacher formation indicated by Saviani (2006), Tanuri (2000) and Reis (2015), those aspects corroborated to determine the timeline of this research and, in consequence, its documental *corpus*. The possible hypothesis found to answer the elaborated problematic was that the *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) and *Revista Educação* (1945-1961) journals constituted themselves as discussion forums about Didacticism, among other subjects. Therefore, a historical research was developed regarding the approach, and a documental research was developed regarding the sources. This research had, as a general objective, to identify, analyze and comprehend discussion aspects of Didacticism in the *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) and *Revista Educação* (1945-1961) journals. And yet, this research had, as specific objectives, to analyze and comprehend the following: aspects of the materiality of journals, *corpus* of this investigation, regarding the journal's typography and nomenclatures, to the predominance and recurrence of themes as well as information about the collaborators and about the quantity of articles per collaborators; constitutive aspects of the Didacticism articles – the text itself and the discourse constituted from the senses acquired during the reading act; aspects regarding teachers formation during the period in which the journals were published (1931-1961), formation that was, at the same time, both “technical” and “humanist”; the senses attributed to Didacticism by the producers of the analyzed articles; aspects according to the content that was taught in various levels of education, mainly in high school and primary school; and to contribute to a Didacticism history in Brazil. The theoretical and methodological focus of this research was also constituted through formulations on the history of academic disciplines. In this sense, it was possible to consider that the analyzed journals constituted themselves as discussion forums about Didacticism, and such discussions contributed to the historic trajectory of Didacticism in primary school, high school and higher education in Brazil.

Keywords: Education. History of Education. Didacticism. *Educação* (1931-1932)/*Revista de Educação* (1933-1944)/*Revista Educação* (1945-1961) journals. Discussion forums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sumário da revista <i>Educação</i> , v. 1, n. 2, nov., de 1927	35
Figura 2 Capa e sumário da revista <i>Escola Nova</i> , n. 1, out./dez., 1930	39
Figura 3 Sumário da revista <i>Educação</i> , v. VIII, n. 6 e 7, jun./jul., 1932	43
Figura 4 Capa e sumário da <i>Revista de Educação</i> , v. II, n. 2, jun., 1933	44
Figura 5 Revista <i>Educação</i> , v. XXIV, n. 50 a 59, jan./dez., 1946	45
Figura 6 <i>Revista de Educação</i> , v. XXXVII, n.60/61, set./dez., 1951	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Artigos da revista <i>Educação</i> , de 1932	51
Quadro 2 Artigos selecionados da revista <i>de Educação</i> entre 1933 e 1944	51
Quadro 3 Artigos selecionados da revista <i>Educação</i> , de 1946	52
Quadro 4 Artigos selecionados da revista <i>de Educação</i> entre 1951 e 1961	52
Quadro 5 Síntese dos temas abordados pelas revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Educação</i> (1945-1961), a partir dos artigos sobre o que era conteúdo da Didática, eleitos para a pesquisa	53
Quadro 6 Breve biografia dos colaboradores de artigos das revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Educação</i> (1945-1961)	56
Quadro 7 Colaboradores de artigos das revistas <i>Educação</i> entre 1931 e 1961	58

SUMÁRIO

1	Introdução	14
2	As revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Educação</i> (1945-1961): materialidade, colaboradores e temáticas para uma história da disciplina de Didática ...	32
2.1	As revistas e alguns aspectos tipográficos na produção de seus sentidos	32
2.2	Tematizações sobre Didática, nas revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Educação</i> (1945-1961)	48
3	As revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Educação</i> (1945-1961): texto, discurso e a produção de um diálogo sobre Didática.....	61
3.1	Diálogos sobre Didática na Revista <i>Educação</i> de 1932.....	61
3.2	Diálogos sobre Didática na <i>Revista de Educação</i> , entre 1933 e 1944	64
3.3	Diálogo sobre Didática na Revista <i>Educação</i> , de 1946	86
3.4	Diálogos sobre Didática na Revista <i>Educação</i> , entre 1951 e 1961	87
4	Os sentidos da Didática produzidos nas revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Revista Educação</i> (1945-1961), à luz da sua trajetória histórica como disciplina e campo de conhecimento.....	91
4.1	Disciplinas escolares e acadêmicas: aspectos teóricos e históricos.....	92
4.2	A Didática, entre 1931 e 1949, nas revistas <i>Educação</i> (1931-1932), <i>Revista de Educação</i> (1933- 1944) e <i>Revista Educação</i> (1945-1949) e o momento de constituição e institucionalização do campo da Didática no Ensino Superior brasileiro	98
4.3	A Didática, entre 1950 e 1960, na revista <i>Educação</i> (1951-1961), e o momento de “consolidação” e “fragmentação” do campo de Didática no Ensino Superior Brasileiro	111
4.4	A importância dos Ginásios de Aplicação e o do campo da Didática.....	115
5	Conclusão.....	118
	Referências	122
	APÊNDICE PRIMEIRO	132
	<i>BIBLIOGRAFIA DE E SOBRE REVISTAS EDUCAÇÃO (1931-1961): UM INSTRUMENTO DE PESQUISA.</i>	133

1 Introdução

Esta dissertação resulta de reflexões que venho desenvolvendo, desde quando cursei a licenciatura em Letras¹. No decorrer dessa graduação, tive a oportunidade de estagiar em uma escola municipal de Marília, a “EMEF Paulo Freire Régulos”, experiência que me suscitou algumas indagações em relação ao tema “história da educação”. Por intermédio dessas vivências (Estágio e o Curso de Letras), procurei qualificar-me profissionalmente no magistério, o que fez com que, no ano de 2011, eu iniciasse o curso de Pedagogia na Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília.² Com as discussões que decorriam em sala de aula, o meu interesse pelos temas: “Didática” e “História da Educação” se aprofundou e, no ano de 2014, fui aprovada no processo seletivo do mestrado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação dessa Faculdade, onde ingressei, em março de 2015, como aluna regular na linha de pesquisa “Filosofia e História da Educação no Brasil”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti.

Concomitantemente a esse processo formativo, optei por cursar a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC), do curso de Pedagogia, e desenvolvi sob a orientação da mesma professora o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Bibliografia de e sobre Benedicto Maria Tolosa: estudo introdutório* (REIS, 2015).

Em março de 2015, passei a integrar o GPHELLB – Grupo de Pesquisa História do Ensino da Língua e Literatura no Brasil, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário Longo Mortatti, e comecei a realizar algumas leituras no âmbito da linha de pesquisa “história da Alfabetização”, bem como, para a análise de referências de textos *de e sobre* o professor paulista, inspetor de ensino e diretor de escola, Benedicto Maria Tolosa ([187-]-1940).

Porém, em março de 2016, optei por transferir a orientação de mestrado. Diante disso, passei a integrar os seguintes Grupos de Pesquisa: “GP FORME – Formação do Educador”, então coordenado pela Dr^a. Rosane Michelli de Castro, atual orientadora e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas “HiDEA-Brasil – História das Disciplinas Escolares e Acadêmicas no Brasil”.

¹Em 2010, graduei-me em Letras pela Universidade de Marília, Unimar.

² Início em 2011, conclusão em março de 2016.

Integram o Grupo de Estudos e Pesquisas “HiDEA-Brasil – História das Disciplinas Escolares e Acadêmicas no Brasil” graduandos em nível de iniciação científica e de pós-graduação em educação – mestrandos e doutorandos, bem como pesquisadores que desenvolveram e/ou desenvolvem pesquisa vinculada ao projeto integrado de pesquisa intitulado *A história da Didática em instituições de formação de professores no Brasil (1827-2011)*, coordenado pela Dr^a Rosane Michelli de Castro (2016). Esse projeto de pesquisa pretende contemplar, em sua segunda fase, os periódicos brasileiros educacionais e de circulação geral (1832-2011), responsáveis, direta ou indiretamente, na conformação das disciplinas ou corpos de saberes da Didática.

Assim, já como integrante do GP FORME – Formação do Educador e do HiDEA-Brasil – História das disciplinas escolares e acadêmicas no Brasil, passei a realizar atividades específicas, dentre as quais: a leitura de textos básicos sobre a história da Didática, história das disciplinas escolares no Brasil e sobre a história dos periódicos educacionais no Brasil. Também, participei de discussões sobre a constituição da Didática, como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores no Brasil, por meio dos estudos do livro de Garcia (2000), em que é abordada a trajetória histórica da Didática³ no Ensino Superior brasileiro, desde a década de 1930 até meados de 1970, nas antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FAFi).

No livro de Garcia (2002) é ressaltada, sobretudo, a importância da primeira geração dos professores de Didática, no processo de constituição e institucionalização do campo da Didática no Ensino Superior, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), em 1939, quando a formação de professores passou a acontecer por meio do que ficou conhecido como “modelo 3+1”, correspondente a 3 anos de formação em curso de bacharelado e um ano na licenciatura. Os cursos de bacharelados eram oferecidos nas várias seções – Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, – e a licenciatura (facultativa) ficava a cargo de uma seção denominada Didática, a qual

³Amélia Domingues de Castro é doutora em Educação pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências – FFLCH, da Universidade de São Paulo- USP e Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas – Unicamp. Além de ter escrito os textos intitulados *Piaget e a Didática- Ensaios* (CASTRO, 1974), *A trajetória histórica da Didática* (CASTRO, 1991) entre outros. Castro (1991, p. 15) menciona que a Didática era um termo conhecido deste da Grécia antiga “[...] com significação muito semelhante à atual, ou seja, indicando que o objeto ou a ação qualificada dizia respeito ao ensino: poesia didática, por exemplo. No lar e na escola, procedimentos assim qualificados -didáticos - tiveram lugar e são relatados na história da Educação. Como objeto de reflexão de filósofos e pensadores, participam da história das idéias pedagógicas.”

correspondia ao curso de Didática, para exercer o magistério, conforme sua área de estudos, em curso secundário ou Escola Normal. Essa última seção abrangia as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação.

Esse período que abarca o período da instituição da Didática como curso e disciplina escolar nas antigas Faculdades de Filosofia, e da própria constituição do campo educacional no Brasil, responde e corresponde, segundo Garcia (2000), às exigências de processo de modernização da sociedade que reclamava a expansão e modernização do aparelho escolar e, conseqüentemente, a constituição de uma categoria própria de produtores e também de consumidores de um discurso e de um saber-fazer especializado. Tais sujeitos, em sua maioria exercendo função junto ao magistério público paulista, tiveram importante atuação em reuniões e conferências sobre educação, até a elaboração e publicação de artigos em periódicos educacionais, onde buscavam legitimar e fazer circular suas ideias no campo.

Nesse sentido, iniciei a leitura do livro de Nery (2009), intitulado *A sociedade de educação de São Paulo*, resultante da tese de doutorado, centrada nas revistas: *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961). Ressalto que tais periódicos tiveram fases anteriores de sua existência em que eles circularam sob a denominação *Educação* (1927- 1930) e *Escola Nova* (1930-1931).

Sobre tais revistas, Monarcha (2004) desenvolveu investigação que teve o objetivo de “[...] produzir estudos sistemáticos sobre as séries de revistas de educação e ensino, publicadas em São Paulo, entre 1892-1944 [...]” (MONARCHA, 2004, p.1) e cujos resultados foram publicados no texto intitulado “Revista de Educação e Ensino – São Paulo (1892-1944)”. Monarcha (2004) afirma que, em 1927, a Revista *Educação* esteve sob a “tutela” da “[...] Directoria Geral da Instrução Pública/Sociedade de Educação de São Paulo” (p. 3). Logo após, em 1930, mudou sua nomenclatura para *Escola Nova*, estando assim, sob a supervisão da “[...] Directoria Geral do Ensino” (MONARCHA, 2004, p. 3). Em 1931, voltou, novamente, a ser intitulada revista *Educação*, a qual esteve sob a direção do “[...] Órgão da Directoria Geral do Ensino de São Paulo” (MONARCHA, 2004, p.3). Em 1933, sob a direção de outro Órgão da Directoria do Ensino do Estado de São Paulo/ Departamento de Educação do Estado de São Paulo [...]” (MONARCHA, 2004, p. 3), novamente essa revista mudou sua nomenclatura de *Educação* para *Revista de Educação*. Por fim, em 1944, a revista

voltou ao seu nome de origem revista *Educação*, quando esteve sob a supervisão do “[...] Departamento de Educação do Estado de São Paulo/Órgão do Departamento de Educação do Estado de São Paulo.” (MONARCHA, 2004, p. 3).

Segundo Nery (2009), essa transição de nomenclaturas acompanhou a transição de ideias de sujeitos ligados ao magistério público paulista, junto a essas revistas. Em Nery (2009) foi possível compreender que muitos desses profissionais do magistério que estavam diretamente ou não ligados às salas de aulas também se locomoveram na Educação e no Ensino paulista, a exemplo das mudanças de ideais e perspectivas das revistas e que constituíram o que Nery (2009) denominou de *Sociedade de Educação de São Paulo*.

Em sua tese, Nery (2009) destaca as defesas desses sujeitos nos vários fóruns de discussão sobre a educação, fossem em reuniões das associações de profissionais da educação ou nas revistas educacionais em favor da ciência para a formação da nação (NERY, 2009, p. 37). Como exemplo, sobre o Ensino Secundário, as defesas eram as de que ele deveria ser “[...] de elite e, portanto, com necessidade de formar técnicos líderes, com formação humanista.” (NERY, 2009, p. 37).

No capítulo intitulado “A Sociedade de Educação e a expressão de seus embates: as revistas pedagógicas”, Nery (2009) menciona que, na eleição da diretoria da revista *Sociedade e Educação* – importante fórum de discussão sobre educação à época –, que ocorreu em 1923, foi nomeado como vice-diretor dessa revista, Sampaio Dória,⁴ que, futuramente, também escreveria artigos para a revista *Educação*, mais propriamente na 1ª edição de 1927.

Também, em Nery (2009), há a afirmação de que Sampaio Dória, defensor ferrenho da “autonomia Didática” no começo dos anos 1920, defendeu, majoritariamente, esse ideal “[...] na reunião de 4 de novembro [...]”, de 1924 (NERY, 2009, p. 38), reunião essa da *Sociedade e Educação* em que esteve presente, também, a

⁴ Sampaio Dória nasceu em 1923 e faleceu em 1964 e “[...] não somente se apropriou de grande parte das questões que integravam os debates sobre a nação e a educação da década de 1910, como também marcou presença como um dos principais colaboradores e divulgadores de um determinado projeto de sociedade e educação que ganhou força nas décadas seguintes, constituindo-se, em parte, a fisionomia da nação e da educação brasileira” (MEDEIROS, s.d., p. 10). Segundo Medeiros (2002), Sampaio Dória, “[...] em 29 de abril de 1920, a convite do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luis, assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública (p.1) e algumas de suas propostas foram implantadas na Instrução Pública do Estado de São Paulo por meio da reforma educacional que ficou conhecida como Reforma de 1920. Nas reformas da educação que se sucederam nos vários estados brasileiros, inclusive na cearense implementada por Lourenço Filho, a Reforma de 1920 foi tomada como o exemplo do que “não deveria ser”. Medeiros (2002) ainda ressalta que Lourenço Filho foi indicado por Dória para implementar a reforma educacional cearense e também foi um dos formadores de Lourenço Filho na Escola Normal da Praça.

“[...] professora Noemia Gama que fala sobre o ensino de declamações.” (NERY, 2009, p. 38).

Nesse sentido, surgiu o seguinte problema de pesquisa: as temáticas referentes à Didática foram objetos de discussões nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961)?

Mesmo considerando que a revista também passou por fases de sua existência anteriores ao período delimitado, em que circularam sob a denominação *Educação* (1927- 1930) e *Escola Nova* (1930-1931), delimito como *corpus* da pesquisa as mencionadas acima porque abarcam o período entre a década de 1930 e 1960, período em que, segundo Garcia (2000), a Didática passou a se constituir como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores em nível superior no Brasil, a partir do Decreto n. 1190, de 4 de abril de 1939, com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). A partir da década de 1940, a Didática teria passado pelo seu momento de consolidação, processo de independização do seu campo em relação às outras áreas do conhecimento pedagógico, atingindo certa respeitabilidade no interior das Faculdades, até chegar ao seu momento de fragmentação, legitimado legalmente pelo Parecer n. 292, do CFE, aprovado em 14 de novembro de 1962, quando foi extinta a cadeira de Didática Geral e Especial e criado o campo da Prática de Ensino que, desde então, passou a reivindicar o tratamento das questões relativas ao ensino dos diferentes conteúdos escolares (GARCIA, 2000).

É possível observar que, conforme Garcia (2000), nos primórdios da Didática no Ensino Superior brasileiro, em 1939, não havia distinção entre Didática Geral e Especial; o campo de estudos da Didática era pouco delimitado; seu estatuto epistemológico oscila entre a arte e a ciência; os seus conteúdos são um amálgama de temas e discussões buscadas nas várias áreas do conhecimento; seu conteúdo destaca-se pelo seu caráter técnico e metodológico, para dar conta dos problemas de ensino e da aprendizagem em qualquer matéria e nível de ensino. Tratava-se, portanto, de um momento de busca da Didática de sua teoria e dos seus fundamentos e, na falta de uma tradição de pesquisa no Brasil, buscou apoio teórico em obras estrangeiras – escolanovistas – sobretudo de abordagem Psicológica (Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem).

A partir de meados dos anos de 1950, momento em que Garcia (2000, p. 82-83) delimita como segundo período dessa trajetória histórica da Didática, suas afirmações são as de que o campo da Didática passou a delimitar, mais claramente,

como seu objeto de estudo e práticas, a direção técnica da aprendizagem, objeto este que se consolidou nas antigas Faculdades de Filosofia – FAFi, observando-se a predominância de uma Didática, de acentuado caráter instrumental e normativo, sob abordagem experimental, que atinge seu auge na década de 1960, com o movimento das escolas e classes experimentais.

A análise de Garcia (2000) sobre a trajetória histórica da Didática termina com o que denominou 3º momento da Didática, que tem início na década de 1960, quando, segundo suas afirmações, surge a Prática de Ensino, que incorpora os conteúdos antes tratados pelas “Didáticas Especiais”. Para Garcia (2000), nesse período, a Didática Geral teria prosseguido, tentando se constituir como uma teoria geral do ensino capaz de explicar as questões do ensino, da aprendizagem e do conjunto das disciplinas escolares, enquanto a Prática de Ensino caminhou, negando essa possibilidade, em busca da natureza de cada conteúdo ou disciplina científica.

Também o recorte temporal da pesquisa se justifica com base em Saviani (2006, p. 5), sobre aspectos da história da formação de professores no Brasil, o qual afirma que, a partir da década de 1930, “[...] uma nova fase se abriu com o advento dos Institutos de Educação [...]” que eram vistos como um espaço de ensino, mas, também, de pesquisa. Os Institutos pioneiros do estado de São Paulo que fomentaram essa ideia de “ensino e pesquisa” foram:

[o] Instituto de Educação do Distrito Federal concebido, estruturado e implantado por Anísio Teixeira, em 1932, e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo implantado, em 1932, por Fernando de Azevedo. Ambos, sob inspiração do ideário da Escola Nova. (SAVIANI, 2006, p. 5).

Também, segundo Tanuri (2000, p. 76) foi na década de 1930, pontualmente em 1932, que houve uma Reforma no estado de São Paulo realizada por Fernando de Azevedo, segundo “[...] Decreto 5.884, de 21/4/1932 (Código de Educação)”. De acordo com Tanuri (2000, p. 73), com tal reforma:

[o] curso normal, que então era de quatro anos, precedido pelo complementar de três, passa a ser constituído por um curso de formação profissional de duas séries e a exigir para ingresso a integralização do curso secundário fundamental, organizado de conformidade com a legislação federal.

É possível constatar que, com essa reforma, a “formação profissional” adentra no âmbito educacional e, principalmente, nos cursos de formação de professores em

Escolas Normais e Institutos de Educação, o que denota uma mudança curricular nesse período.

O currículo do curso de formação de professores primários, da mesma forma que no Distrito Federal, centrava-se exclusivamente nas disciplinas pedagógicas, distribuídas em três seções: Educação (1a seção): Psicologia, Pedagogia, Prática de Ensino, História da Educação; Biologia Aplicada à Educação (2a seção): Fisiologia e Higiene da Criança, Estudo do Crescimento da Criança, Higiene da Escola; Sociologia (3a seção): Fundamentos da Sociologia, Sociologia Educacional, Investigações Sociais em Nosso Meio. (TANURI, 2000, p.73-74).

Tanuri (2000) esclarece que essas mudanças de estrutura e ideal em relação aos cursos de formação de professores podem ser encontradas nos documentos legais, como esse mencionado acima, realizado por Fernando de Azevedo. Além disso, esses documentos legais demonstram, também, que a:

[...] preocupação central do currículo da escola normal deslocava-se dos “conteúdos” a serem ensinados – o que caracterizou os primórdios da instituição – para os métodos e processos de ensino, valorizando-se as chamadas “Ciências da Educação”, especialmente as contribuições da Psicologia e da Biologia. (TANURI, 2000, p.74).

Esses eram os preceitos da escola renovada, proposta elaborada e instituída pelos Pioneiros da Educação, que tinha como pressuposto a adequação do currículo às características do meio social da criança (TANURI, 2000, p.75).

A década de 1930 foi um momento em que, conforme Saviani (2006) houve mudança em relação ao modelo de formação de professores, em decorrência da reforma instituída pelo *Decreto 3.810, de 19 de março de 1932*, ano de publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, elaborado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, em 1932, pois, tal decreto foi elaborado por Anísio Teixeira que buscou acabar com as tentativas fracassadas das Escolas Normais da época, de serem, “[...] ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional [...]” (VIDAL, 2001, p. 79-80 apud SAVIANI, 2006, p. 6).

Dessa forma, Saviani (2006, p. 6) afirma que:

[...] percebe-se que os Institutos de Educação foram pensados e organizados de maneira a incorporar as exigências da Pedagogia que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico. Caminhava-se, pois, decisivamente, rumo à consolidação do modelo pedagógico-didático de formação docente [...]. (SAVIANI, 2006, p. 6).

Então, o Instituto de Educação de São Paulo foi incorporado à Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e o Instituto de Educação do Distrito Federal à Universidade do Distrito Federal, criada em 1935.

Contudo, na dissertação de mestrado intitulada *A História da Didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira – Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)*, Reis (2015, p. 42) afirma que houve, também,

[...] uma marcante descaracterização do profissional do magistério primário. As escolas normais noturnas obtiveram autorização de funcionamento no período noturno, aumentando o contingente de alunos do sexo masculino em pequena escala, em um período que ainda predominava a maioria mulheres em sala de aula. O ano de 1950 foi o período que mais se criou escolas normais no estado.

Tanuri (2000, p. 75) ressalta que, nessa época, em detrimento da *Lei Orgânica*, que apenas deixou de “[...] consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotada em várias escolas [...]”, as Escolas Normais foram divididas em dois ciclos, a saber:

[...] o primeiro fornecia o curso de formação de “regentes” do ensino primário, em quatro anos, e funcionaria em Escolas Normais Regionais; o curso de segundo ciclo, em dois anos, formaria o professor primário e era ministrado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação. (TANURI, 2000, p. 75).

Enfim, considerando os aspectos da atuação dos profissionais da educação à frente das revistas educacionais apontados por Nery (2009), da trajetória da Didática no Ensino Superior apontados por Garcia (2000), e da história da formação docente apontados por Saviani (2006), Tanuri (2000) e Reis (2015), aspectos esses que corroboraram para a delimitação temporal da pesquisa e, em decorrência, do seu *corpus* documental, a hipótese que foi possível formular para responder à problemática elaborada foi a de que as revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) e *Revista Educação* (1945-1961), constituíram-se em fóruns de discussão também sobre Didática.

Assim, o objetivo central da pesquisa foi: identificar, analisar e compreender aspectos das discussões sobre Didática nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961).

Ainda, foram objetivos específicos da pesquisa:

- Analisar e compreender:
 - aspectos da materialidade das revistas, *corpus* da investigação, referentes aos aspectos tipográficos e nomenclaturas das revistas, à predominância e recorrência das temáticas bem como informações sobre colaboradores e sobre a quantidade de artigos por colaborador;
 - aspectos constitutivos dos artigos sobre Didática – texto propriamente dito e do discurso constituído a partir dos sentidos produzidos no ato da leitura;
 - aspectos em relação à formação de professores no período de publicação das revistas (1931-1961), formação essa, ao mesmo tempo, “técnica” e “humanista”; e
 - os sentidos atribuídos à Didática pelos produtores dos artigos analisados; aspectos em relação aos conteúdos que foram ensinados nos vários níveis de ensino, sobretudo no ensino “secundário” e “primário”.
- Contribuir para uma história da Didática no Brasil.

Segundo os objetivos elencados, é possível afirmar que a pesquisa desenvolvida se insere e vem somar em contribuições junto ao campo de pesquisas em história da Educação que tomam as revistas periódicas educacionais como objeto e/ou fonte de pesquisa, e, nesse sentido, para o alcance de seus objetivos, as análises concorrem para a produção dos sentidos dos aspectos referentes à materialidade dessas revistas – como os aspectos tipográficos, suas permanências e continuidades, e dos sentidos dos aspectos constitutivos do texto propriamente dito e do discurso constituído a partir dos sentidos produzidos no ato da leitura (CASTRO, 2009, p.32).

As pesquisas sobre os periódicos educacionais constituem uma tradição historiográfica, tanto entre pesquisadores brasileiros, quanto entre os estrangeiros. Assim, ainda que brevemente, é necessário situar as pesquisas acadêmicas recolhidas a partir da produção histórica, já existente, sobre os periódicos educacionais do Brasil. Nesse sentido, destaco nesta introdução, de um modo geral, os textos resultantes das investigações de Vidal e Camargo (1992), Catani (1996), Amaral (2002), Biccás (2005; 2011), Castro (2009) e Inácio (2010). Também no que concerne aos textos resultantes das investigações que mencionam ou tomam como *corpus* e/ou fonte as *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961), destaco: Souza (2002), Monarcha (2004), Ramos (2005), Frankfurt (2006), Vicentini e Galego (2006), Villela (2006 a; 2006 b), Mello (2007), e Santos e Moraes (2015).

No artigo intitulado “A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o *Boletim de educação pública* e a *Revista brasileira de estudos pedagógicos*”, Vidal e Camargo (1992) têm por objetivo vislumbrar aspectos históricos das seguintes fontes primárias: *Boletim de Educação Pública* e *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. À vista disso, no *Boletim de Educação Pública* abordam aspectos em relação às “[...] informações sobre o ciclo de vida, situando a revista no seu momento histórico e procurando perceber a publicação dentro das injunções políticas que lhe deram origem.” (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 404) e, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, o enfoque:

[...] incidiu sobre dois momentos: um, técnico e burocrático, ligado diretamente ao programa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); e outro, teórico, refletindo as idéias dos autores da revista a observação dos fatos educacionais; exames do princípios e análise de questões de aplicação. (VIDAL; CAMARGO, 1992, p. 404).

Vidal e Camargo (1992) concluem que os diretores do INESP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e o seu grupo de ligação usaram “[...] a Revista para fazer valer suas realizações e a divulgação de ideais. Nada mais claro que: os primeiros movimentos e direções da Revista tenham sido para o predomínio de uma educação nacional a ser situada no conjunto do plano da cultura [...]” (p. 427).

No texto intitulado “A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional”, Catani (1996, p. 115) tem por objetivo descrever e analisar “[...] as potencialidades das revistas especializadas em educação como fonte para o estudo da constituição e da dinâmica do campo educacional numa perspectiva histórica.” Além disso, Catani (1996, p. 117) constata que as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, “[...] de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional [...]”.

Catani (1996) demonstra em seu artigo, quais eram as revistas periódicas em educação do Brasil, publicadas entre 1893 e 1961, a saber:

[...] 1893-1897: **A eschola publica** (editada por iniciativa de um grupo de professores, sofre várias interrupções e em algum momento conta com o apoio do Estado).

1896-1897: **Revista do Jardim de Infância** (editada por Gabriel Prestes, destinava-se à divulgação dos métodos e materiais de educação pré-escolar utilizadas no Jardim de Infância anexo à Escola Normal).

1902-1918: **Revista de Ensino** (Associação Beneficente do Professorado Paulista do Estado de São Paulo, que durante a maior parte de seu ciclo de vida subvencionada pelo Estado).

1925-1927: **Revista Escolar** (da Diretoria da Instrução Pública).

1927-1961: **Revista Educação** (da Diretoria Geral do Ensino, posteriormente secretaria da educação, é editada com algumas interrupções e durante algum tempo com o título de **Escola Nova** 1930-1931). (CATANI, 1996, p.125).

Diante desse mapeamento, Catani (1996, p. 127) buscou favorecer, assim, “[...] interpretações que recuperem conexões ou modos de articulação entre as representações sociais e institucionais do trabalho docente e da formação e as propostas de investigação e intervenção”, além de “[...] contribuir significativamente para a elucidação dos modos de organização e da dinâmica do corpo educacional.” (CATANI, 1996, p. 127).

Já em relação às pesquisas que fomentaram discussões qualitativas em torno dos periódicos educacionais produzidos no Brasil, que tinham como pressuposto orientar e nortear as práticas dos professores que atuavam em sala de aula é possível mencionar como importante referência o texto intitulado “Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960): a contribuição da obra *Jornais Escolares* de Guerino Cassanta”, de Amaral (2002). Essa pesquisadora utilizou o livro: *Jornais Escolares* (1939), de Guerino Cassanta, como fonte primária de sua pesquisa. Esse livro, de Guerino Cassanta (1939), norteou o texto de Amaral (2002), tendo em vista que,

[n]essa obra, o autor fundamenta a importância pedagógica do jornal escolar para os alunos e para a escola, aponta objetivamente as possibilidades de sua inserção junto ao currículo escolar e apresenta em detalhes as etapas de sua elaboração e organização, ou seja, dá as dicas de como fazer um tipo ideal de jornal escolar. (AMARAL, 2002, p. 1).

Tal fonte primária fez com que Amaral (2012, p. 9) conclui-se que, nos jornais estudantis de escolas de ensino secundário, objeto de reflexão de sua pesquisa, era

[...] possível observar-se valores, costumes e interesses que balizavam as relações dos jovens estudantes, bem como os reflexos das apropriações feitas a partir da cultura escolar da instituição a qual estavam ligados.

Biccas (2011) elabora um texto sobre a *Revista de ensino*, de Minas Gerais, intitulado “Da revista à leitura: a formação dos professores (as) em Minas Gerais”. A ideia de produzir esse texto surgiu em decorrência de sua tese intitulada *O impresso como estratégia de formação de professores (as) em Minas Gerais: o caso da Revista de*

Ensino (1925-1971), defendida em 2005, pela Universidade de São Paulo, USP. O objetivo desse artigo produzido por Biccias (2011) foi o de investigar os “[...] conteúdos nelas desenvolvidos, às mudanças ocorridas nos dezesseis primeiros anos de circulação e à produção de sentidos desencadeada por essas transformações editoriais.” (p. 1). Diante disso, chega à conclusão de que a *Revista do Ensino*, “[...] nos anos de 1929 e 1930, foi mais marcadamente editada com a finalidade de coordenar um movimento de mudanças na cultura pedagógica do professorado” (BICCAS, 2011, p.9), bem como “[...] procurava mais do que mostrar, pretendia seduzir seus leitores para que eles abandonassem as velhas práticas e passassem a incorporar as novas já experimentadas [...]” (BICCAS, 2011, p. 9).

No livro *A produção de uma faculdade: as revistas Alfa, Estudos Históricos e Didática e a “FAFI de Marília” (1959-1975)*, Castro (2009, p. 30) apresenta um estudo inédito sobre “[...] as publicações periódicas *Alfa, Estudos históricos e Didáticos.*”, no período entre 1960 e 1975. Segundo Castro (2009, p.31), esses periódicos foram produzidos pelos departamentos de “[...] Letras Anglo-Germânica, História e Didática.” da “[...] Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1959 a 1975 [...]” (CASTRO, 2009, p.13). Diante disso, Castro (2009), dentre inúmeras reflexões, chega à constatação de que, tais publicações eram “[...] amostras das produções acadêmico-científicas dos intelectuais da Faculdade” (CASTRO, 2009, p. 31), o que permitiu a realização da:

[...] análise e interpretação das idéias dos intelectuais que com a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília/SP estiveram envolvidos e do diálogo por eles estabelecidos com as questões da época, específicas de suas próprias áreas de interesse. (CASTRO, 2009, p.31).

Na tese de doutorado intitulada *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831/1840)*, Inácio (2010) tem por objetivo compreender “[...] a relação entre política e educação em Minas Gerais tal como ela é percebida e desenvolvida pelas sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831-1840).” (p. 3). Dentre as inúmeras fontes documentais, Inácio (2010, p.45) utiliza-se de uma fonte documental para desenvolver a sua pesquisa, a saber: “[r]evista do arquivo público mineiro, Belo Horizonte [...]”. Concluí que “[...] os projetos individuais e coletivos [...]” (INÁCIO, 2010, p. 237) dos “[...] políticos e letrados mineiros produziram a educação, fundamentalmente, como um problema/questão de Estado.” (INÁCIO, 2010, p. 237).

No artigo intitulado “Vínculos do feminino: puericultura e questões de gênero”, Souza (2002) analisa artigos contidos na revista *Educação*, entre 1927 e 1961, acerca do seguinte tema e perspectiva:

[o] ensino da puericultura em escolas profissionais femininas e escolas primárias (somente para meninas) e seu desenvolvimento, tomando a disciplina como segmento da educação doméstica e educação sanitária [...]. (SOUZA, 2002, p.1).

Afirma que os periódicos educacionais contribuem para “[...] revelar um discurso sobre as questões educacionais e àquelas ligadas a formação feminina.” (SOUZA, 2002, p. 6).

No texto intitulado “História da educação pelas revistas periódicas”, Ramos (2005, p. 1) retrata a pesquisa “[...] buscando os fundamentos teórico-metodológicos que geralmente sustentam as pesquisas que tomam os periódicos educacionais como fonte documental [...]”.

A partir desse exercício, Ramos (2005, p. 8) pode constatar que:

[...] a história dos periódicos educacionais ainda seria uma vasta área para possíveis investigações, considerando novas/diferentes abordagens e problemáticas, bem como períodos ainda não trabalhados [...].

Na dissertação de mestrado intitulada *As práticas das festas escolares na escola normal de Pirassununga (1930-1950)*, Frankfurt (2006, p. 3) tem por objetivo analisar “[...] as práticas das festas escolares como um dos instrumentos da profissão docente e da memória social republicana”. Para isso, precisou consultar e analisar artigos nas “[...] revistas: Educação (1927- 1930), Escola Nova (1930-1931), Educação (1931-1932), Revista de Educação (1933- 1944) e revista Educação (1945-1961), além das referências sobre o assunto no Jornal *O Movimento* [...]” (FRANKFURT, 2006, p.3). Frankfurt (2006, p. 3) constatou “[...] que as festas na Escola Normal de Pirassununga, além de comporem a cultura profissional docente, constituem a memória social da cidade [...]”.

Já no artigo intitulado “Um, dois ou três turnos? Os embates acerca da redução do tempo diário de aula e a configuração do Ensino Primário paulista (1908-1932)”, Vicentini e Galego (2006) analisam “[...] discussões efetuadas no campo educacional paulista sobre a redução do tempo diário de aula no ensino primário [...]” (VICENTINI; GALEGO, 2006, p. 3421). Para essa investigação, debruçam-se nas seguintes fontes primárias, a saber: artigos das “[...] *Revista de Ensino* (1902-1919), *Revista Escolar*

(1925-1927) e *Educação* (1927 e 1961) [...]” (VICENTINI; GALEGO, 2006, p. 3421). Além dessas fontes, também analisam o “[...] relatório de inspeção publicado nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1937) e na grande imprensa, especialmente nos jornais *Folha da Manhã* e *Estado de S. Paulo*.” (VICENTINI, GALEGO, 2006, p. 3421). E por fim, utilizam-se do livro “[...] *O que fiz e o que pretendia fazer*, de Sud Menucci [...]” (VICENTINI; GALEGO, 2006, p. 3421). As pesquisadoras constataam que os professores que se deslocavam da zona rural à zona urbana acabam “[...] por comprometer suas carreiras, pois foram obrigados a mudar de escolas ou ficaram sob a ameaça de perder seus empregos, construindo argumentos desfavoráveis às alterações realizadas [...]” (VICENTINI; GALEGO, 2006, p. 3430).

Já em relação ao campo de pesquisa “Educação Especial”, localizei o seguinte texto intitulado “O deficiente mental nos artigos da revista *Educação* (1927-1946)”, de Vilela (2006a), resultado de sua dissertação defendida também no ano de 2006b, intitulada: *A disseminação da deficiência mental no campo da educação: a revista Educação* (1927-1946). Nesse texto Vilela (2006a, p. 2297) tem por objetivo analisar 40 artigos da revista *Educação*, entre 1927 e 1946, que possibilitaram compreender, acerca do campo, “[...] se os alunos com deficiência mental foram retirados das classes regulares para que fossem mantidos padrões de homogeneidade de rendimento escolar e possibilitassem o aumento da eficácia da escola.” (VILELA, 2006a, p. 2297).

Por fim, Vilela (2006a, p. 3006) conclui que em relação aos professores:

[...]caberia a formação profissional para atender a essas novas exigências sociais e escolares. Preparados pelos cursos normais e orientados, muitas vezes, por revistas destinadas aos professores como a *Educação*, os professores reiteravam, por meio de suas ações, o discurso seletivo e homogeneizador da cientificidade.

Na dissertação de mestrado intitulada *A disseminação da deficiência mental no campo da educação: a revista Educação* (1927-1946), Vilela (2006b) analisa 27 artigos referentes ao seguinte tema: “[...] deficientes mental, procurando identificar as concepções disseminadas na revista *Educação*, no período de 1927 a 1946 [...]” (VILELA, 2006b, p.6). A autora constata que, nos vinte e sete artigos analisados da revista *Educação*, entre 1927 e 1946,

[...] ficou evidente que, apesar de uma relativa grande influência da área médica, vai se ampliando o predomínio da psicologia, em especial da psicologia francesa no Brasil como área de conhecimento disseminada pelos cursos normais, desde o século XIX. (VILELA, 2006b, p. 69).

Vale ressaltar que a revista *Educação* (1927-1961) foi estudada por vários pesquisadores, porém, cada um deles se aprofundou em um tema e, conseqüentemente, em artigos específicos, como: alfabetização, educação especial, dentre outros temas, o que me suscitou pensar que essas revistas têm muitos aspectos ainda a ser estudados e analisados e, também, vêm confirmar que ainda não houve estudos sobre Didática proferida mediante as revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) e *Revista Educação* (1945-1961).

Na tese de doutorado intitulada *A alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (1927-1943)*, Mello (2007, p. 5) tem por objetivo:

[...] identificar, analisar e compreender as idéias escolanovistas sobre alfabetização veiculadas nas revistas oficiais do ensino público paulista; e, compreender qual a importância das revistas na divulgação dessas idéias.

A fonte primária para o desenvolvimento de sua pesquisa são os artigos contidos nas seguintes revistas: “[...] *Educação* (1927-1930), *Escola Nova* (1930-1931), *Educação* (1931-1932) e *Revista de Educação* (1933-1943) [...]” (MELLO, 2007, p. 5). Nessas revistas a pesquisadora buscou selecionar e analisar os artigos referentes à alfabetização (MELLO, 2007, p. 5). Por fim, a autora conclui que essas revistas contribuíram para representar:

[...] a expressão de idéias, concepções e aspirações defendidas pelos intelectuais responsáveis pelas publicações; dessa forma, os discursos sobre alfabetização acompanham os modos de fazer e de pensar a alfabetização de uma determinada época, por determinados sujeitos. (MELLO, 2007, p. 176).

Além desses textos mencionados acima, acerca de pesquisas que tiveram como fonte primária os artigos contidos na revista *Educação* entre 1927 e 1961, destaco, também, o texto intitulado “A representação sobre o magistério rural na revista *Educação de São Paulo* (1929-1945)”, de Santos e Moraes (2015). Nesse texto, Santos e Moraes (2015) têm por objetivo compreender os debates e motivações acerca do tema “[...] formação especializada para o magistério rural [...]” (SANTOS; MORAES, 2015, p.1) que foram suscitados na “[...] *Revista do Professor* publicada pelo Centro do Professorado Paulista (CPP) e a revista *Educação* editada pela Diretoria de Ensino de São Paulo.” (SANTOS; MORAES, 2015, p.1). Relatam também em seu discurso que um dos pioneiros em relação ao tema e que gerou um debate no campo educacional no

começo do século XX foi Sud Mennucci (SANTOS; MORAES, 2015, p. 2). Concluem a partir dos artigos de Sud Mennucci e, conseqüentemente, de seu discurso que:

[...] Mennucci evocava em seus textos a imagem de um professor inapto para lecionar nas escolas rurais. A mentalidade urbanista e a influência da Escola Nova são consideradas os fatores que prejudicavam o seu projeto de construção de uma “Escola Brasileira”, que seria fundada na investigação da realidade social e psicológica da população que vivia na zona rural. (SANTOS; MORAES, 2015, p.14).

Destaco que a pesquisa foi possível por meio de um percurso metodológico que proporcionou o meu encontro com as revistas, *corpus* da investigação realizada, sob duas perspectivas: tanto junto aos acervos, físico e virtual, quanto por meio de bibliografia especializada sobre aspectos históricos das revistas, da educação e da Didática no período estudado.

Tratou-se, portanto, de pesquisa histórica, quanto à abordagem, e documental e bibliográfica, quanto às fontes.

Os exemplares das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961) foram localizados e recuperados junto ao acervo do Instituto de Pesquisas Educacionais “Prof. Sud Mennucci”, localizado na cidade de São Paulo- SP e, também, no Repositório Institucional *online* da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

No caso do Repositório Institucional da UFSC os exemplares da *Revista Educação* foram disponibilizados *online* a partir das revistas (suporte material) fotocopiadas. Já em relação ao acervo físico “Prof. Sud Mennucci”, o qual estive pessoalmente, pude observar que os exemplares da *Revista Educação* estavam desgastados pelo tempo, possibilitando assim uma análise maior que talvez essa Revista tivesse sido, por muitas vezes, manuseada por pesquisadores que se interessam pela história dos periódicos, ou, até mesmo, pelos professores (as) que eram leitores dessas revistas, com o propósito de embasar suas práticas.

Em uma das etapas da pesquisa e por meio da pesquisa documental e bibliográfica, elaborei um instrumento de pesquisa para organizar esse grande volume de informações e artigos, a saber: *Bibliografia de e sobre Revista Educação (1931-1961)*: um instrumento de pesquisa. (REIS, 2017), no qual estão reunidas 75 referências de textos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961), sendo 48 referências de textos publicados nas revistas e 27 referências de textos que mencionam ou/e citam as revistas. Tal instrumento que

subsidiou a análise dos aspectos da revista, referentes à sua materialidade, encontra-se na íntegra em Apêndice – APÊNDICE I – *Bibliografia de e sobre Revista Educação (1931-1961)*: um instrumento de pesquisa (REIS, 2017).

Para a elaboração desse instrumento de pesquisa, realizei consultas em acervo físico como: o acervo da biblioteca da FFC (UNESP), esse acervo está localizado na cidade de Marília-SP; e os acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo Histórico do Livro Escolar (AHLE) da Biblioteca Infante Juvenil “Monteiro Lobato”, os acervos do Instituto de Estudos Pedagógicos “Sud Mennucci”, do Centro do Professorado Paulista e do LIVRES- Livros Escolares Brasileiros da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), esses acervos estão localizados na cidade de São Paulo-Capital. Além, das consultas em base de dados disponíveis *on-line* e *sites* da internet.

As referências que constam nesse instrumento de pesquisa foram elaboradas de acordo com a *Norma Brasileira de Referência* (NBR 6023) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e estão distribuídas em 2 seções e 20 subseções de acordo com tipo de texto.

O trabalho árduo de elaborar o instrumento de pesquisa mostrou-se bastante produtivo, na medida em que pude vislumbrar a possibilidade de uma análise quali-quantitativa de aspectos referentes à materialidade dessas revistas como os seus aspectos tipográficos e suas nomenclaturas, e aqueles que se materializam numa análise quali-quantitativa referente à predominância e à recorrência das temáticas e dos títulos sobre Didática, bem como informações sobre colaboradores e sobre a quantidade de artigos por colaborador. Os resultados desse trabalho estão apresentados na seção 2 – “As revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961): materialidade, colaboradores e temáticas para uma história da disciplina de Didática”.

Os trabalhos apresentados na seção 2 subsidiaram os trabalhos de apresentação e de análise dos artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961), por meio de aspectos que então se constituía em objeto de preocupação da Didática, e a partir dos quais foi estabelecido certo diálogo entre os colaboradores, em sua maioria, sujeitos atuantes no campo educacional, em seus vários níveis e funções a identificação das discussões sobre Didática. Os resultados desse trabalho estão apresentados na seção 3, “As revistas *Educação* (1931-1932),

Revista de Educação (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961): texto, discurso e a produção de um diálogo sobre Didática.”

Na seção 4, “Os sentidos da Didática produzidos nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961)”, à luz dos momentos da trajetória histórica da Didática teorizados por Garcia (2000), apresento resultados das análises realizadas em busca de perspectivas de temáticas sobre a Didática, decorrentes desse diálogo entre os colaboradores dessas revistas, e as quais acredito estarem presentes em momentos da trajetória histórica de constituição da Didática como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores.

Ao final, apresento as “Considerações finais” e os aspectos pós-textuais desta dissertação.

2 As revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961): materialidade, colaboradores e temáticas para uma história da disciplina de Didática

Nesta seção, apresento resultados das análises para a compreensão da trajetória histórica das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961), de aspectos referentes à materialidade dessas revistas como os seus aspectos tipográficos e suas nomenclaturas, e aqueles que se materializam numa análise quali-quantitativa referentes à predominância e recorrência das temáticas e dos títulos sobre Didática, bem como informações sobre colaboradores e sobre a quantidade de artigos por colaborador.

Trata-se, como mencionado, de análise de aspectos que concorrem para a produção dos sentidos das revistas, como suporte de textos.

No processo de produção de sentidos dos textos de um periódico, tais aspectos, ora apresentados nesta seção, concorrem juntamente com o conjunto de formações discursivas – o texto propriamente dito e o discurso, esse último produzido no contato do leitor com o texto e os vários contextos (CASTRO, 2005).

Para tanto, a exemplo das investigações em História da Educação que tomam as revistas periódicas educacionais como fonte e ou objeto, algumas das quais destaquei na introdução, ancorei-me em Chartier (1994, p. 17) para quem “[...] não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir) [...] não existe compreensão de um texto, qualquer que seja, que não dependa das formas por meio das quais ele atinge o seu leitor.”

2.1 As revistas e alguns aspectos tipográficos na produção de seus sentidos

Como mencionado, as revistas, *corpus* da investigação, foram publicadas entre 1931 e 1961. Trata-se das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) e *Educação* (1945-1961).

Entretanto, tais revistas foram publicadas e circularam sob duas outras denominações, desde 1927: *Educação* (1927- 1930) e *Escola Nova* (1930-1931). Essas duas primeiras fases, denomino, neste texto, como primórdios das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961).

Nesses primórdios das revistas, elas foram publicadas sob a responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista e da *Sociedade e Educação*.

Para maiores esclarecimentos, a entidade Sociedade de Educação foi fundada em 1922, "[...] em São Paulo, tinha como membros, entre outros, Fernando de Azevedo, Sampaio Dória, Lourenço Filho e Oscar Freire." (NERY, 2009, p. 17). Além disso, "[d]e agosto de 1923 e dezembro de 1924, a instituição publicou um periódico intitulado *Revista Sociedade de Educação*". (NERY, 2009, p. 17).

A partir das discussões suscitadas na entidade Sociedade de Educação o primeiro periódico que foi constituído chamava-se *Revista Sociedade de Educação* (1923-1924), dessa revista surgiu a *Revista Escolar* (1923-1927), depois, a *Educação* (1927-1930) e a *Escola Nova* (1930-1931) (NERY, 2009, p. 19). Ainda, de acordo com Nery (2009, p. 19), esses periódicos que nasceram de discussões da Sociedade de Educação são objetos em disputa que

[...] constituem-se num meio eficaz de circulação do conhecimento que o grupo o qual os domina acredita ser o melhor. No caso a *Revista Escolar*, há indicadores que possuía um bom número de assinantes, principalmente professores do ensino público [...].

Nery (2009, p. 85) afirma que outras revistas já haviam sido publicadas sob algumas dessas denominações, “pela iniciativa privada” como, por exemplo, “[...] a *Revista de Educação* (maio de 1902 a dezembro de 1903), publicada na capital do estado [de São Paulo], graças ao empenho do Prof. Manoel Cyridião Buarque” .

Segundo Nery (2009), em sua primeira fase, a revista *Educação* (1927-1930), foi resultado da fusão entre “[...] a *Revista Sociedade da Educação* e a *Revista Escolar*, publicação da Diretoria Geral [...] [Assim, a revista *Educação* teve origem] [...] sob dupla responsabilidade [...]” (p. 77), “[...] em uma seção extraordinária, de 27 de agosto de 1927, cuja pauta era discutir e eleger uma comissão para elaborar a nova revista social da entidade.” (p. 78). Nery (2009, p. 78) aponta que a comissão representante da Sociedade para a elaboração de um novo periódico “[...] era constituída por Amadeu Mendes, Sampaio Doria, Carlos da Silveira Roldão Lopes de Barros e Lourenço Filho.” Amadeu Mendes, no primeiro número da revista *Educação*, em 1927, discorre sobre as atividades da entidade Sociedade de Educação (NERY, 2009, p. 78).

De acordo com o Nery (2009, p.77), a “[...] Sociedade de Educação decidiu estudar a proposta de efetuar uma fusão com a revista da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo [...]”, pois, na época, em 1927, a revista da Instrução Pública era a *Revista Escolar*. Mas, a mudança para outra já era estudada pela Sociedade de Educação (NERY, 2009, p.77-78).

Segundo Nery (2000), na revista de *Educação* de 1927 consta um artigo de Amadeu Mendes que discorre sobre a retomada das atividades da Sociedade de Educação e, também, da co-produção da revista (p. 78). Ou seja, a revista *Educação* foi uma co-produção da antiga *Revista Sociedade de Educação*, editora Monteiro Lobato. Inicia-se assim, em 1927, o começo de uma nova fase da Sociedade de Educação e para isso “[...] era justo se congregassem os esforços de ambas, para que, em vez de duas, aparecesse apenas uma Revista [...]” (NERY, 2009, p.78), no caso, a revista *Educação*.

Os trabalhos publicados nessa revista deveriam abarcar o ensino primário, secundário, profissional e superior (NERY, 2009, p.78-79), revelando a amplitude de abordagem temática. Já a entidade Sociedade de Educação achava que os seus periódicos deveriam servir para “[...] orientação filosófica do trabalho pedagógico, fornecendo subsídios para que o professor tivesse um embasamento teórico para a sua prática [...]” (NERY, 2009, p. 18).

Para Nery (2009), Renato Jardim foi o principal agente no ciclo de vida da Sociedade, tendo em vista que ele foi a principal figura que suscitou discussões acerca do método analítico e no ensino da leitura que “[...] foi, sem dúvida, o principal tema dentro da Sociedade e Renato Jardim foi o estopim dos debates nos dois membros que vieram à baila” (NERY, 2009, p.84).

Também no n.2, publicado em novembro de 1927, percebe-se a amplitude dos temas tratados por colaboradores representantes, em sua maioria, dos educadores que atuaram no campo educacional entre as primeiras décadas republicanas, os quais buscavam tratar a educação em sua totalidade.

Figura 1 Sumário da revista *Educação*, v. 1, n. 2, nov., de 1927

Vol. I NOVEMBRO DE 1927 N.º 2

EDUCAÇÃO

ÓRGÃO DA DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA
E DA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO, DE SÃO PAULO

SUMMARIO:

Prof. PAUL FAUCONNET (Professor da Sorbonne)	Estructura e organização das Univer- sidades	113
Dr. CARLOS SILVEIRA (Professor da Escola Normal de Campinas)	Do papel educativo da escola	127
Dr. A. DE ALMEIDA JUNIOR (Professor da Escola Normal do Brazil)	Higiene da attitude vertical	164
Prof. NOEMY SYLVEIRA (Al. do G. E. Prudente de Moraes)	Como corrigir trabalhos escriptos	174
Prof. JOSE ESCOBAR (Professor da Escola Normal)	Para entender as fracções	183
Prof. JOÃO LOURENÇO RODRIGUES (Ex-Director da Instrução)	Iniciação astronomica	195

ORIENTAÇÃO OFFICIAL DO ENSINO — EXPEDIENTE DA SOCIEDADE DE
EDUCAÇÃO — Atravez dos livros — Atravez das revistas e jornaes : O CEN-
TENARIO DA ESCOLA PRIMARIA

TRAV. DA BENEFICENCIA PORTUGUESA, 1
SÃO PAULO

Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação: um instrumento de pesquisa*. REIS (2017) (Apêndice).

Até 1930, Amadeu Mendes permaneceu no cargo de diretor de ensino e à frente da revista *Educação*, sendo, no mesmo ano, “[...] substituído por Lourenço Filho” (NERY, 2009, p. 81). Assim, sob a direção de Lourenço Filho, a revista *Educação*, em 1930, passou a ser denominada *Escola Nova*. A revista *Escola Nova* (1930-1931) foi “[...] um órgão destinado à livre expressão e crítica de assuntos educativos, sejam os de pura doutrina, sejam os de aplicação direta e imediata.” (NERY, 2009, p. 83).

Com base em Nery (2009) é possível observar que toda essa mudança de direção da revista acarretou transformações em relação à estrutura, aos ideais e nomenclatura, o que culminou em um divisor de águas em sua trajetória, revelando a tendência educacional da época, tendência que concebeu a educação segundo os ideais pedagógicos escolanovistas. Tratava-se de uma mudança de tradição pedagógica encabeçada por educadores como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio

Teixeira, os quais atuaram em importantes instituições educacionais, em cargos públicos e implementaram reformas educacionais em vários estados brasileiros, sob bases dos ideais pedagógicos da chamada Escola Nova.

Lourenço Filho “[...] desde a década de 1920, vinha expondo e sistematizando suas ideias e seus princípios sobre a inovação escolar [...]” (MONARCHA, 2000, p. 14). Além disso, em 1930, Lourenço Filho foi nomeado “[...] Director Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo [...]” (MONARCHA, 2000, p. 171), caracterizando assim, “[...] transformações significativas no âmbito administrativo e pedagógico da instrução pública paulista, as quais eram publicadas por meio da Revista *Escola Nova*.” (MONARCHA, 2000, p. 171).

De acordo com Figueira (2010, p. 8) o movimento escolanovista que se iniciou no começo da década 1920:

[...] se apresentava como uma tentativa de renovação da educação, criticando o movimento anterior que apresentou o Método de Ensino Intuitivo. Contudo, apesar de criticar o Método Intuitivo, o movimento da Escola Nova também defendia a necessidade de um ensino que se pautasse no interesse, atividade e reflexão do aluno.

O conceito de “progresso” estava muito enraizado nas concepções escolanovistas a partir de 1920, além disso, percebe-se que “[...] a escola nova visava fazer da escola um espaço irradiador do progresso e do desenvolvimento nacional.” (FIGUEIRA, 2010, p. 17).

Para Figueira (2010), John Dewey teve um papel imprescindível para essas mudanças de concepções educacionais, manifestadas pelos pioneiros da educação, na década de 1930, influenciando assim, “[...] educadores de todo o mundo, incluindo brasileiros, com o método de ensino por ele denominado de experiência reflexiva.” (FIGUEIRA, 2010, p. 19). Tanto que constam artigos, de Dewey (1930), na Revista *Escola Nova* como, o artigo intitulado “A criança e o programa escolar”. John Dewey (1930), nessa época, era professor de Filosofia da Universidade de Columbia, Nova York.

Nesse artigo, Dewey (1930) discute sobre a “[...] oposição entre crianças e os programas de estudos, entre a natureza individual e a experiencia da sociedade [...]” (p. 28) e, ainda, afirma que, no fundo, em de todas as “[...] divisões de doutrina pedagogica, encontra-se essa oposição [...]” (p.28).⁵

⁵Nesta dissertação, a ortografia de época será mantida, conforme consta nos artigos aqui analisados.

Em relação às matérias escolares, o que hoje chamamos de “disciplina escolares”, e o que Dewey (1930, p. 29) denominava também como “disciplina de estudo”, tem caráter classificatório. Ainda, menciona que, naquele momento “[...] a experiência infantil nada [tinha] que ver com tais classificações [...]” (DEWEY, 1930, p.29) Para Dewey (1930), as matérias escolares como: “Geographia”; “Arithimetica”; “Botânica”; e “Linguagem”, dentre outras matérias, “[eram] simplesmente experiências, as experiências da espécie [...]” (p. 33). A questão da “experiência” para Dewey (1930, p. 33), não se justifica por si mesma, porque é transitória.

Na sequência, Dewey (1930, p. 35) lança luz ao que denomina “exageros” da velha e nova educação, ressaltando, assim, aspectos em relação à “velha educação”. Dewey (1930, p. 35) menciona que há uma contínua “comparação” entre a “imaturidade” da criança e “maturidade” dos adultos, revelando assim, uma hierarquia entre os saberes e vivências, por questão de tempo, experiência e idade. Referente à nova educação, Dewey (1930) menciona que o perigo está em colocar a criança como centro de suas vontades e interesses. Nas palavras de Dewey (1930, p. 35), “[...] o perigo da nova educação está em considerar as forças e interesses presentes da criança como coisas definitivamente significativas [...]”

Para Dewey (1930, p. 40), a matéria é uma experiência viva porque sempre se modifica e, conseqüentemente, torna-se transitória. Desse modo, para o professor o que interessava “[...] era a representatividade de um determinado estágio e uma certa fase do desenvolvimento da experiência [...]”.

Dewey (1930) também discute sobre a questão da “motivação” que dirige e conduz o “processo de aprendizagem” (p. 42) e afirma que nenhuma matéria seria eficaz, caso não houvesse “motivação”.

Por fim, Dewey (1930) menciona que as capacidades das crianças têm que ser “[...] desenvolvidas, exercitadas e realizadas” (p. 46). Ressalta, também, que compreende por “programa”, palavra essa que se enuncia em seu título, por “[...] experiências da humanidade” (p. 46).⁶

Sobre esse período escolanovista que a educação brasileira passou, Ghiraldelli (1994) afirma que tal período foi permeado por “grandes temas”, a saber: “possibilidades da democracia”, “implementação da federação”, “incentivo à industrialização” e “educação popular” (GHIRALDELLI, 1994, p. 16). Tratava-se de

⁶ O texto escrito por John Dewey (1930) foi traduzido por Anísio Teixeira. “Esse admirável estudo figura no livro *Verdade e Educação*” (DEWEY, 1930, p. 46).

temas que também estiveram presentes nos discursos dos chamados primeiros republicanos históricos, final do século XIX. Mas, segundo Ghiraldelli (1994), no final do século XIX os discursos educacionais que permearam o início da República “[...] foram sufocados pela política oligárquica.” (p. 17).

Segundo Vidal (2011), muitas das mudanças anunciadas como novidades pelo escolanovismo, em 1930, já existiam desde o final do século XIX. Por exemplo:

[...] a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, os respeito às normas de higiene na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de instruir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2011, p. 497).

As preocupações enunciadas como novas, pelos Pioneiros da Educação,⁷ já decorriam desde o final do século XIX, com o ensino intuitivo que “[...] oferece situações em que o aluno, a partir da visão (observação), mas também da ação (experimentação) pudesse elaborar o seu próprio saber.” (VIDAL, 2011, p. 498).

Ainda, de acordo com Vidal (2011, p. 515), o aluno observador era substituído pelo aluno experimentador, “[...] enquanto a higiene via-se corrigida pela psicopedagoga. O ensino dava lugar à aprendizagem. Racionalização e eficiência eram máximas que se impunham ao trabalho do aluno.”

Também nessa época, meados de 1930, havia um grupo de católicos contrários aos ideais dos reformadores liberais e que davam ênfase à

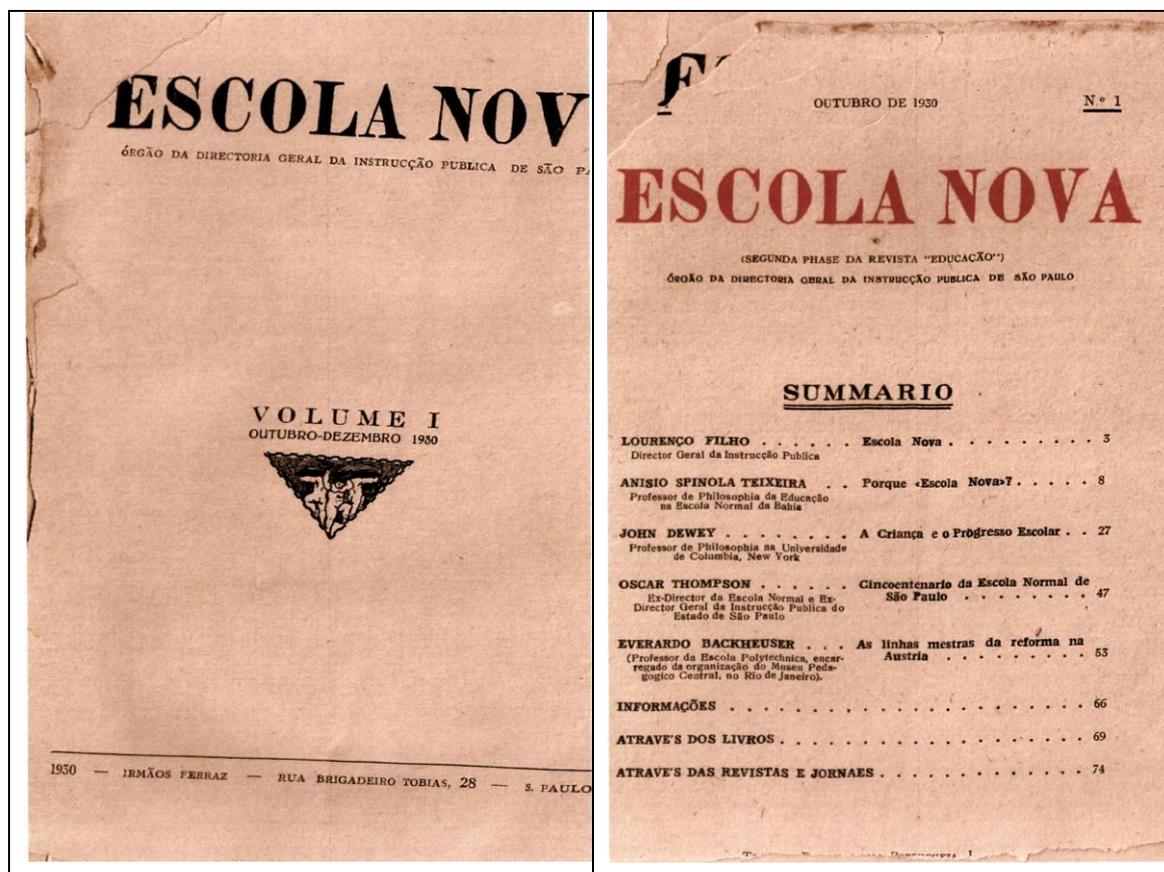
[...] moral cristã, da fé e do sentimento em suas próprias pedagogias e, sobretudo, a permanência do ensino religioso como meio de garantir a ordem moral e social, bem como de formar a consciência nacional em bases católicas. (PAGNI, 2000, p. 57).

Entretanto, por meio do sumário da revista *Escola Nova*, n. 1, out./dez., 1930, é possível observar as contradições que marcaram o contexto educacional de 1930, em que, mesmo o grupo de educadores católicos sendo contrários às defesas do grupo de educadores renovadores, à medida que o movimento de renovação pedagógica ganhava espaço no campo educacional, muitos educadores católicos acabaram apoiando as defesas pela renovação pedagógica. Como exemplo, é possível citar Everardo Backheuser, o qual foi colaborador da revista *Escola Nova*, com o artigo, “As linhas

⁷ Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970); Fernando de Azevedo (1894-1974); e Anísio Spínola Teixeira (1990-1971).

mestras da reforma na Austria”, ao lado dos defensores da Escola Nova, de Lourenço Filho, Anísio Teixeira e John Dewey.

Figura 2 Capa e sumário da revista *Escola Nova*, n. 1, out./dez., 1930



Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação: um instrumento de pesquisa*. REIS (2017) (Apêndice).

Everardo Backheuser foi fundador da Confederação Católica Brasileira de Educação (C.C.B.E.), em 1933, após os intelectuais católicos abandonarem a Associação Brasileira de Educação (A.B.E.), fundada em 1924, devido ao conflito entre católicos e renovadores que ocorreu durante a IV Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1931. Desse conflito decorreu a elaboração e publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Segundo Saviani (2008, p. 229), “[...] a A.B.E firmou-se como órgão apolítico, destinado a congregar todos os interessados na causa da educação, independentemente de doutrinas filosóficas ou religiosas ou de posições políticas.” Já a C.C.B.E. firmou-se como:

[...] organismo centralizador do movimento católico pelo ensino, para o efeito de articular o trabalho geral, reunir idéias e encaminhar tecnicamente a ação comum, sem desperdícios de energias, reconhecendo que só assim será possível a difusão no Brasil, da escola católica de todos os graus.” (PENA *apud* CARVALHO, 2003, p.111).

A propósito das disputas no campo educacional, Nagle (2009) menciona que o ano de 1920 foi marcado por um:

[...] aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico [ao se relacionar à atuação dos escolanovistas]: de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional. (NAGLE, 2009, p.115).

Para Nagle (2009), as disputas nos anos posteriores passariam pela ideia da ênfase técnico-pedagógica dos “especialistas da educação”, contrariando a iniciativa de cunho fundamentalmente político, marcando o que denominou de “otimismo pedagógico” e do aparecimento do “técnico” em educação, com a consequente segregação das formulações pedagógicas em um domínio especializado. Entretanto, Carvalho (2007) contesta essas afirmações, pois considera que essas iniciativas dos educadores na década de 1920, contra a Reforma Sampaio Dória, não foram sempre de natureza “técnica”. Para Carvalho (2007, p. 232):

[é] interessante distanciar-se da leitura de Nagle, propondo o “entusiasmo pela educação” como projeto modernizador que se transforma, no decorrer dos anos [19]20, sob o impacto desse interesse em estruturar mecanismos de controle do cotidiano das populações pobres dos grandes centros urbanos.

De acordo com Pagni (2000), os intelectuais da década de 1920, considerados “[...] reformadores liberais [...]” (p.50) estavam concentrados, pelo menos boa parte deles, no “[...] núcleo do grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* ou o que circulavam em torno dele.” (p.51). Esse núcleo do jornal *O Estado de S. Paulo* defendia a “[...] educação como essencial ao progresso dentro da ordem estabelecida, como o objetivo de formar as “elites bem-pensantes.” (p.51).

Segundo Pagni (2000, p. 53), um dos ideais do escolanovismo era que “[...] seria necessário que a “educação popular” fosse desenvolvida concomitante com a criação das instituições superiores, afinal, ambas tinham como único objetivo a formação cultural nacional.” Essa elite de intelectuais que aparecia em meados de 1930:

[...] eram consideradas como possuidoras da razão e de um saber científico sobre o social, e nestes baseavam, a “nova” ordem social, enquanto que o “povo” na percepção dos “reformadores liberais”, ainda vivia sob o domínio do instinto e do mundo sensível, do folclore e do mito. (PAGNI, 2000, p. 59).

No editorial do n. 1, de out./dez., de 1930, da *Escola Nova*, refere-se ao novo modelo de escola como, “uma escola renovada nos processos didáticos”, enfatizando a ciência e a importância da assistência técnica aos professores. Nesse sentido, a *Escola Nova* trouxe “[...] ao longo de suas páginas propostas, sugestões, orientações, enfim, procedimentos que visavam um modo considerado mais eficiente de ensino e trabalho pedagógico a fim de proporcionar economia de tempo e de recursos materiais.” (DIAS, s.d., fl. 6).

De acordo com Pagni (2000), essa elite de intelectuais que também era nomeada/conhecida como: “reformadores liberais”, “[...] via frustradas as suas expectativas em relação aos rumos tomados pelo Governo Provisório.” (p. 63-64). Além disso, esse mesmo grupo de reformadores liberais que apoiou a chamada “[...] revolução de [19]30, esperavam ver atendidas algumas de suas reivindicações, principalmente a da urgência em se promulgar uma nova constituição que regulasse as relações sociais e reformulasse os princípios e diretrizes da anterior, de 1891.” (PAGNI, 2000, p.64).

Entre 1930 e 1934, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. Nesse momento efervescente,⁸ Vargas hesitou em formular uma “nova constituição” que culminou em uma revolta, mais particularmente, dos paulistas em relação à sua negligência (PAGNI, 2000, p. 65). Foi com esse clima de “[...] inquietação política que o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* foi redigido por Fernando de Azevedo.” (PAGNI, 2000, p. 65).

Conforme Pandolfi (1999), no ano de 1932, a cidade de São Paulo estava:

[...] em armas, rebelou-se contra o governo central, exigindo o fim do regime ditatorial. Derrotados militarmente, os paulistas tiveram

⁸ “[...] várias táticas foram usadas pelos aliados militares de Vargas. Uma das principais foram os expurgos. Houve três ondas de expurgos, sobretudo no Exército, mas sem excluir a Marinha. O primeiro em 1932, após a revolta paulista. A derrota dos paulistas implicou, no que se refere às Forças Armadas, a expulsão de 508 oficiais. Depois veio a revolta comunista de 1935, cujo final redundou na expulsão de mais 107 oficiais. Finalmente, em 1938, ocorreu a revolta integralista, que resultou também na expulsão de mais 10 generais. Num curto período, houve verdadeiro expurgo da oficialidade divergente, que permitiu à facção surgida em 1930 tornar-se dominante dentro das Forças Armadas.” (CARVALHO, 1999, p. 342). “[...] Consolidou-se nesse momento a criação mútua, como atores políticos, de Vargas e das Forças Armadas. As últimas surgiram como contrapeso às oligarquias, que foram, concomitantemente, desconstruídas como atores hegemônicos no cenário nacional. Três momentos pontuaram a derrota dessas oligarquias, entre as quais, como se sabe, sobressaíram a paulista, a mineira e a gaúcha. Foram três pequenas guerras, uma delas que não houve. A primeira, e mais dura, corresponde à derrota da oligarquia paulista em 1932. A segunda foi a escaramuça militar de 1937 que expulsou Flores da Cunha do Rio Grande do Sul. E a terceira, que não houve, foi, obviamente, a mineira, que se resolveu pela escolha de Benedito Valadares para interventor em 1933. Os mineiros deram, então, um vexame que espantou até a própria mãe de Benedito Valadares, cuja perplexidade com a escolha ficou imortalizada na famosa pergunta.” (CARVALHO, 1999, p. 342-343).

ganhos políticos. Em junho de 1934, parlamentares escolhidos pelo voto direto promulgaram uma Constituição e elegeram o então chefe do governo provisório — Getúlio Vargas — para a presidência da República. (PANDOLFI, 1999, p.9).

Esses aspectos da História da Educação Brasileira, aqui retomados sinteticamente, revelam a importância que revista *Escola Nova* possivelmente tenha logrado naquele momento histórico da educação brasileira em que seus defensores eram sujeitos atuantes nos vários postos públicos, dedicando-se “[...] a um tema que reg[ia] seus artigos, entre eles Escola Nova, Programas Escolares, Teses e Reforma da Escola.” (NERY, 2009, p.83).

Em 1932, nesse momento de efervescência e disputas políticas em todos os âmbitos da sociedade brasileira, a revista, então *Escola Nova*, voltou ao seu nome de origem – revista *Educação*, talvez em busca de certo distanciamento, ou não se querendo enfatizar, as discussões de um campo, o educacional, em que o domínio das ideias estava concentrado em mãos de sujeitos, dos educadores escolanovistas, que viam as ações do governo com ressalvas. Isso pode ser um aspecto indicativo de um cenário em que, mesmo havendo contradições entre ideais escolanovistas e os ideias e defesas das lideranças políticas que se seguiram após o Governo provisório de Vargas, os principais representantes das ideias escolanovistas, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira assumiram e se revezaram em inúmeros cargos públicos. Dentre esses educadores, Fernando de Azevedo foi considerado por parcela de pesquisadores da História da Educação Brasileira o mais contraditório de todos.⁹

Assim, é possível observar que sob a nomenclatura *Educação*, nomenclatura de origem, foi assumida pela revista até meados 1960, quando esse periódico publica o seu último exemplar, mesmo tendo, praticamente, durante três décadas, sofrido algumas alterações quanto à inserção ou não da preposição *de*, fato que será retomado ao longo desta seção.

Nas figuras da sequência, é possível acompanhar as mudanças tipográficas e de nomenclaturas das revistas, após 1931.

⁹ A propósito, ver SAVIANI (2008, 195-346).

Figura 3 Sumário da revista *Educação*, v. VIII, n. 6 e 7, jun./jul., 1932

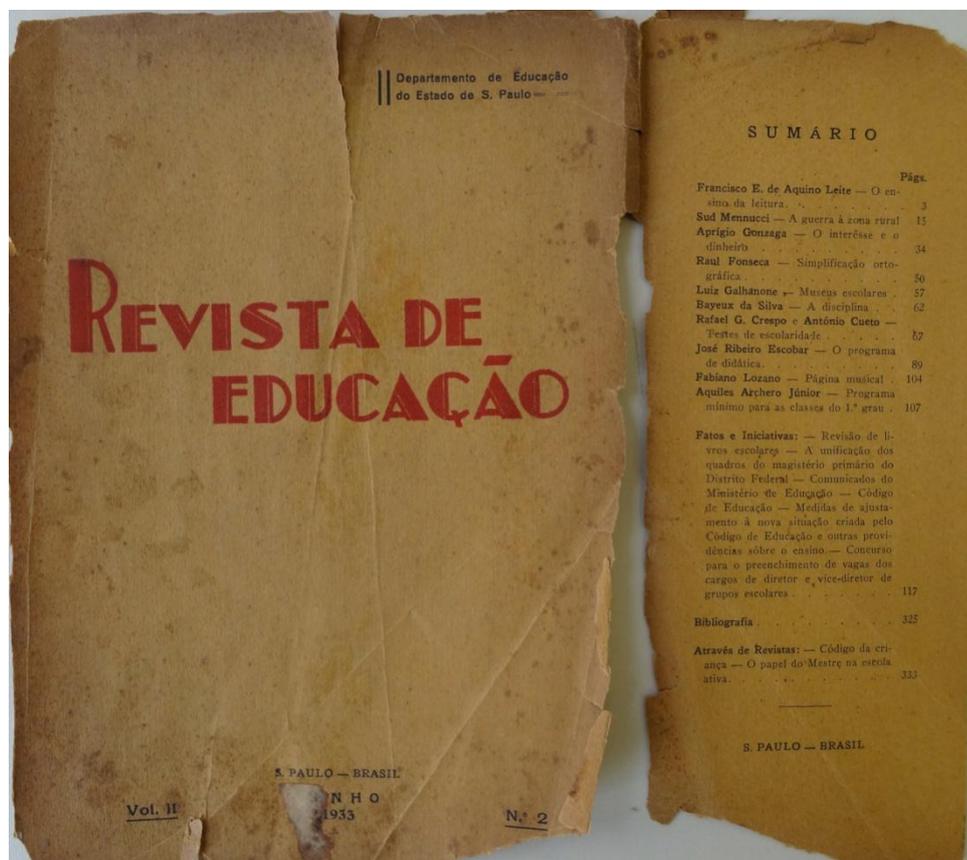
Vol. VIII	JUNHO - JULHO	N.º 6 e 7
	1932	
EDUCAÇÃO		
ORGAO DA DIRECTORIA GERAL DO ENSINO DE SAO PAULO		
SUMMARIO:		
ANTENOR ROMANO BARRETO — A escola do trabalho	3	
GENESIO DE ALMEIDA MOURA — Legislação escolar	8	
SILVEIRA BUENO — O estudo de Camões	14	
LUIZ DAMASCO PENNA — Finalidade e sentido da verdadeira inspecção	16	
VIVEIROS DE CASTRO — A escola leiga	20	
ARCHITICLINIO DOS SANTOS — Disciplinas de expressão	22	
ABEL DE FARIA SODRE — Alfabetização rápida	33	
GALAOER NAZARETH DE ARAUJO — O museu escolar em acção	40	
JOSÉ RIBEIRO ESCOBAR — Salas-ambiente	56	
LUIZ GALHANONE — Otto Lippmann e a psychologia pedagogica	89	
ANTONIO DE PADUA DUTRA — O ensino de desenho	96	
LUIZ GONZAGA FLEURY — Psychologia objectiva	107	
MARIA ANTONIA DE MELLO — Assumptos pedagogicos	113	
FRANCISCO VENANCIO FILHO — Entre livros	140	
LUIZ GALLINA JUNIOR — Escalas	147	
F. FARIA NETTO — Uma escola original	161	
J. B. DAMASCO PENNA — Bibliographia	165	
EM CLASSE (Parte escolar)	175	
LEGISLAÇÃO ESCOLAR	188	
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAES: — Ruy Barbosa. — Pela união dos professores. — Como deveria ser reorganizado o ensino rural em São Paulo. — A educação é uma apropriação indevida. — Será a educação uma apro- priação indevida? — Como conseguir um systema educacional paulista? — A questão dos programmas mínimos nas escolas do Estado. — A fundação do Instituto Pedagogico "Frederico Ozanam". — A elaboração do destino. O seculo XIX. — Na semente, a esperança. — Para apprender a apprender. — A miragem da escola unica. — Educação psychologica. — Noticias diversas	189	
S. PAULO — BRASIL		

Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação*: um instrumento de pesquisa. REIS (2017) (Apêndice).

Conforme demonstra a Figura 3, no alto da página aparece em letras pequenas o volume, mês, ano e número de publicação da revista; logo abaixo, centralizado, aparece em destaque, com letras grandes o nome da revista. Na outra linha aparece em letras pequenas o nome do órgão público responsável pela publicação: "Órgão da Directoria do Ensino de São Paulo". Abaixo do órgão público responsável vem o sumário com letras muito pequenas, de maneira bastante resumida, a saber: os nomes dos colaboradores e os títulos dos artigos. Logo após, ainda no sumário, aparecem às seções "Em classe (parte escolar)" e "Por meio de revistas e jornaes". Abaixo do sumário, aparece, de forma centralizada, o nome da cidade e do país. A revista *Educação*, de 1932, tem 189 páginas

Em 1933, a revista *Educação* passou por várias mudanças como, por exemplo: a nomenclatura (nome da revista), órgão público responsável, dentre outras. Essa mudança se perpetuou até 1944.

Figura 4 Capa e sumário da *Revista de Educação*, v. II, n. 2, jun., 1933.

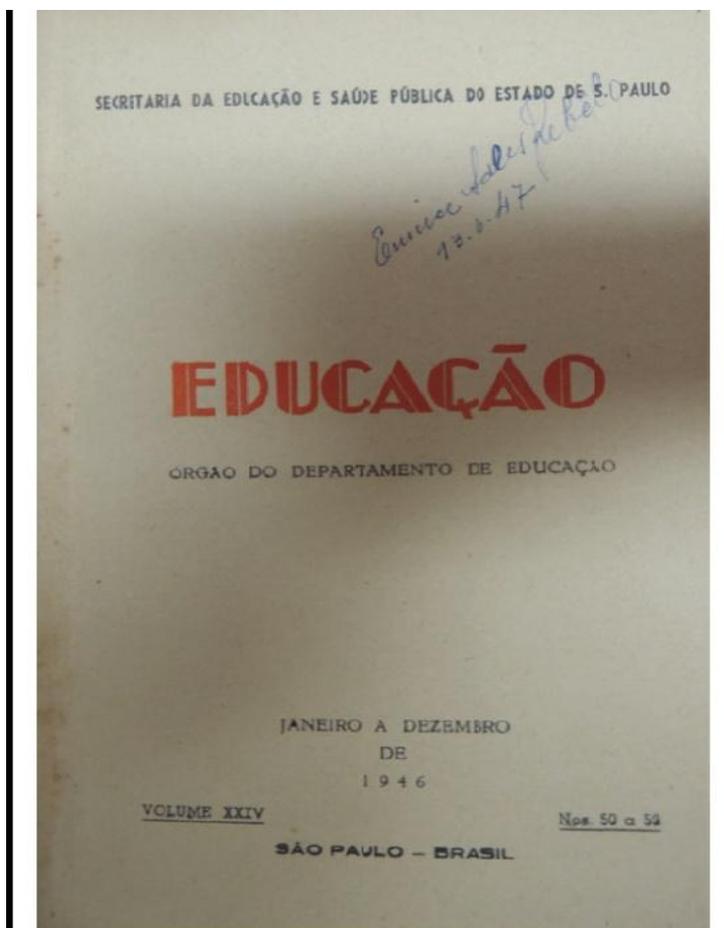


Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação: um instrumento de pesquisa*. REIS (2017) (Apêndice).

Conforme podemos observar na Figura 4, a capa da *Revista de Educação* pode ser descrita da seguinte forma: na primeira linha, à direita, aparece o nome do órgão público responsável pela publicação: “Departamento de Educação do Estado de S. Paulo”, depois, centralizado, em letras grandes e com destaque em vermelho, aparece o nome da revista, *Revista de Educação*. Na outra linha, à esquerda, aparece em letras pequenas o volume; na mesma linha, porém, de forma centralizada, aparece: a cidade, país, mês e ano; e, à esquerda, ainda nessa mesma linha, aparece o número da revista. Na primeira página vem o sumário, centralizado e com letras pequenas, de maneira bastante resumida, a saber: os nomes dos colaboradores e os títulos dos artigos. Logo após, ainda no sumário, aparecem às seções “Fatos e Iniciativas”, “Bibliografia” e “Por

meio de revistas”. Abaixo do sumário, aparece, de forma centralizada, o nome da cidade e do país. A *Revista de Educação*, de 1933, tem 333 páginas.

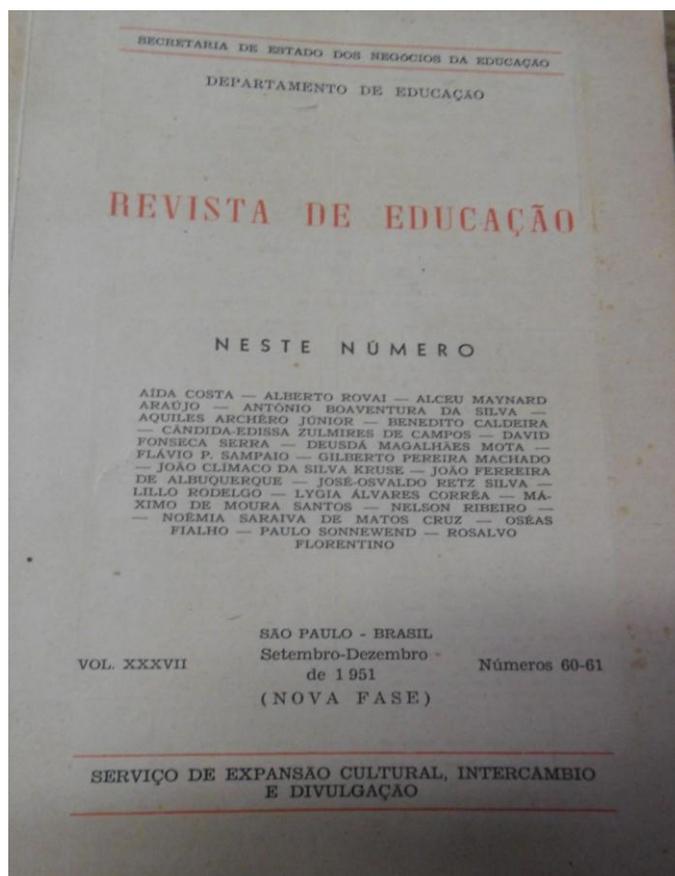
Figura 5 Revista *Educação*, v. XXIV, n. 50 a 59, jan./dez., 1946



Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação: um instrumento de pesquisa*. REIS (2017) (Apêndice).

Conforme demonstra a Figura 5, a capa da revista *Educação* pode ser descrita da seguinte forma: na primeira linha, centralizado, consta o nome do órgão público responsável pela publicação: “Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de S. Paulo”. Na outra linha, em letras grandes e com destaque em vermelho, aparece o nome da revista: *Educação*, voltando assim, ao seu nome de origem. Abaixo do nome da revista aparece em letras pequenas o órgão público também responsável pela publicação da revista, a saber: “Órgão do Departamento de Educação”. Na outra linha aparece de forma centralizada o mês e o ano de publicação, por fim, na última linha, aparece à esquerda, o volume e à direita, o número da revista. Vale ressaltar que não foi possível ter acesso ao sumário da revista *Educação* de 1946, por isso, não foi possível descrever como ele se organiza.

Figura 6 *Revista de Educação*, v. XXXVII, n.60/61, set./dez., 1951.



Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação*: um instrumento de pesquisa. REIS (2017) (Apêndice).

Conforme é possível notar na Figura 6, a capa pode ser descrita da seguinte maneira: no alto da capa aparece em letras pequenas e de forma centralizada, o nome do órgão público responsável pela publicação dessa revista, a saber: “Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Departamento de Educação”. Abaixo, é possível perceber que o nome da revista está com destaque na cor vermelha, as letras são grandes e a revista retoma a nomenclatura utilizada em 1933: *Revista de Educação*. Abaixo do nome da revista são apresentados, em letras pequenas, por ordem alfabética, os nomes completos dos colaboradores dessa revista. Na outra linha, à esquerda, consta o volume; de forma centralizada, consta a cidade, país, mês e ano de publicação. Vale destaque para a informação que vem no conjunto de informações centralizadas (cidade, país, mês e ano), a saber: “(NOVA FASE)”. Ainda na mesma linha, à direita, consta o número de publicação. Por fim, na última linha, no que diz respeito à capa, é possível observar que em letras pequenas mais um órgão público responsável foi discriminado, evidenciando que a responsabilidade pela Educação mudou de pasta no Estado, a saber: “Serviço de

Expansão Cultural Intercâmbio e Divulgação”. No sumário, é possível perceber que a *Revista de Educação*, de 1951, toma um novo formato, assumindo formato de um manual para professores, organizado em capítulos: “ensino primário, “ensino médio”, “informações”, “verbetes bibliográficos”. A *Revista de Educação*, de 1951, tem 247 páginas.

Vale ressaltar que a *Revista Educação* entre 1932 e 1940 não teve uma linearidade em relação a sua publicação, pois, ora foi publicada bimestralmente, ora, mensalmente, também tendo publicações trimestrais. Ainda em relação a esse período, é possível observar que em todos os anos houve publicações de pelo menos um número da revista. Ainda, é possível observar que o número de páginas oscila entre 121 e 333. Não houve publicações no ano de 1942.

Entre 1943 e 1944, as publicações das revistas foram semestrais. A quantidade de páginas oscila entre 195 e 222. Também não houve publicações da revista *Educação* no ano de 1945.

Em 1946, a revista *Educação* passa a ser publica anualmente, abrangendo assim o período de janeiro a dezembro. Nessa revista, constam, aproximadamente, 123 páginas. Não houve publicações da revista *Educação* no período de 1947 a 1950.

Entre 1951 e 1952, as publicações decorreram de forma trimestral e anual, a saber: a *Revista de Educação* de 1951 foi publicada trimestralmente, com o total de 247 páginas; e, a *Revista de Educação* de 1952 foi publicada anualmente, com o total de 293 páginas. Não houve publicações da revista no período entre 1953 e 1960.

Em 1961, dois exemplares da *Revista de Educação* foram publicados pela Secretaria da Educação, Departamento de Educação, em formato de manual para professores. A publicação desses exemplares aconteceu semestralmente. A quantidade de páginas oscila entre 147 e 153.

Assim, pela evolução das revistas e mediante alguns aspectos tipográficos que marcaram as revistas aqui analisadas, sobretudo em virtude do caráter de manual para professores que passou a ter, é possível afirmar que essas revistas assumiram o caráter de orientação técnica aos professores, à semelhança da sua fase como *Escola Nova*. E, tal orientação técnica era descrita como orientação didática.¹⁰ Nessa perspectiva,

¹⁰ Nesta dissertação, a grafia de termos ou expressões que remetem às disciplinas, matérias ou área de conhecimento, como, “Didática”, “conceitos da Didática”, “Desenho”, “prática do Desenho”, “Atividade da Aritmética”, “A Aritmética”, será com a inicial em maiúscula. Já, a grafia de termos ou expressões que se referem a adjetivações, como, “forma didática”, “exercícios didáticos”, “prática de desenho”, “atividade de aritmética”, será com a inicial em minúscula.

utilizei-me das formulações de Escobar (1933), publicada no artigo intitulado “O programa de Didática”, para o Curso de Magistério Normal, para apresentar, a seguir, as temáticas sobre Didática das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961)

2.2 Tematizações sobre Didática, nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961)

É possível observar por meio da análise do artigo intitulado “O programa de Didática”, de José Ribeiro Escobar (1933), primeiramente, que a formulação do programa de Didática foi uma conquista para o Curso de Magistério Normal, em direção ao alcance de uma autonomia. Os normalistas almejavam também que as próprias escolas elaborassem o seu próprio “[...] horário e distribuição de matéria [...]” (ESCOBAR, 1933, p. 89).

Nas palavras de Escobar (1933, p. 90), no Curso Normal já havia “[...] Didática no 2º ano, quando as suas matérias preparadoras vinham depois, como a Psicologia, dado no 3º ano, a Pedagogia no 4º ano e a Metodologia Geral no último mês do 4º.”

A fim de apresentar o programa de Didática, suas temáticas e orientações para a formação de professores para o Curso Magistério Normal, Escobar (1933) organizou seu artigo em seções, a saber: “Programa do 1º ano”, que aborda aspectos gerais do que seria trabalhado nos próximos anos; “O programa do 2º ano”, voltado para aspectos propriamente didáticos; “O programa do 3º ano”, que aborda aspectos da Psicologia; e, por fim, “O programa do 4º ano”, que tem uma abordagem mais pedagógica e metodológica.

Esse programa de Didática foi elaborado, de acordo com Escobar (1933, p. 90), como um escopo para que o professor saísse da escola “[...] acabado, seguro de sua técnica de ensino, não como o tímido novato, cheio de vacilações, duvidoso de seu êxito, e às vezes cômico de seu fracasso, pelo desânimo que lhe inculcaram as sínteses teóricas.”

É possível observar que o programa do 1º ano tem o formato de “plano de aula e abrange aspectos considerados à época como próprios da Didática, ou seja, os aspectos técnicos referentes aos vários ensinamentos, a saber: “[...] educativos, indutivo-

dedutivo, concreto, analítico, individual, ativo, manual, interesse associativo, mnemônico, cooperativo-livre, consciente, higiênico, estético” (ESCOBAR, 1933, p. 90). Também, aborda aspectos psicológicos como “[...] posição da criança, distribuição de coleta de materiais, modo de perguntar e responder [...] (ESCOBAR, 1933, p. 90) e os aspectos teórico-metodológicos “[...] leitura desses planos, discussão por toda a classe e correção [...]” (ESCOBAR, 1933, p. 90).

Já o “programa do 2º ano” aborda somente aspectos tidos como didáticos que se referem à técnica, como mencionei. Também, é possível constatar que esse programa é o mais extenso em relação aos outros. De modo geral o que fica mais evidente são as técnicas inseridas nesse programa, por exemplo: para a aula de desenho no 4º ano implementa-se o “Ensino educativo”; já em relação as aulas que abordam aspectos das “propriedades das frações”, trabalha-se a partir do “Ensino indutivo-dedutivo; as aulas que tratam sobre “numeral”, trabalha-se o “Ensino concreto”; para as aulas de “leitura analítica”, executa-se o “Ensino analítico”; em relação as aulas que abordam o conteúdo de “pêndulo” e “cloreto de sódio”, trabalha-se o “Ensino ativo”; nas aulas sobre “metro” e “desenho complementar”, deve-se inserir o “Ensino manual”; nas aulas que abordam “história”, “leitura” e “desenho”, trabalha-se o “Ensino interessante”; nas aulas de “leitura” e “história” para o 4º ano, executa-se, a partir da técnica, “Ensino associativo”; nas aulas sobre “divisor” e “declamação”, à técnica “Ensino consciente” e sobre os conteúdos “composição” e “descrição”, deve ser implementado o “Ensino livre-cooperativo”. (ESCOBAR, 1933, p. 91-92).

Logo após essas técnicas serem prescritas no artigo de Escobar (1933, p. 92) aparecem mais duas seções, a saber: “Ensino higiênico” e “Ensino estético”. Em relação ao “Ensino higiênico”, é possível observar os seguintes assuntos que foram tratados: manuseio higiênico dos materiais, higiene dos alunos e dos professores e, de modo geral, a higiene da escola. Já em relação ao “Ensino estético”, os temas tratados foram: “pintura da escola”; a forma como o aluno entra e sai da escola, como sua postura, “traje”, “penteados”, “danças” e “declamações” (ESCOBAR, 1933, p. 93).

O “Programa do 3º ano” aborda aspectos voltados à Psicologia e é composto conforme a estrutura a seguir.

Primeira seção: “Ensino de leitura”, que aborda aspectos em relação à “biblioteca infantil”, “leitura analítica”, “leitura silenciosa”, “leitura suplementar”, “leitura expressiva” e “condições didáticas dos livros de leitura”. Segunda seção: “Ensino de linguagem”, que expõe aspectos em relação à “linguagem oral e escrita”,

“passeio poéticos”, “bibliografia”, “aumento do vocabulário”, “sentenças”, “ensino ortográfico” e “mecanismos das linguagens”. Terceira seção: “Ensino de Francês”, que apresenta aspectos em relação à “reprodução oral”, “bibliografia”, “leitura de escritos em francês” e “exercícios gramaticais”. Quarta seção: “Ensino de desenho”, que aborda aspectos sobre “os processos mentais”, a partir dos seguintes teóricos: “[...] Ravaisson, Guillaume, Rousseau, Tadd, Rameau, Quénioux, Malharro, Teodoro Braga, Rafael Falco [...]” (ESCOBAR, 1933, p. 96). Quinta seção: “Ensino de caligrafia”, que disserta sobre “o emprego do lápis e da tinta”, “processos mentais”, “cópia de sentenças”, e “aulas observadas”. Sexta seção: “Ensino da Música”, que aborda aspectos relacionados ao “Folclore musical”, “Ensino Analítico da Música”, “processos mentais”, “análise de um trecho musical”, “bibliografia” e “cadernos e livros adotados”. Sétima seção: “Ensino de ginástica”, sobre aspectos relacionados à “anatomia”, “psique”, “fisiologia”, “prazer”, “movimentos”, “processos mentais”, “bibliografia” e “aulas observadas”. Oitava seção e última: “Ensino de trabalhos manuais”, que aborda aspectos relacionados à “modelagem”, “marcenaria”, “cartonagem”, “costura”, “bordado”, “cera”, “trabalhos de agulha”, “bibliografia”, “aulas observadas” e “revisão dos assuntos tratados”. (ESCOBAR, 1933, p. 97-98).

O “Programa do 4º ano” trata de aspectos voltados à Pedagogia e Metodologia e esta organizado em 7 seções, a saber: primeira seção, “Ensino de aritmética”, sobre “processos mentais”, “bibliografia”, “exame do material didático”, “O Ensino de frações”, “plano de aula sobre origem das frações” e “plano de aula sobre logaritmos”. A segunda seção intitula-se “Ensino de geografia e cosmografia” que aborda aspectos sobre “processos mentais”, “bibliografia”, “plano de aulas sobre a planta da sala” e “plano de aulas sobre a localização do município”. A terceira seção versa sobre aspectos relacionados também aos “processos mentais”, “bibliografia” “exame do material didático”, “plano de aula sobre história anedótica” e “plano de aula sobre história biográfica”. Na quarta seção, intitulada “Ensino de física e de química”, alguns aspectos semelhantes às demais seções, são tratados, por exemplo, “processos mentais”, “bibliografia” “exame do material didático” e planos de aulas, voltados ao conteúdo de física e química. A quinta seção intitula-se “Ensino de história natural e higiene” aborda aspectos relacionados à “auto-observação”, “classes experiência”, “bibliografia”, “exame do material didático” e plano de aulas voltado ao conteúdo de história natural e higiene. A sexta seção intitula-se “Ensino de Lições de Cousas” e trata sobre aspectos relacionados às “Lições de Cousas e Lições com Cousas”, “bibliografia”, “exame do

material dos museus didáticos”, planos de aulas de lições de coisas. A sétima seção intitula-se “Ensino de Civismo” e apresenta a mesma estrutura das anteriores, por exemplo, “bibliografia”, “exame do material do Museu Didático” e “quinze planos de aulas” relacionados à bandeira nacional, “o amor à pátria”, dentre outros aspectos. (ESCOBAR, 1933, p. 102-104).

Enfim, com base em Escobar (1933), apresento de acordo com cada fase das revistas os quadros com os títulos dos artigos sobre Didática e, em seguida, um quadro síntese com temáticas que se configuraram a época como sendo da Didática. Isso porque, foi com base nesse artigo que pude identificar os artigos e suas temáticas sobre Didática, presentes nas revistas, os quais apresento nos quadros a seguir.

Quadro 1 Artigos da revista *Educação*, de 1932

Nome dos colaboradores de artigos da Revista <i>Educação</i>	Ano de publicação	Título dos artigos
José Ferraz de Campos	1932	“Das frações dobrando e rasgando papel”
Não consta autoria	1932	“Em classe (Parte escolar)”.
Ataliba de oliveira	1932	“Como ensinar algarismos romanos
Luiz Gallina Junior	1932	“Escalas”
Clotilde Castilho de Andrade	1932	“Geometria”
José Ribeiro Escobar	1932	“Demonstrações por syllogismo”
Jv. B. Damasco Pena	1932	“Contribuições ao estudo dos testes A. B. C.”,
Total	-	7

Fonte: *Bibliografia de e sobre revista Educação: um instrumento de pesquisa* (REIS, 2017) (Apêndice).

Quadro 2 Artigos selecionados da revista *de Educação* entre 1933 e 1944

Nome dos colaboradores de artigos da Revista <i>de Educação</i>	Ano de publicação	Título dos artigos
José Ribeiro Escobar	1933	“O programa de didática”
Adalvívia de Toledo	1933	“Escola Nova - - O seu objetivo”,
Raimundo Pastor	1933	“A escola ativa”
Benedito Candido de Moraes	1934	“Noções educativas de modelagem”
Melquiades Pereira Junior	1934	“Fatores do retardamento da vitória completa da Escola Nova”
Reinaldo Kuntz Busch	1934	“Aulas ativas”
Francisco Antunes	1934	“Logicidade”
Não consta autoria	1934	“Projectos de programa mínimo para o curso primário”
Renato Jardim	1934	“Sobre didactica do cálculo”
Não consta autoria	1934	“Congresso catholico de educação”
Bruno Vollet	1935	“As classes selectivas do 1º grau e dos testes A.B.C.”
Benedito Candido de Moraes	1935	“Noções educativas de modelagem”
Abner de Moura	1935	“Do Desenho infantil”
Norberto de Souza Pinto	1935	“Educação dos anormais e dos debeis

		mentaes”
Antonio de Padua Dutra	1935	“O Desenho e suas evoluções”
Benedito Candido de Moraes	1935	“Noções educativas de modelagem”
Luiz Gonzaga Fleury	1936	“O ensino da taboada no 2º ano”
Hortencia Pereira Barreto	1936	“Educação pré-escola”
Francisco Alves Brisola	1936	“Reprovações – sua origem e causas”
João Alfredo de Souza Oliveira	1936	“Arithmetica”
Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger	1936	“Organização das classes selecionadas e aplicação dos Testes A. B. C.”
Fernando Rios	1937	“O ensino no primeiro ano escolar”
Renato de Arruda Penteadó	1937	“O ensino de Arithmetica”
Adalvívia Toledo	1938	“O curso primário e sua organização”
Francisca da Silva Queiroz	1938	“A decadência do ensino secundário”
Eulália Alves Siqueira	1938	“Testes de rendimento escolar”
Maximo de Moura Santos	1939	“O método analítico”
Francisco Aquino Leite	1939	“O ensino da leitura pelo método analítico”
Luiz Gonzaga Fleury	1939	“O Desenho na escola primária”
Benedito Caldeira	1940	“Didática do cálculo”
Maria Antonieta Raimo	1943	“A escola de Trabalho”
Urbana Abs	1943	“O Desenho como fator educativo nas escolas primárias”
Antonio D`Ávila	1944	“Exercícios para aguçar o raciocínio infantil”
Maria Aurora Lorenço	1944	“ A aritmética na escola”
Maria Cardoso Alves	1944	“Como selecionar os problemas de Aritmética para a escola primária”
Maria Aparecida Alves Mourão	1944	“Disciplina escolar”
Total		35

Fonte: *Bibliografia de e sobre Revista Educação: um instrumento de pesquisa* (REIS, 2017) (Apêndice).

Quadro 3 Artigos selecionados da revista *Educação*, de 1946

Nome dos colaboradores de artigos da Revista <i>Educação</i>	Ano de publicação	Título dos artigos
Anésia Martins Mattos	1946	“Ensino de Aritmética”
Total	-	1

Fonte: *Bibliografia de e sobre revista Educação: um instrumento de pesquisa*. (REIS, 2017) (Apêndice).

Quadro 4 Artigos selecionados da revista *de Educação* entre 1951 e 1961

Nome dos colaboradores de artigos da Revista <i>Educação</i>	Ano de publicação	Título dos artigos
Gilberto Pereira Machado	1951	“O sistema Montessori”
Aquiles Archeiro Junior	1951	“Metodologia do cálculo”
Odete Lourenço	1952	“A criança excepcional”
Francisco Bernardi	1952	“Trabalhos manuais como necessidade no ensino”
Aurora Vicente Rico	1961	“Problema dos problemas”
Total		5

Fonte: *Bibliografia de e sobre revista Educação: um instrumento de pesquisa*. (REIS, 2017) (Apêndice).

Conforme os quadros acima é possível perceber, de modo geral, que em apenas um ano de publicação, em 1932, 07 artigos com títulos referentes à Didática foram publicados. Entre 1933 e 1944, ou seja, num período de 11 anos, tais artigos também foram publicados com frequência, sendo que, no ano de 1934, igualmente ao ano de 1932, foram publicados 07 artigos e que somente nos anos de 1941 e 1942 não houve publicações desses artigos. Já entre 1951 e 1961, isto é, num período de 10 anos, somente 05 artigos com títulos referentes à Didática foram publicados e, ainda, no início, anos de 1951 e 1952, e no final, ano de 1961, desse período. Noto que as preocupações sobre Didática e às variações quanto ao enfoque das discussões sobre Didática que os títulos sugerem são discutidos nas seções seguintes desta dissertação.

Quadro 5 Síntese dos temas abordados pelas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961), a partir dos artigos sobre o que era conteúdo da Didática, eleitos para a pesquisa

Temas	N. de artigos	Ano de publicação
Matemática	16	1932; 1934; 1935; 1936; 1944; 1946; e 1961.
Testes e classificações dos alunos	5	1932; 1935; 1936; e 1938
Didática	3	1933; 1934; e 1940
Escola Nova	4	1933; e 1934
Projetos e programas escolares	1	1934.
Educação Católica	1	1934.
Desenho	4	1935; 1939; e 1943.
Psicologia	2	1935; e 1952.
Educação pré-escolar	1	1936.
Primário	1	1938.
Secundário	1	1938.
Métodos	2	1939.
Trabalho	1	1943.
Disciplina	1	1944.
Sistema Montessori	1	1951.
Metodologia	1	1951.
Trabalhos Manuais	1	1952.

Fonte: *Bibliografia de e sobre revista Educação: um instrumento de pesquisa*. REIS (2017) (Apêndice).

Com base nessa sistematização que se concretizou no Quadro 5, é possível verificar as seguintes questões: primeiro, o tema mais abordado, a partir dos artigos selecionados foi a disciplina de Matemática, no total de 16 artigos publicados. Em relação à *Matemática* os colaboradores de artigos discutiram, principalmente, o ensino de: Aritmética, Fração, Silogismo, Cálculo, Tabuada, Lógica, Modelagem, Geometria e

Escalas. Houve um comprometimento com o ensino em relação a essa disciplina, além de demonstrarem modelos de aulas para embasar a prática docente. O segundo tema mais abordado foi: os testes e classificações dos alunos, mais propriamente, os Testes A. B. C. Vale ressaltar que muitos desses artigos que tratam sobre o tema Matemática também abordam os Testes de rendimento escolar e de classificações, além de demonstrar amiúde, um “Como fazer” em sala de aula. Os temas Escola Nova, a disciplina Desenho e a Didática também foram abordados com alguma frequência na revista *Educação* entre 1931 e 1961.

Uma das razões possíveis para explicar a relevância desses temas deve-se ao fato de que a Escola Nova e a Didática faziam parte das discussões do professorado paulista entre 1930 e 1940, temas esses que estavam em evidência nas discussões da ABE – Associação Brasileira de Educação e, por conseguinte, na imprensa paulista e nos periódicos educacionais.

Tais discussões, como mencionado, referem-se, também, ao fato de que a intencionalidade primeira da Escola Nova era fornecer aos professores o que entendiam ser os conhecimentos didáticos, ou seja, a técnica para orientação do trabalho docente, com base em conhecimentos, sobretudo, da Psicologia, da Biologia e da Medicina.

Entre os temas mais evidenciados nos artigos da revista *Educação*, por exemplo, os Testes psicológicos, a Escola Nova e a Didática existe uma problemática em comum que perpassa todos, interligando a teorização à prática docente. Esse lugar que se delineou no confronto entre os ideais tradicionais e modernos de educação é a própria concepção de “espírito da criança”, ou seja, do sujeito que recebe o ensino, objetivado a partir dos conhecimentos das disciplinas científicas como a Psicologia, a Biologia e da Medicina, presente no ideário ilustrado da elite brasileira do século XX. Para maiores reflexões, utilizo-me de Pagni (2000) e Garcia (2000) quando mencionam que, em 1930, uma “elite renovadora” começou a demonstrar os seus ideais de escola e ensino nos debates educacionais, pois, como ressalta Pagni (2000):

[...] eram consideradas como possuidoras da razão e de um saber científico sobre o social, e nestes baseavam, a “nova” ordem social, enquanto que o “povo” na percepção dos “reformadores liberais”, ainda vivia sob o domínio do instinto e do mundo sensível, do folclore e do mito. (PAGNI, 2000, p. 59).

Além disso, o “espírito da criança” (moral e psicologia) que foi tanto evidenciado na revista *Educação*, entre 1931 e 1961, “[...] deveriam ser conhecidos pelos mesmos métodos científicos e seus resultados aplicados à vida e à educação

humanas, com o intuito de corrigir o anacronismo entre o progresso material e espiritual de nossa civilização.” (PAGNI, 2000, p.60).

Ora, somente com uma boa formação em relação ao “espírito do educando”

[...] poderiam garantir o progresso material, a ser desenvolvimento dentro da ordem social, tirando a maioria da população desorganizada e anárquica, produzindo cidadãos ordeiros e produtivos, capazes de conformarem-se à estrutura social existente, de internalizarem os valores morais e as exigências da civilização. (PAGNI, 2000, p.61).

Diante disso, o “espírito da criança”, ou, o “espírito do educando” tanto mencionado na revista *Educação* é entendido com uma entidade metafísica e supra-sensível. Está interligada à moral da Psicologia (Piagetiana) e à heteronímia. O espírito da criança é um espírito positivo (Comteano), que pode ser educado pela e mediante a ciência. A propósito, quando da apresentação da ilustração da capa, sobretudo, da revista *Escola Nova*, é possível observar a ilustração com anjos, supostamente, em alusão à essa ideia.

A revista *Educação* buscou subsidiar as práticas dos docentes em sala de aula, e, por conseguinte, trazer os temas mais inovadores à época.

Sobre os colaboradores das revistas analisadas ressaltamos às suas atuações como servidores públicos no âmbito educacional, exercendo atividade como professores de Grupos Escolares; inspetores, dentre outros cargos.

A seguir apresento alguns dados por meio do quadro biográfico dos colaboradores de artigos da Revista *Educação* entre 1931 e 1961. É preciso esclarecer que não foi possível encontrar todos os dados biográficos dos colaboradores de artigos dessas revistas.

Quadro 6 Breve biografia dos colaboradores de artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961)

Autor de artigos na revistas <i>Educação</i> (1931-1961)	Profissão (es)
José Ferraz de Campos	Adjunto da escola Barnabé, de Santos-SP e lente da Escola Normal de São Paulo
Ataliba de Oliveira	Diretor do Grupo Escolar de Atibaia. Participou da “Primeira Semana de Estudos” do Departamento de Educação da USP
Luiz Gallina Junior +1965	foi professor do “Instituto Commercial do Rio de Janeiro”
Clotilde Castilho de Andrade	-
J.B.Damasco Pena	Foi eleito como vice- presidente do II Congresso dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, traduziu os livros: <i>Iniciação as ciências da educação</i> , de Arnould Clause; <i>Introdução à Psicologia da Criança</i> , de Paul Osterrieth; <i>Pedagogia Geral pelo Estudo das Doutrinas Pedagógicas</i> , de J. Leif e G. Rustin; <i>Ensino de Filosofia Pedagógica</i> , de Fr. De Hovre; <i>História da Pedagogia</i> , de René Hubert; e <i>Didática da Escola Nova</i> , de A. M. Aguayo.
José Escobar	“[...] Lente da Escola Normal da Praça da República”(TIZZOT, 2013,p.31)
Francisco Antunes	Diretor do Grupo Escolar de Botucatu; diretor do Grupo Escolar “Villa de

+1965	Tibiriçá” (SP); e adjunto do primeiro Grupo Escolar de Bauru (SP)
Renato Jardim *1860 +1883	Diretor da Escola Normal da Praça da República
Adalvívia de Toledo	Adjunta do Grupo Escolar “Marechal Deodoro”, São Paulo-SP e diretora do curso primário anexo à Escola Normal Padre Anchieta, em 1936.
Raimundo Pastor	Escreveu o livro <i>Alegrias, agruras e tristeza de um professor</i> (1970) e foi professor da Escola Rural de Ribeirão Pires
Benedito Candido de Moraes +1955	Formou-se pela Escola Normal de São Paulo – Capital, em 1923
Melquiades Pereira Jr.	-
Reinaldo Kuntz Busch +1975	Professor do Instituto de Educação Estadual “Caetano de Campos”; Professor do Instituto de Educação Estadual “Padre Anchieta”; diretor do Instituto de Educação Estadual de Pirassununga (SP); e membro da Academia Paulista de Educação
Bruno Vollet	Diretor do Grupo Escolar de “Ariranha”
Abner de Moura	Professor do Município de “Angatuba”
Norberto de Souza Pinto	Professor Normalista e Presidente da Associação Campineira de Imprensa
Antonio Padua Dutra *1939	Pintor paulista e professor de Desenho da Escola Normal de Casa Grande
Luiz Gonzaga Fleury *1891 +1969	Atuou como professor de escola primária e secundária de São Paulo
Hortencia Pereira Barreto +1946	Atuou como professora e médica. Proferiu o discurso do Conselho Honorário da Associação de Professoras, em 1935
Francisco Alves Brisola	-
José Alfredo de Souza Oliveira	Diretor do Grupo Escola de “Vargem Grande”-SP
Anna Nogueira Ferraz	Adjunta do Grupo Escolar de “Rebouças”-SP
Olga Bolliger	Adjunta do Grupo Escolar de “Rebouças”-SP
Fernando Rios	Delegado Regional de Ensino de Itapetininga-SP e também foi inspetor escolar da região de Sorocaba-SP
Renato Arruda Penteado	-
Francisca da Silveira Queiroz	Professora do Ginásio do Estado de Sorocaba-SP e adjunta do 2º Grupo Escola de Sorocaba
Eulália Alves Siqueira	Assistente do Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação
Maximo de Moura Santos	Chefe dos serviços das Instituições Auxiliares da Escola do Departamento de Educação. Elaborou também, a segunda edição do livro <i>Preparatórios</i> , editora Nacional, que era utilizado para o exame de admissão aos Ginásios e Escolas Normais
José Benedito Madureira	Inspetor do ensino Secundário e Normal. Fez o Curso na Escola de Educação Física do Exército, em 1933
Benedito Caldeira	Diretor do Grupo Escolar “Cardoso de Almeida”, de Botucatu-SP
Maria Antonieta Raimo	Adjunta do Grupo Escolar “Parque da Mocca”
Urbana Abs	Adjunta do Grupo Escolar de Ribeirão Preto-SP
Antonio D’Ávilla *1903 +1989	Lente de Didática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas
Maria Aurora Lourenço	-
Maria Cardoso Alves	Assistente da seção de Educação da Escola “Conselheiro Rodrigues Alves”- Guaratinguetá-SP
Maria Aparecida Alves Mourão	-
Anésia Martins Mattos	Professora da escola mista rural, em São João da Boa Vista
Gilberto Pereira Machado	Diretor do Grupo Escolar “João Flourêncio”, Tatuí-SP e professor das escolas reunidas do Aparecida, em São Manoel-SP
Aquiles Archeiro Junior	Catedrático de Educação
Odete Lourenço	Catedrática de Educação; assistente da cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia da USP
Francisco Bernardi +1999	Desenvolveu o seu trabalho como fotógrafo e, também, construir algumas máquinas fotográficas. Foi também, diretor geral da agricultura.
Aurora Visconde Rico	Setor de aperfeiçoamento de professores de Serviços de Expansão Cultural

Fonte: *Bibliografia de e sobre* revista *Educação*: um instrumento de pesquisa. REIS (2017) (Apêndice).

Como é possível observar, a partir do quadro acima, que os colaboradores das revistas *Educação* selecionados para a pesquisa, em sua maioria, exerciam alguma função nos âmbitos públicos educacionais, desde as Faculdades de Filosofia, Instituto de Educação, Escola Normal, Grupos Escolares, até as Escolas Rurais, dentre outros âmbitos.

No Quadro 7 apresento os colaboradores de artigos e ano de publicação de cada artigo, artigos esses contidos na revistas *Educação* e *Revista de Educação*. No total de 48 artigos.

Quadro 7 Colaboradores de artigos das revistas *Educação* entre 1931 e 1961

COLABORADORES	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1943	1944	1946	1951	1952	1961	Total
José Ferraz de Campos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ataliba de Oliveira	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Abner de Moura	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Não consta autoria	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Luiz Gallina Junior	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Clotilde de Castilho de Andrade	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
José Ribeiro Escobar	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
J.B.Damaco Penna	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Adalvívia de Toledo	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Raimundo Pastor	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Benedito Candido de Moraes	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Melquiades Pereira Junior	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Reinaldo Kuntz Busch	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Francisco Antunes	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Renato Jardim	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bruno Vollet	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Norberto de S. Pinto	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Antonio P.Dutra	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Luiz G.Fleury	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Hortência P. Barreto	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Francisco A. Brisola.	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
José Alfredo de S.Oliveira	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fernado Rios	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Renato A Penteadó	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Francisca de Silveira Queiroz	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Eulália Alves Siqueira	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Maximo de Moura Santos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
José Benedito de Madureira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Benedito Caldeira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Maria A. Raimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Urbana Abs	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Antonio D'Avilla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Maria A Lourenço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Maria C. Alves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Maria.A.A.Mourão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Anésia.M. Mattos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Gilberto.P.Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Aquiles Archeiro.Jr	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Odete Lourenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Francisco Bernardi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Aurora V.Rico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Francisco A. Leite	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total geral por ano	7	3	7	6	5	2	2	3	1	2	4	3	2	1	1	
Total geral por período	7	35										6				48

Fonte: *Bibliografia de e sobre revista Educação: um instrumento de pesquisa*. REIS (2017) (Apêndice).

É possível evidenciar e constatar por meio dos dados contidos no Quadro 7 que: entre 1931 e 1944, os colaboradores de artigos que mais publicaram nesse período na revista *Educação* foram: Benedito Candido de Moraes, que publicou 3 artigos, depois, José Ribeiro Escobar e Luiz G. Fleury que publicaram cada um 2 artigos nesse período. Houve também 3 publicações nesse período que não constam autoria. Os demais colaboradores que tiveram seus artigos publicados nesse período escreveram somente 1 artigo. No total de 21 artigos publicados na revista *Educação* entre 1932 e 1944. Já no Quadro 3 entre 1936 e 1961 os colaboradores que tiveram seus artigos publicados nesse periódico escreveram somente um artigo.

Vale ressaltar que Benedito Candido de Moraes formou-se na Escola Normal da Praça da República da cidade de São Paulo – Capital, José Ribeiro Escobar foi lente da mesma instituição que Benedito Candido de Moraes se formou e Luiz G. Fleury atuou como professor de escola primária e secundária.

Muitos desses colaboradores de artigos das revistas *Educação* que foram enunciados no Quadro 6 e Quadro 7 escreveram sobre vários aspectos relativos à educação da época. Em sua maioria, esses colaboradores escreveram mais de um artigo. Porém, resalto aqui, os artigos que tratavam sobre aspectos do que nas revistas em estudo foram considerados como da Didática.

Seguindo as análises realizadas nesta seção, e à luz da bibliografia especializada, foi possível uma compreensão sobre a trajetória histórica das revistas, *corpus* da investigação, desde seus primórdios, em 1927.

Tratou-se de análises cujas permanências e mudanças de aspectos como os tipográficos e os referentes à nomenclatura revelam permanências e mudanças de perspectivas histórico-educacionais e de seus colaboradores, a começar pelos marcadores históricos que situam o nascimento das revistas imerso em dado contexto de disputas pela legitimidade no campo educacional entre “os antigos” e os “modernos” (MORTATTI, 2000), cujo centro deu-se graças ao conflito entre “tradicionalistas” católicos e “reformadores” liberais.

Foi possível apresentar títulos referentes ao que se considerava ser Didática à época, o que evidenciou, pela frequência e quantidade desses artigos publicados nos vários períodos, a presença de preocupações no campo da Educação

Essa preocupação também ficou evidenciada pela posição e função que os colaboradores ocuparam no campo educacional e mediante a quantidade e temáticas dos artigos, às quais eles se dedicaram, evidenciando quem, quando, por que e para quem

escreveram, pois, mesmo que os quadros sejam apresentados de maneira concisa é necessário reconhecer a importância dos temas, especificamente do que concebiam como Didática, para o campo educacional e para atividade intelectual desses profissionais da educação. A propósito, as possibilidades de diálogos entre esses profissionais, por meio de temáticas sobre Didática, são apresentadas na seção 3, mediante análise dos artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961), apresentados nos quadros 1, 2 e 3. E, nesse mesmo sentido, na seção 4, são apresentadas perspectivas de temáticas sobre a Didática, decorrentes desse diálogo, e as quais, em confronto com as análises de Garcia (2000), estiveram presentes em momentos da trajetória histórica da Didática como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores.

Finalmente, foi possível evidenciar que a periodicidade das revistas variou conforme a situação histórica do Brasil e a política editorial dos órgãos do Estado. E, nessa instabilidade político-educacional, pouquíssimos colaboradores tiveram uma assiduidade na autoria de artigos o que significa que as revistas analisadas tiveram uma grande variedade de colaboradores.

3 As revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961): texto, discurso e a produção de um diálogo sobre Didática.

Como mencionado na seção anterior, concorrem para a produção de sentidos dos textos de um periódico tanto os aspectos referentes ao processo de como tais textos se materializam, quanto o conjunto de formações discursivas – o texto propriamente dito e o discurso, esse último produzido no contato do leitor com o texto e os vários contextos (CASTRO, 2005).

Nesse sentido, nesta seção, são apresentados e analisados os artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Educação* (1945-1961), por meio de aspectos que então se constituía em objeto de preocupação da Didática, e a partir dos quais foi estabelecido certo diálogo entre os colaboradores, em sua maioria, sujeitos atuantes no campo educacional, em seus vários níveis e funções.

Para tanto, organizei esta seção em subseções, de acordo com os períodos das revistas em que houve colaborações em temáticas sobre Didática, conforme informações dos quadros 1, 2 e 3, apresentados na seção anterior.

3.1 Diálogos sobre Didática na Revista *Educação* de 1932

Conforme o quadro 1, da seção anterior, os artigos da revista *Educação* com títulos que remetem à aspectos da Didática à época da publicação dessa revista foram publicados no ano de 1932.

O primeiro deles é do n.º da revista *Educação* de janeiro, fevereiro e março, de 1932, intitulado “Das frações dobrando e rasgando papel”, de José Ferraz de Campos.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*¹¹, de 1904, José Ferraz de Campos foi “[...] dispensado do cargo de director da escola Barnabé, de Santos, sendo nomeado adjunto do mesmo estabelecimento [...]” (p.3). Também consta, na seção intitulada “Itapetininga”, do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1912, que o professor José Ferraz de Campos foi “[...] lente da Escola Normal [...]” (p. 5).

¹¹ Em 1875, esse jornal era nomeado como *A província de São Paulo*, o termo “província” durou até 31 de dezembro de 1889, depois, foi nomeado como *O Estado de S. Paulo* o que perdura até os dias atuais.

Nesse artigo, Campos (1932) aborda, de forma discursiva, como ensinar aos alunos “[...] às primeiras noções de meios, terços, e quartos [...]” (p. 66). Campos (1932), em seu artigo, mostra-se comprometido com a forma didática e com o *como ensinar* fração aos alunos. Campos (1932) chama a atenção até mesmo sobre a forma como se emprega e se utiliza o “papel”, para que ocorra a elaboração das frações, ou seja, a forma metodológica, e ressalta que o papel é “[...] dividido de um modo apenas mecânico, enrolando-o e dobram-no.” (p. 68). Isso nos permite analisar que, até a forma em relação ao manuseio dos materiais em sala de aula foi pensada e problematizada, a princípio por Campos (1932), dialogando com grande parte dos colaboradores da revista *Educação* que também evidenciam em seus artigos tal preocupação. A preocupação em relação ao “como fazer” em sala de aula é nítido no artigo de Campos (1932), tendo em vista que o autor mostra de forma elucidativa os meios para efetivar o aprendizado em relação à fração.

Ainda, nessa mesma revista de 1932, contém uma seção intitulada “Em classe (Parte escolar)”. Primeiramente, nessa seção, percebe-se que há exercícios em relação aos “sólidos geométricos”, enunciados de forma descritiva, problemática e lúdica, essa última por conta das imagens que constam nessa seção. Além disso, há um subitem, dentro dessa seção, intitulado “Lições de cousas” (p.236). O conteúdo desse subitem, “Leitura e redação”, era destinado aos professores do magistério, a fim de fomentar a prática do professorado paulista.

A revista *Educação* de abril e maio, de 1932, contém o artigo intitulado “Como ensinar algarismos romanos”, de Ataliba de Oliveira, diretor do Grupo Escolar de Atibaia (p. 35). De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1954, Ataliba de Oliveira foi convidado para participar da “[...] Primeira Semana de Estudos, promovido pelo departamento de educação [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1954, p.12), em que se pronunciaria sobre o “[...] ensino da leitura na escola [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1954, p. 12). Primeiramente, destaco o título desse artigo, tendo em vista que ele anuncia a maneira como vai ser abordado o “como ensinar”, dialogando, portanto, com aspectos da Didática: “Sou o primeiro em reconhecer a modestia da presente contribuição para a didática paulista, dada a importancia, relativamente pequena, de que se revestem os algarismos romanos, na vida pratica dos homens [...]” (OLIVEIRA, 1932, p. 35). Outro quesito que reforça o diálogo que se pretende sobre questões da Didática é que Oliveira (1932) organiza o seu artigo em aspectos teóricos e práticos, de maneira a estabelecer a relação entre eles no ensino. A propósito, esclarece tratar-se de

um artigo em que se abordam aspectos referentes “à prática e a prática em si”, denominada como: “1º lição”, norteadora da prática docente. Demonstra, em seu artigo, o processo de ensino em relação aos algarismos romanos (OLIVEIRA, 1932, p. 35).

Na Revista *Educação* dos meses de junho e julho de 1932 contém o artigo “Escalas”, de Luiz Gallina Junior. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Luiz Gallina Junior faleceu em 1965 aos 75 anos (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1965, p. 13). Luiz Gallina Junior também foi professor do “[...] Instituto Commercial do Rio de Janeiro [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1928, p.12).

Primeiramente, Gallina (1932) explica o que são escalas. Logo após, insere alguns mapas para elucidar a explicação. De maneira geral, esse artigo serviu como norteador em relação à prática docente dos professores que ministravam a “matéria” de “Geografia”, tendo em vista que o conteúdo “escalas” fazia parte dos programas elaborados pelos órgãos públicos para as escolas do estado de São Paulo.

Na Revista *Educação* do mês outubro e novembro de 1932 há o artigo intitulado “Geometria”, de Clotilde Castilho Andrade. A priori, é possível perceber que esse artigo foi escrito e publicado para embasar a prática dos professores que ministravam aulas nas disciplinas/matérias de: “Matemática”; e “Geometria”.

Andrade (1932) disserta em seu artigo o passo a passo em relação ao ensino de Geometria, por exemplo: “[...] apresentar à classe uma folha de papel [...]” (p. 216). Vale ressaltar que esse artigo destinava-se aos alunos do, então, [3º grau].” (p. 216). Esse “passo a passo” parece ser ofertado pela autora de maneira a propagar uma prática docente, ou melhor, uma metodologia a ser utilizada em sala de aula pelos docentes. E essa prática e metodologia docente estavam imbuídas de uma Didática.

Ainda, nessa mesma Revista *Educação* de 1932, localizamos o artigo intitulado “Demonstrações por syllogismo”, de José Ribeiro Escobar. Nesse artigo, Escobar (1932) relata as suas experiências na Escola Normal em relação à “falta de lógica” e a “Matemática” (p.81). “A falta de base; a decoração, sem compreensão [...]” (p.81).

Em relação à questão do silogismo, Escobar (1932) menciona que há: “dedução concentrada, por meio de números”, “dedução concentrada, por meio das letras” e “dedução analytica, por syllogismo” (p.82). O professor pede “evocações” aos alunos por meio da “[...] dedução [...]” (p. 83). Para demonstrar a sua prática em sala de aula, Escobar (1932) utiliza-se de uma técnica, a dedução, ou melhor, utiliza-se do ensino “indutivo- dedutivo”. Podemos nos arriscar a pensar que essa técnica, a dedução,

é uma técnica didática, ou seja, o como fazer em sala de aula que levassem aos alunos à aprendizagem.

Finalizando as publicações desse ano de 1932, a revista *Educação* do mês de dezembro, dentre outros artigos, contém o artigo intitulado “Contribuições ao estudo dos testes A. B. C.” (1932), de J. B. Damasco Pena.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, J. B. Damasco Pena foi eleito como vice- presidente do II Congresso dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1952, p. 6). Traduziu o livro *Iniciação as ciências da educação*, de Arnould Clausee (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1970, p.2) e também foi organizador com a professora Noemi Silveira do jantar promovido pela Universidade de São Paulo em homenagem a Fernando de Azevedo (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1936, p. 8).

Nesse artigo, Pena (1932), primeiramente, menciona que se trata de um texto escrito para Lourenço Filho, autor dos “Testes A.B.C.” (p. 75). Organiza seu artigo em “teoria”; e “aplicação” (p. 32). O conteúdo geral do artigo refere-se à organização e perfil das classes escolares (p.75). A forma com que esse artigo foi organizado por Pena (1932) também nos permite analisar alguns pontos em relação à Didática, tendo em vista que ele foi organizado em: “teoria” e “aplicação”, ou seja, prática.

Depois das edições e exemplares elaborados no ano de 1932, a Revista *Educação* mudou a sua nomenclatura, como mencionado, alterando o seu nome para *Revista de Educação*.

Diante disso, é possível observar, que os colaboradores da revista *Educação*, de 1932, dialogam sobre aspectos da Didática como que a remetendo à ação prática, mas também buscam certa articulação com os aspectos teóricos.

Seguem, na sequência, as possibilidades de diálogos sobre Didática entre os colaboradores da *Revista de Educação*, publicações entre 1933 e 1944.

3.2 Diálogos sobre Didática na *Revista de Educação*, entre 1933 e 1944

Conforme o quadro 2, da seção anterior, o primeiro artigo da *Revista de Educação* com aspectos da Didática publicado entre 1933 e 1944 é de junho de 1933, intitulado “O programa de Didática”, de José Ribeiro Escobar.

Primeiramente, Escobar (1933) ressalta que o “Magistério Normal” da época havia tido uma conquista a qual culminou em dada autonomia, pois “[...] cada lente¹² [havia passado a fazer] o seu programa, adaptando-o às mil circunstâncias variáveis da ocasião [...]” (p. 89).

Ao analisar esse “programa” que consta em seu artigo, Escobar (1933) menciona que foi preciso se ater: “no período de transição criado pela reforma”, “o número de horas de aula em cada ano”, “as matérias que os alunos já tinham aprendido, ou não, no Curso Normal”; e “[...] o fato de haver Didática no 2º ano, quando as matérias preparadas vinham depois como a Psicologia, Pedagogia e Metodologia Geral.” (ESCOBAR, 1933, p. 89). Nesse trecho, podemos perceber onde a Didática se situava na matriz curricular do Curso Normal, pois somente depois de ministrada é que viriam as matérias mencionadas na citação.

O que Escobar (1933) pretendia com seu artigo, e, conseqüentemente, com o seu “programa” era oferecer uma “orientação prática” e, por conseguinte, o que entendia ser uma orientação didática aos “lentes” do Curso Normal para a elaboração de um programa.

No decorrer do seu artigo, Escobar (1933) demonstra os programas para o 1º, 2º, 3º e 4º anos, sempre tendo por base o ensino “indutivo-dedutivo”. Nesses “programas”, vários temas foram abordados como: “higiene”, “geografia”, “linguagem”, “desenho”, “música”, “ginásticas”, “cosmografia”, “história natural” e “civismo”.

Outra questão que saltou aos olhos foi que, em cada “programa” formulado, Escobar (1933) sugere aos “lentes” do Ensino Normal que elaborem com seus alunos, por exemplo, um “[...] Museu de Didática: bandeiras, retrato de brasileiros ilustres, urnas, e etc [...]” (p. 104). Esse “Museu de Didática” criado pelos próprios professores do magistério e, conseqüentemente, pelos alunos, tinha uma variação, tendo em vista que cada “programa” abordava uma temática diferente.

Na *Revista de Educação* do mês de setembro de 1933 consta o artigo intitulado “Escola Nova – o seu objetivo”, de Adalívia de Toledo. Segundo Santos (2014, p. 14), Adalívia Toledo foi diretora do “[...] Curso Primário anexo à Escola Normal Padre de Anchieta, durante o ano de 1936 [...]”

¹² O significado etimológico da palavra “lente”: professor, mestre ou docente.

Nesse artigo, Toledo (1933, p. 72) menciona que o objetivo da “escola moderna” (Escola Nova), dentre tantos outros, era o de educar e adaptar o aluno à vida, porém, dando ênfase ao desenvolvimento harmônico do educando. Esse artigo de Toledo (1933) foi embasado na obra *Vida e Educação*, de John Dewey (1930). Também, Toledo (1933) disserta sobre as necessidades das crianças e seus interesses e, também, coloca em pauta a postura do educador que tinha que se subordinar “[...] a tudo que se relacione com a vida infantil [...]” (p.73).

Nesse artigo, Toledo (1933), também, menciona sobre aspectos da “globalização” e seus impactos. De acordo com Toledo (1933, p. 74) “[p]ara o ensino da globalização não há matérias. Há um problema a ser resolvido e para cuja solução concorrem a leitura que nos fornece informação [...]”

Para Toledo (1933, p. 75), aprender nunca é um processo passivo, mas, sim, “[...] aprendemos por meio de reações e pelas reações que exercitamos [...]” Outro ponto que deve ser ressaltado em relação ao artigo analisado é que a “observação” é um ponto chave para essa “escola moderna”, os quais “[...] se tornar[iam], por assim dizer, o ponto de partida para todos os conhecimentos.” (p. 75).

É possível perceber que Toledo (1933) atribui à Escola Nova a ideia de se colocar a criança no centro do ensino, descentralizando assim, a ideia de que o professor era o detentor do conteúdo e ensino. Ademais, Toledo (1933) utiliza uma metodologia em seu artigo, a observação, como mencionado.

Na *Revista de Educação* do mês de dezembro de 1933, também, há outro artigo que revela a tendência educacional da época, voltada para a Escola Nova, mas que é intitulado “A escola ativa”, de Raimundo Pastor.

Sobre esse colaborador, o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1970, publicou uma nota intitulada “Memórias”, em que o redator menciona que Pastor teve publicado pelo Centro do Professorado Paulista, o seu livro *Alegrias, Agruras e tristeza de um professor* (1970) (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1970, p. 48). Além disso, Raimundo Pastor foi professor na Escola Rural de Ribeirão Grande “[...] lá pelos idos de 1919 [...]” (*JORNAL REGIONAL*, 2012, p. 988).

Pastor (1933) elabora esse artigo com base em uma conferência que não foi nomeada e que foi proferida em Sorocaba (SP), em 1931, por Paulo Monte Serrat e Noemi Silveira. Segundo Toledo (1933, p. 26), nessa conferência foi discutido “[...] o conceito de que [gosava] a escola ativa nos Estados Unidos.”

Nesse mesmo artigo, Pastor (1933), também, disserta sobre a questão do método Decroly que, por muitas vezes, foi renegado pelo professorado paulista. Desse modo, menciona ser necessário “[...] primeiro, fazer conhecer ao professorado a técnica do método, para que este se torn[asse], em suas mãos, um elemento vivo de ação e progresso [...]” (p. 27). Vale ressaltar, nesse ponto, que a Didática também era compreendida por esses profissionais do magistério como “técnica”.

Outro aspecto que Pastor (1933) menciona é que:

[...] a transformação da escola clássica em escola ativa, no Estado, deveria ser atacada simultaneamente pelos dois flancos: pela Escola Normal e pela Escola Primária. A ação conjugada dessas duas forças daria melhores resultados. (p. 31).

Desse modo, Pastor (1933, p. 35) afirma que não bastava somente inovar os métodos, mas demonstrar que “[...] os métodos que se pretende introduzir no ensino, são mais eficientes e racionais”.

Na *Revista de Educação* do mês de março de 1934 consta o artigo intitulado “Noções educativas de modelagem”, de Benedito Candido de Moraes.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1955, p. 8), Benedito Candido de Moraes foi casado com Luiza Vinuales de Moraes e faleceu em São Paulo – “[...] Capital, aos 61 anos de idade [...]”, em 1955. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* do mês de novembro de 1948, Benedito Candido de Moraes, formou-se pela “[...] Escola Normal da Capital [...]” (p. 7), em 1923.

Primeiramente, nesse artigo, Moraes (1934) explica a “definição”, “importância” e “objetivo” da modelagem. Logo após, apresenta alguns exercícios teóricos e práticos em relação à modelagem, dividindo-os sempre em: “parte A” e “parte B”. É possível identificar que os exercícios referentes à modelagem presentes nesse artigo são acompanhados por figuras geométricas e, também, são organizados em “exercícios teóricos e práticos”.

Moraes (1934) continua com a explicação desse mesmo artigo na *Revista de Educação* de junho de 1934, porém, aborda, mais especificadamente as noções dos sólidos geométricos. É possível perceber também que Moraes (1934) dá continuidade a um diálogo teórico em relação à modelagem, porém, contextualiza-a com figuras geométricas.

Ainda, na *Revista de Educação* do mês de março de 1934 consta o artigo intitulado “O ensino de Matemática”, de José Ribeiro Escobar. Nesse artigo, não

constam exercícios matemáticos, porém Escobar (1934) formula um vasto diálogo teórico referente ao ensino de Matemática. Associa o ensino da Matemática ao “senso moral”; com a afirmação de que “[...] a moral deve ser onipresente em todas às disciplinas [...]” (ESCOBAR, 1934, p. 142). É pertinente ressaltar que a palavra “disciplina”, a partir dos artigos selecionados e analisados até o presente momento, foi mencionada pela primeira vez nesse artigo escrito por Escobar (1934). Anterior a essa menção, outros autores de artigo, utilizavam-se da palavra “matéria e “disciplina de estudo” (DEWEY, 1930).

Também, Escobar (1934, p.142) compara o ensino da Matemática ao “espírito filosófico”, “senso estético”, “espírito crítico”, “à imaginação”, “à memória”, “à percepção e raciocínio”, “à lei biogenética”, “ao raciocínio dedutivo”, “aos aspectos gráficos, numéricos e simbólicos”, “ao sentido visual”, “ao sentido muscular”, e “ao espírito poliédrico”.

Nessa mesma revista, *Revista de Educação* do mês de março de 1934, consta também, um artigo intitulado “Fatores do retardamento da vitória completa da Escola Nova”, escrito por Melquiades Pereira Junior. O objetivo desse artigo foi o de enunciar os fatores que “retardam” os avanços da Escola Nova. Dentre esses fatores, Pereira (1934) ressalta a questão “[...] das idéias retrogradadas [...]” e, também, “[...] dos inconversíveis defensores da Escola Tradicional [...]” (p.157). Destaca-se, nesse ponto, que a Escola Nova trouxe consigo novas técnicas, sendo assim, novas formas de promover o ensino ao aluno, como: “observação” e o ensino “indutivo-dedutivo”.

Por fim, Pereira (1934) menciona que “[...] é claro que o advento pleno desta [Escola Nova] exig[ia] certo período de transição, necessário, imprescindível.” (p. 159).

Na *Revista de Educação* do mês de junho de 1934, consta o artigo intitulado “Aulas ativas”, de Reinaldo Kuntz Busch. No jornal *O Estado de S. Paulo* do mês novembro de 1974, consta uma nota intitulada “Falecimentos” que faz menção a Reinaldo Kuntz Bush, referente sua morte e biografia.

Reinando Bush faleceu na capital de São Paulo aos 75 anos de idade. Nasceu em Limeira (SP) e casou-se com Leontina Silva Bush. Foi, “[...] também, professor do Instituto de Educação Estadual Caetano de Campos; professor do Instituto de Educação Estadual Padre Anchieta; diretor do Instituto de Educação Estadual de Pirassununga.” e membro da “[...] Acadêmica Paulista de Educação [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1974, p. 17).

Sobre esse artigo, primeiramente, ressalto as informações que constam em sua ficha técnica, justificando a sua publicação. Segundo tal justificativa, esse artigo era uma “[...] resenha do desenvolvimento dado às aulas dos dias 16-17-3-1931 na classe do “3º grau” masculino atrasado do Grupo Escolar Flamínio Pereira.” (BUSCH, 1934, p. 180).

Outro aspecto que deve ser salientado nesse artigo é estilo utilizado por Busch (1934), como um relato, um diário: “[d]ezesseis de março. Manhã esplendida. Sól muito brando, e leve brisa mantendo agradável frescor no ambiente [...]” (BUSCH, 1934, p. 180).

Essa aula, do dia dezesseis de março, foi apresentada em três fases, o que Busch (1934) denomina por “problemas”. O “1º problema” chama-se “[c]omo a gente póde orientar-se de manhã.” (p.180), evidenciando assim a questão da “observação”; o “2º problema” intitula-se, “[c]omo podemos verificar se êstes ou aqueles acertaram.” (BUSCH, 1934, p. 182), destacando que somente a partir da verificação coletiva que os alunos tomariam consciência dos seus erros e acertos, ou melhor, que somente a partir da prática coletiva que os alunos “tomariam” consciência de suas assertivas; e, por último, no “3º problema”, Busch (1934) sugere que os alunos façam um “[...] traçado do mapa bem grande no chão” (p. 182), denotando assim, mais uma vez, a parte prática enunciada em sua aula.

Já, na aula do dia “dezessete de março”, Busch (1934) trabalha “[...] o fenômeno da hematose [...]” (p. 183). Primeiramente descreve em seu artigo que os alunos fizeram um gráfico “no quadro-negro”; logo após, deram cor a esse gráfico, colorindo “[...] de vermelho, nas artérias, veia pulmonar.” (p.183). A teoria e a prática são vistas, claramente, em seu artigo e, também, em suas aulas.

É preciso mencionar que esses relatos de aulas (BUSCH, 1934) têm uma ordem cronológica: “primeira etapa de aula”, “recreio”, e “segunda etapa de aula”, evidenciando assim, como era, ou deveria ser, composto o tempo escolar dos Grupos Escolares, em 1934.

Ainda, na *Revista de Educação* do mês de junho de 1934, consta, também, o artigo intitulado “Logicidades”, de Francisco Antunes. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1938), na nota intitulada “Pela instrução”, Francisco Antunes, no ano de 1938, foi efetivado “[...] no cargo de diretor do terceiro Grupo Escolar desta cidade [São Paulo].” (p.6) – SP. Compreende por “terceiro Grupo Escolar”, conforme informações que constam na nota intitulada “Bibliographia” do jornal *O Estado de S.*

Paulo do mês de abril de 1936, “[...] o Grupo Escolar de Villa de Tibiriça.” (p. 3). Segundo a *Revista de Educação* de 1928, Antunes também ocupou o cargo de adjunto do primeiro Grupo Escolar de Bauru (p. 302).

Nesse artigo, Antunes (1934) menciona que o que mais agrada ao “espírito infantil” é a logicidade (p. 172). Para ele, compreender por “logicidade” “[...] questão engenhosa, numérica ou não, em cuja solução o raciocínio falho é suplantado interêsse aos seus alunos.” (p.172). Esse autor (1934) elabora em seu artigo “100 exercícios” referentes à “logicidade” para os alunos “[...] do 1º ao 4º ano primário [...]” (p. 172).

Na *Revista de Educação* do mês de setembro de 1934, há, dentre outros artigos, o artigo intitulado “Projecto de programa mínimo para o Curso Primario”. Desse artigo não consta a autoria. Esse “programa” destinava-se aos Grupos Escolares da época, por funcionarem em três turnos.

É possível perceber que esse “Projecto de programa mínimo para o curso primario” (1934) foi dividido em 4 partes, obviamente por saber que o primário vai até o “4.º ano”. O conteúdo, em relação ao artigo, que mais se repete em todos os 4 anos, no caso, em todas as 4 partes, é a questão das “disciplinas de expressão”. Compreende por “disciplinas de expressão”: “[...] leitura expressiva em prosa e verso [...]” (p. 181); “[...]a leitura de diálogos interessantes [...]” (p.181); “[...] leitura coerente de prosa e verso [...]” (p.178); “[...] leitura diária com naturalidade e boa pronuncia [...]” (p. 176); e “[...] leitura com relativa facilidade [...]” (p. 174).

Ainda, outros temas são mencionados nesse projeto, por exemplo, “trabalho manual”, “desenho”, “calculo”, “iniciação de matemática”, “leitura”, e “linguagem oral”.

Também consta na *Revista de Educação* do mês de setembro de 1934 o artigo “Sobre a Didactica do calculo”, de Renato Jardim. Nesse artigo, Jardim (1934) fomenta a discussão em torno da Matemática. Jardim (1934) deixa explícito em seu discurso que não é um conhecedor nato dos números. Esse artigo decorreu de uma palestra proferida por Jardim, no dia 17 de abril de 1933, última reunião da Associação dos Professores de São Paulo.

A partir de sua experiência como aluno e profissional do magistério, Jardim (1934) profere a sua palestra. Primeiramente, coloca-se na postura de criticar o matemático que, por muitas vezes, esquecesse-se do “[...] espírito da criança [...]” (p. 9). Levando assim em conta a “Psicologia”, “Pedagogia” e a “Didática”.

Jardim (1934) dá ênfase à questão da Matemática, porém, correlacionando-a com a Escola Ativa. Outro aspecto criticado por Jardim (1934) em seu artigo é referente à questão da atitude do professor de Matemática, que, por muitas vezes, compreende o seu conteúdo, legítima-o como algo superior às outras disciplinas e esquecesse-se do “espírito da criança” (JARDIM, 1934, p. 11), esquecendo-se, assim, da maneira e do tempo com que as crianças aprendem.

Na *Revista de Educação* do mês de dezembro de 1934, consta uma seção intitulada “Factos e iniciativas”, em que se encontra, dentre outros artigos, o artigo intitulado “Congresso catholico de educação”, sem autoria.

É possível observar que alguns pontos foram discutidos nesse congresso, por exemplo, a produção de livros que fomentem a religiosidade (p. 334) e a impossibilidade de a educação acontecer “[...] sem a collaboração da escola e da familia [...]” (p. 336). Em suma, foram, exatamente, 138 pontos discutidos nesse congresso e descritos nesse artigo, todos esses pontos dizem respeito à educação dominical, a instituição familiar e a circulação de livros religiosos.

Na *Revista de Educação* dos meses de março e junho de 1935 consta o artigo intitulado “As classes selectivas do 1º grau e os testes A. B. C.”, de Bruno Vollet.

De acordo com o *Jornal O Estado de S. Paulo* do dia 23 de fevereiro de 1934, Bruno Vollet era “[...] director do G. E. de Ariranha [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1934, p. 2).

Vollet (1935, p. 84) elabora esse artigo a partir dos resultados de aplicação de “[...] dois testes mentaes”. Os testes que Vollet (1935, p. 84) aplicou foram: “[...] o colectivo de Otis e o Desenho de Goodenough”. Esses testes foram aplicados com os alunos do “[...] Grupo Escolar de Ariranha, em março de 1932 [...]” (p. 84).

Na primeira tabela intitulada “1º grau masculino”, Vollet (1935, p. 85) analisou o desempenho dos alunos em relação aos “testes de Otis”. Ele demonstra em sua tabela que 37 alunos participaram dos testes, porém, 27 alunos foram aprovados e, por conseguinte, 10 foram reprovados.

Segundo Vollet (1935), a partir desses testes aplicados no Grupo Escolar de Ariranha-SP, com alunos do gênero masculino e feminino, nota-se que “[...] outros factores e não só a intelligencia intervêm no aprendizado” (VOLLET, 1935, p. 86), como, a forma com que os professores ministravam suas aulas.

Ainda, em seu artigo, Vollet (1935, p. 91) afirma que os *testes A.B.C.* “[...] pod[iam] ser ut[eis] ao professores e directores de Grupo [considerando-se que] as

novas matrículas se aproxima[vam] e com elas a oportunidade para uma organização racional das classes.” Desse modo, Vollet (1935) defende a aplicação dos *testes A. B. C.*, nos Grupos Escolares de São Paulo, com o propósito de selecionar os alunos por classe, a partir do seu nível de aprendizagem.

Novamente, na *Revista de Educação* dos meses de março e junho de 1935, contém, também, o artigo “Noções educativas de modelagem”, de Benedito Candido de Moraes. Vale ressaltar que, em 1934, nessa mesma revista, Benedito de Moraes publicou um artigo com o mesmo título “Noções educativas de modelagem”, o que nos possibilita analisar que há uma continuidade teórica em suas defesas.

Nesse artigo, Moraes (1935) disserta sobre “[...] a modelação oca e cheia [...]” (p.118). A partir dessa perspectiva, trabalha os inúmeros modelos de “casas” e “castelos”. Explica também, minuciosamente, qual o significado em relação à modelação “oca” e “cheia”.

Ainda, nessa mesma Revista de 1935, contém na seção “Através de Revistas” o artigo de Moura (1935), intitulado “Do Desenho infantil”. Vale ressaltar que esse artigo é bem breve e sucinto. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Abner Moura foi professor do Município de “Angatuba”- SP (p.2).

Nesse artigo, Moura (1935) referencia o Desenho infantil como um “[...] instrumento de aprendizagem moderno [...]” (p.219). Além disso, Moura (1935) menciona que esse instrumento moderno, o Desenho Infantil, considerado também uma linguagem, teria passado a contribuir para a “[...] Psicologia moderna [...]” (p.220).

Moura (1935) afirma que a narrativa explícita em seu artigo estava imbuída de preceitos e conceitos de “[...] Decroly [...]” (p.221) –, “indutivo- dedutivo”. O formato/tamanho do artigo escrito por Moura (1935) se distingue dos demais selecionados para a pesquisa desenvolvida e publicados pelas revistas analisadas pela sua extensão, com apenas três páginas.

A *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1935 contém o artigo intitulado “Educação dos anormais e dos debeis mentaes”, de Norberto de Souza Pinto.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1929, p. 6), Norberto de Souza Pinto foi “[...] professor normalista [...]” e, também, era “[...] presidente da Associação Campineira de Imprensa [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1932, p.4). É possível observar que havia uma preocupação em relação ao ensino dos “anormais”, o que hoje, no século 21, chamamos de “especiais”, em relação à forma com que eles aprendiam.

Pinto (1935, p. 30) respalda o seu artigo na Psicologia Científica Moderna, “[...] com maximo interesse, no desenvolvimento physico mental [...]” Chama atenção, em seu artigo, dos Órgãos Públicos e professores em relação aos “methodos pedagógicos” e a forma como eles são trabalhados com “[...] creanças anormaes e debeis mentaes [...]” (p. 30).

Compara de forma estatística que os “delinqüentes reclusos”, nos Estados Unidos, eram “debeis mentaes” (p. 30). Pinto (1935) parte de uma pedagogia da diferença, tendo em vista que o professor formado na Escola Normal Primária acreditava em uma diferença hierarquizante em relação aos indivíduos e suas capacidades, separando-os pelas suas diferenças.

De acordo com Pinto (1935, p. 30), a noologia “[...] que constitue o departamento psycologia concreta, classifica e mesmo explica os principaes grupos da mentalidade.” Ainda, Pinto (1935, p. 30), também, menciona que os profissionais do magistério tinham que trabalhar para a “[...] formação do typo humano e moderno.”

Outra questão que pareceu ficar bem clara, nas palavras de Pinto (1935), é o quanto as crianças tinham que ser privadas de alguns estabelecimentos públicos educacionais por uma questão moral, ética e, também, por acreditar que eles poderiam ser “[...] promiscuos [...]” (p. 31). De acordo com Pinto (1935, p. 31), não haveria solução satisfatória em relação à aprendizagem dessas crianças.

Por fim, Pinto (1935, p. 31) menciona que “[...] os menores anormaes têm os mesmos direitos que as outras creanças, e os seus paes pagam os mesmos impostos ao paiz e tambem são patriotas como aqueles que possuem os seus filhos normaes.” Nesse ponto, o discurso fica conflituoso, porque em um primeiro momento, Pinto (1935, p.32) menciona que “não haveria soluções satisfatória em relação à aprendizagem dessas crianças”, e, em um segundo momento, menciona que essas mesmas crianças “[...] têm os mesmos direitos que as outras creanças.” (PINTO, 1935, p. 32-33).

O segundo artigo que consta nessa mesma revista de 1935 intitula-se “O Desenho infantil e sua evolução”, de Antonio de Padua Dutra.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1930), Antonio de Padua Dutra ocupou o “[...] cargo de professor de Desenho da Escola Normal de Casa Branca [...]” (p.4) e, também, foi um renomado “[...] pintor paulista [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1939, p.2). Faleceu em 1939 em Nápoles (Itália) (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1939, p. 2).

Dutra (1935, p. 83) aborda em seu artigo aspectos sobre “Desenhos pedagógicos” e mostra algumas alternativas ao professorado paulista, por exemplo, quando menciona que o professor deve indicar modelos, até mesmo no quadro negro, demonstrando “[...] suas variação de perspectivas, graus de sombra e de luz.”

De acordo com Dutra (1935, p. 80), a partir do Desenho, a criança passa a representar o seu mundo, ora, concreto, ora, íntimo. Nas palavras de Dutra (1935, p.80), “[a] criança voluntariamente, se submete a representar aquilo que está presente aos seus olhos.”

Por fim, Dutra (1935, p. 84) menciona onde o Desenho não deve ser visto somente como “arte”, mas sim, como uma forma de linguagem, ou seja, “[...] dentro do lugar que a elle pertence na escola primária [...]”.

Novamente, Benedito Candido de Moraes dá continuidade ao seu artigo intitulado “Noções educativas de modelagem”. Primeiramente, Benedito Moraes começou essa discussão referente às noções educativas de modelagem na *Revista de Educação* de março 1934, depois, deu continuidade na *Revista de Educação* de março e junho de 1935 e, por fim, aborda novamente essa discussão, porém com perspectiva diferente, a “estilização”, na *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1935.

Nesse artigo, Moraes (1935) lança luz a uma discussão que, até o momento, não tinha sido feita: explana as formas do círculo na história, de maneira cronológica apresenta: “o círculo no estilo egypcio”, “o círculo no estilo grego”, “o círculo do estilo arabe”, “o círculo no estilo romano” e “o círculo no estilo moderno” (p.88-89).

De um modo geral, Moraes (1935, p. 88) mostra, detalhadamente, em seu artigo o “como fazer” em relação à forma geométrica do círculo, “[...] com uma cartolina cêrca a chapa de gesso branco apertando-a com barro posto por fora.” Outra questão que fica explícita em seu artigo, é que Moraes (1935) utiliza-se dessa técnica e, conseqüentemente, constituiu essa aula, em forma de artigo, na *Revista de Educação* referente os círculos, para enfatizar a questão patriótica, tendo em vista que o “circulo” constitui-se como forma geométrica da Bandeira Nacional do Brasil.

Na *Revista de Educação* de março e junho do ano de 1936 consta o artigo intitulado “O ensino da taboada no 2º ano”, de Luiz Gonzaga Fleury (1891-1969).

Segundo Messemberg (2012), Fleury “[...] nasceu em Sorocaba em 8 julho 1891 e faleceu em 8 maio 1969. Formou-se pela Escola Normal de São Paulo, em 1910 e atuou em escolas primárias e secundárias do estado de São Paulo.” (p.46).

Nesse artigo, Fleury (1936, p. 39) menciona que a *Revista de Educação* deveria conceder “[...] igual atenção, assim a assumptos theoreticos e doutrinarios, como a questão de ordem pratica, de applicação immediata.”

Para Fleury (1936, p. 40), eram poucos “modernos didactas”¹³ que reconheciam “[...] expressamente e recomendam o emprego de exercicios formaes na escola [...]” Fleury (1936) menciona esse trecho de modo a refletir sobre os exercícios de Aritmética.

Na segunda parte de seu artigo, Fleury (1936, p. 39) sugere cerca de “8 aulas”, para fomentar a prática docente em relação ao ensino da tabuada. Nessas aulas constam: “aulas expositivas”, “aulas explicativas” e “aulas em relação à chamada dos alunos”, todas em torno do ensino em relação à tabuada. Desse modo, é possível afirmar que Fleury (1936) demonstrou em seu artigo “[...] questões de ordem prática, de applicação immediata [...]” (p.39). Vale ressaltar que, na sua “8ª aula”, constam exercícios de Aritmética, demonstrando, assim, o que Fleury (1936, p.39) menciona sobre “aplicação immediata”.

Na mesma publicação de março de junho de 1936, também, consta o artigo de Hortencia Pereira Barreto, intitulado: “Educação pré-escolar”. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Hortencia Pereira Barreto proferiu o discurso destinado à “[...] posse do Conselho Honorário da Associação de Professoras.” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1935, p. 8). Atuou como professora e médica. Faleceu em 1946 (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1946, p.13).

Nesse artigo, Barreto (1936) aborda aspectos sobre a organização das escolas e lança luz à seguinte discussão: a partir de uma pré-estruturação das classes e, conseqüentemente, dos alunos, a educação tenderia a melhorar, com “[...] divisão em classes vizinhas, de valores eguaes, a limites de classes [...]” (p.114). Mostra-se, assim, a preocupação em relação à organização das escolas para que o ensino fosse o que consideravam como mais eficaz.

O segundo artigo que compõe esse mesmo exemplar da *Revista de Educação* de março e junho de 1936 é intitulado “Reprovações – sua origem e causas”, de Francisco Alves Brisolla. Não foi possível achar, com base nas fontes que consultei o ano de nascimento e morte de Francisco Brisolla.

¹³ Significado desse termo: eficiente no ensinar.

A primeira causa e, no caso, crítica, que Brisolla (1936) faz em seu artigo é referente à questão das licenças que os professores tiravam no período de aula, ou melhor, no ano letivo. Segundo Brisolla (1936, p. 116), esse é “[...] um dos males motivadores das reprovações. As licenças, portanto, apenas a quem, de facto se ache doente, é que deve ser concedidas [...]”

O segundo ponto que foi exposto por Brisolla (1936, p.116) é relativo à dispensa de professores “[...] interinos que se revelem incapazes.” e, também, a remoção de professores que não se submetem “[...] às contingências e necessidades do ensino” (BRISOLLA, 1936, p. 116). Outro aspecto mencionado por Brisolla (1936, p. 117), que se torna um fator primordial para reprovação de alunos, é referente à sobrecarga horária e burocrática “[...] aos diretores e desidia¹⁴ de muitos [...]”

Brisolla (1936) lança luz a algumas alternativas que poderiam contribuir para amenizar o impacto de reprovações nas escolas, em 1936, desde a seleção de alunos a partir dos *testes A. B. C.*, a “organização de gráficos”, o “methodo de projectos”, as “bibliotecas infantis”, a “puericultura” e até o “alimento e hygiene”.

Na *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1936, contém, dentre outros artigos, o intitulado “Arithmetica”, de João Alfredo de Souza Oliveira, então Diretor Escolar do Grupo Escolar de Vargem Grande (p. 47).

Nesse artigo, Oliveira (1936) disserta sobre a origem dos algarismos, suas culturas: “romanas”, “européia” e “indígena”.

Por fim, Oliveira (1936) menciona que “[...] o professor deve dar especial atenção à resolução de problemas, porque é nella que se opera o emprego racional do calculo, mental o escripto, dando origem assim a resposta satisfatória [...]” (p. 51).

O segundo artigo publicado nessa *Revista de Educação*, de 1936, intitula-se “Organização de classes seleccionadas e aplicação dos *testes A. B. C.*”, de Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger, ambas “[...] adjunctas do Grupo Escolar de Rebouças.” (p. 52).

Nesse artigo, Ferraz e Bolliger (1936, p. 52) pautam, primeiramente, os equívocos em selecionar os alunos repetentes pelo “[...] critério de adiantamento [...]” Tomam como exemplo para essa constatação o “Grupo Escolar Rebouças”, no qual exerciam a profissão de “adjunctas” e a “Escola Mixta Rural do Paraizo” (p. 52). A partir de suas vivências elaboraram e fomentaram suas discussões. Diante disso,

¹⁴ Significado da palavra desidia: “[...] preguiça, inércia” (MICHAELIS, 2000).

afirmam que procuravam sanar “[...] esse inconveniente no empenho de se aperfeiçoar cada vez mais o trabalho, sendo submettidos aos testes todos os meninos dos primeiros annos, inclusive os repetentes [...]” (p. 52).

É, constantemente, visível que Ferraz e Bollier (1936) propõem um exercício de retrospectiva em relação aos erros cometidos pelos professores em sua má interpretação dos *Testes A. B. C.*, para “[...] corrigir as falhas verificadas na aplicação dos testes em annos anteriores [...]” (p. 53).

Criticam o critério de observação, julgando-os “insuficientes”, tendo em vista que consideravam que os *Testes A. B. C.* davam uma maior abertura para classificar os alunos (p. 54). “[A] observação é feita por pessoas diferentes, diversas no modo de julgar e classificar, desiguaes na capacidade e na pratica [...]” (p. 54).

A *Revista de Educação* de março e junho de 1937 contém o artigo intitulado “O ensino no primeiro anno escolar”, de Fernando Rios, que havia sido “[...] delegado regional de ensino de Itapetininga.” (p. 3).

De acordo com o *Jornal O Estado de S. Paulo*, Fernando Rios, além de ter ocupado o cargo de “[...] delegado regional de ensino de Itapetininga [...]”-SP (p. 3), também, foi “[...] inspector 2 escolar [...]” da região de Sorocaba-SP (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1929, p. 8).

Primeiramente, Rios (1937) faz uma alusão aos escritos de Luiz Gonzaga Fleury referente às causas de reprovações citadas por ele na “[...] Directoria de Ensino, no boletim n. 7 [...]” (p. 4).

A crítica que se perpetua, constantemente em Rios (1934), diz respeito às matrículas dos alunos, aceitas pelas escolas, no mês de setembro, pois afirmava que os alunos matriculados em setembro, estariam impossibilitados de aprender “[...] os conhecimentos que consideramos indispensáveis para a sua produção [...]” (p. 4).

Ainda, Rios (1937) menciona que essas crianças que entraram atrasadas, em relação ao ano letivo, ou, mesmo àquelas que não conseguiram compreender o conteúdo “[...] não poderão ser promovidas se não demonstrarem possuir nos exames finais o mínimo de conhecimento já preestabelecido [...]” (RIOS, 1937, p. 6).

Dois aspectos no artigo de Rios (1937), referentes à sua crítica ao rendimento dos alunos nas escolas do estado de São Paulo, são ressaltados como pontos-chave: “matrículas tardias” e “frequência”. Desse modo, justifica que essa situação poderia mudar se caso houvesse um diálogo coerente entre às escolas, “[...] andem todas ao mesmo tempo substituam-se algumas por outras um pouco mais bem fundidas, e

teremos o nosso aparelho 20 ou 30% mais do que actualmente produz [...]” (RIOS, 1937, p. 7).

Na *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1937 há um artigo de Renato Arruda Penteado, intitulado “O ensino de Arithmetica”. Renato Arruda Penteado Renato de Arruda Penteado, em 1937, foi diretor do Grupo Escolar “Dr. Almeida Vergueiro”, da cidade do Espírito Santo do Pinhal (p. 68).

Segundo Penteado (1937, p. 68) há três objetivos norteadores para formulação desse artigo, a saber: “o habito de precisão”, “a rapidez e segurança do cálculo” e “o desenvolvimento e capacidade de raciocinar”. Logo após, Penteado (1937, p. 69) explica, minuciosamente, os três pontos norteadores de seu artigo, apresentando, assim, um esclarecimento mais amplo em relação aos objetivos. Porém, utiliza-se de um termo que, até então, não havia sido mencionado por outros colaboradores de artigos da *Revista de Educação* e, conseqüentemente, profissionais do magistério: *motivação*.

De acordo com Penteado (1937, p. 69), o ensino de Aritmética, “[...] como todo e qualquer outro, precisa ser motivado [...]” “É ensino motivado aquelle que responde a uma necessidade actual do espirito do educando [...]”

No quarto subitem de seu artigo, intitulado “O que se deve ensinar”, Penteado (1937, p. 70) reporta-se à “teoria e prática”, em referência ao “como ensinar” Aritmética aos alunos do primário:

[d]ividirá sempre o seu ensino em duas partes:na primeira fará com que a sala tenha noção clara dos valores com que irá jogar e só depois disso entrará na segunda parte, applicando em problemas em problemas as noções assimiladas pelos alumnos.

Penteado (1937) conclui, afirmando que, quando o ensino de Aritmética fosse, coerentemente, processado pelos professores às crianças, elas sentiriam “amor” pela disciplina Aritmética, “[...] cujo estudo perder[ia] a aridez de que se reveste quando mal orientado e concorrer[ia] grandemente para o desenvolvimento mental dos alumnos [...]” (p.71).

Já, na *Revista de Educação* de março e junho de 1938, consta um artigo intitulado “Curso Primário e sua organização”, de Adalvívia de Toledo, então adjunta do Grupo Escolar “Marechal Deodoro”, de São Paulo, Capital (p. 46) e que, também, esteve no cargo de diretora da Escola Normal “Padre Anchieta” (p. 46).

Nesse artigo, Toledo (1938) analisa desde as matrículas, no curso do primário da Escola Normal “Padre Anchieta”, até as aplicações dos testes nessa escola. Ressalta

também a importância dos materiais escolares – “coletivos” e “individuais” – a serem trabalhados pelos profissionais do magistério nas classes (p. 48). Em relação aos materiais escolares, Toledo (1938) denuncia a falta de livros didáticos no curso do primário da Escola Normal “Padre Anchieta”, e mais, menciona que esses livros correspondiam, na época, “[...] às necessidades das classes e ao nível mental das nossas crianças [...]” (p. 48).

Nesse mesmo artigo, contém um subitem intitulado “Prática de Ensino”. Desse modo, é possível analisar de que forma Toledo (1938) compreendia a “prática de ensino” para os “futuros professores”. Para Toledo (1938, p. 50), a prática de ensino se dava a partir do momento em que os professores tinham contato “[...] com o curso do primário, que representava, para eles, o campo experimental e o centro de observação [...]”. A “prática de ensino”, para Toledo (1938), não se dava em detrimento dos conteúdos escolares ou, até mesmo, da teoria que embasava as práticas dos profissionais dos magistérios, mas sim a partir de uma vivência em sala de aula, do contato direto com os alunos.

Ainda, nesse mesmo número da revista, há um artigo intitulado “A decadência do ensino secundário”, de Francisca da Silveira Queiroz.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Francisca Silveira de Queiroz ocupou o cargo de “[...] adjunta do 2º grupo escolar de Sorocaba [...]” (1915, p.6). Além disso, Francisca da Silveira Queiroz era considerada, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1956), como uma “[...] literata [...]” (p. 76).

Vale ressaltar que Queiroz (1938) foi a primeira profissional do magistério que elaborou um artigo para a *Revista de Educação* que aborda como tema o Ensino Secundário, haja vista que anterior a ela, os colaboradores das revistas enfatizavam, prioritariamente, o Ensino Primário.

Primeiramente, Queiroz (1938) ressalta a queixa dos profissionais do magistério em relação ao Ensino Secundário. Logo após esse relato, Queiroz (1938) menciona que o discurso mais frequente referente aos fracassos do ensino secundário era o seguinte: “[o]s alunos não aprendem porque os professores não sabem ensinar [...]” (p. 75), atribuindo, portanto, aos profissionais do magistério, o fracasso desse nível de ensino. Mas, Queiroz (1938) também menciona que os profissionais “inéptos” e “inábeis” estariam em todas as escolas, e não somente nas escolas secundárias. O que tinha que ser levado em conta é que havia professores nessa época que não se entusiasmavam

“[...] pelos ideais da ciência [...]” (p. 75) e, não sabiam preencher os “cinquenta minutos” de aula.

O terceiro artigo que consta nesse mesmo número de 1938 é o artigo intitulado “Testes de rendimento escolar”, de Eulália Alves Siqueira. Primeiramente, Siqueira (1938) disserta sobre a forma como os profissionais do magistério mediavam o aprendizado dos alunos, cuja verificação da aprendizagem se daria, muitas vezes, por “[...] processos tradicionais da prova oral ou escrita [...]” (p.76).

Segundo informações contidas na revista, Eulália Alves Siqueira foi “[...] assistente do laboratório de psicologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo.” (1938, p.76).

De acordo com Siqueira (1938, p.76), o candidato que concorresse a uma vaga para magistério tinha que, além de tirar boas notas nas provas objetivas, apresentar “diplomas”, “promoções” e “atestado de estudo” para obtenção desse cargo, porque a questão meritocrática era estridente naquela época.

Em relação às provas objetivas destinadas aos alunos, Siqueira (1938) menciona que, caso elas fossem aplicadas, deveriam ser “[...] inteiramente objetivas [...]” (p. 82), isto é, não deixando nenhuma lacuna em relação à ambiguidade ou “julgamento” dos professores. E mais, afirma que seria “[...] esta objetividade de julgamento dos testes de escolaridade que mais os valoriza[va] como instrumento de medida [...]” (p. 82).

Na *Revista de Educação* de março e junho de 1939 consta o artigo intitulado “O método analítico”, de Maximo de Moura Santos que, em 1939, era “[...] chefe dos serviços das Instituições Auxiliares da Escola, do Departamento de Educação.” (p.14).

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1937, p. 11 destaques do autor), Maximo de Moura Santos elaborou “[...] a segunda edição de PREPARATÓRIOS, livro para o exame de admissão aos gmnasios e escolas normais [...]”, que aborda a questão do método analítico. Além disso, em 1912, foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* o resultado do exame de admissão referente ao “Curso Secundário da Escola Normal”, de Maximo de Moura Santos (p. 9).

Nesse artigo, Santos (1939) defende o processamento do método analítico e, conseqüentemente, das cartilhas analíticas. Explica, também, que, ao formular esse artigo e, por conseguinte, defender o método analítico nas escolas de primeiro grau, procurou não especificar nenhuma cartilha analítica. (p.17).

Ainda, em relação ao mesmo assunto, “método analítico”, há também o artigo denominado “O ensino da leitura pelo método analítico”, de Francisco de Aquino Leite.

Além de defender veemente o ensino da leitura pelo método analítico, Leite (1939, p. 56), também, salvaguarda a ideia de que as igrejas ou capelas deveriam manter “[...] uma escola de alfabetização, em colaboração com as escolas públicas federais, estaduais e municipais [...]”

Na *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1939 consta um artigo intitulado “O método de projetos e os métodos tradicionais – programas e horários”, novamente de Luiz Gonzaga Fleury (1939).

Primeiramente, devo ressaltar que esse artigo toma boa parte da *Revista de Educação* do mês de setembro e dezembro, com 37 páginas. A discussão suscitada por Fleury (1939) foi, até então, inédita na *Revista de Educação*, centrada em compreender os seguintes temas vigentes à época: “o método de projetos”, “os métodos tradicionais”, “os programas” e “horários”. Fleury (1939) explica que o “método de projetos” embasava-se nos métodos tradicionais, contrariando, assim, o “método de globalização”, de Decroly. Fleury (1939, p. 26) afirma que havia “[...] uma impossibilidade do emprego dos métodos de projetos nas classes do 1º ano, antes que os alunos t[ivessem] aprendido pelos métodos e processos tradicionais [...]”. Porém, além disso, reporta-se aos “programas” e “horários” das escolas, mencionando que sem essas questões bem sustentadas e articuladas os “[...] métodos e processos didáticos [...] (FLEURY, 1939, p. 27)” não seriam suficientes.

Em relação aos *Testes A. B. C.*, de Lourenço Filho, tão mencionados e discutidos na revista *Escola Nova* e na *Revista de Educação*, Fleury (1939) se reporta aos testes, até esse número da revista, também de forma inédita, pois atribuí a eles a função *diagnóstica*, palavra essa não utilizada até o presente momento nas revistas analisadas. Afirma que os testes tinha uma função “seletiva” e “diagnosticadora” (p. 29) e era um “elemento de verificação de conhecimento.” (p. 30).

Fleury (1939) elucida alguns testes feitos em classe, com o propósito de fomentar a prática docente, por exemplo, os *testes* de “avaliações” (8 testes) e de “aplicação” (8 testes). Por fim, afirma que a partir da aplicação dos *Testes A. B. C.*, de Lourenço Filho, em classe, os alunos seriam selecionados para “formação da classe” no novo ano, porque os *testes* serviriam como parâmetro para selecionar os alunos e, por conseguinte, o seu grau de aprendizagem, que culminaria na distribuição dos alunos por classe.

Ainda, nessa mesma publicação da revista, *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1939, consta o artigo intitulado “O Desenho na escola primária”, de José

Benedito Madureira que, em 1939, ocupava o cargo de “[...] Inspetor, em comissão, do Ensino Secundário e Normal” (p. 74). De acordo com o artigo intitulado “Histórico da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo” (1999, p. 8), de José Geraldo Massucato e Valdir José Barbanti, José Benedito Madureira, dentre inúmeros professores normalistas, fez “[...] o Curso na Escola de Educação Física do Exército em 1933 [...]”.

Nesse artigo, Madureira (1939) explica como o Desenho na escola primária era formulado e visto. A título de exemplo, Madureira (1939) menciona que o Desenho na escola primária era concebido como “meio de expressão, como “linguagem” e, também, como forma “educativa”. Além disso, faz menção às fases da criança, em relação ao Desenho e suas evoluções, como, por exemplo, a “garatuja” (p.75). Por fim, menciona que essa disciplina – “Desenho”, “[...] desperta e desenvolve as emoções estéticas e artísticas da criança [...]” (p. 76), cabendo aos professores reconhecer o talento de cada artista e conduzi-lo. (p.76).

Na *Revista de Educação* de março, junho, setembro e dezembro, volume único, de 1940, consta o artigo intitulado “Didática do cálculo”, de Benedito Caldeira, que, em 1940, era “[...] diretor do Grupo Escolar Dr. “Cardoso de Almeida”, de Botucatu [SP].” (p.40).

Nele, Caldeira (1940, p. 40) explica que o ensino do cálculo, ou melhor, a didática do cálculo não é nada mais do que uma técnica. Além disso, menciona que essa técnica, para ser coerente e efetiva, tem que estar associada à vida infantil, revelando a história e vida da criança (p.41).

Na segunda parte de seu artigo, Caldeira (1940, p. 42) afirma que essa disciplina, “Cálculo”, “[...] não [era] apenas uma ginástica para a mente [...]”.

Os problemas suscitados por Caldeira (1940) em seu artigo ligam-se, a todo tempo, a vida cotidiana dos alunos, levando assim em conta a vida real da criança. Para Caldeira (1940, p. 49), “[...] os problemas também podem ser: práticos, narrativos, contos aritméticos, de situação real, sem números, incompleta ou propostos pelos próprios alunos [...]”

Segundo Caldeira (1940, p. 48), problemas práticos: “[s]ão verdadeiros exercícios com números concretos. Ex. A \$250 o lápis, quanto valem três dúzias de lápis?”. É possível perceber que esses exercícios de “números concretos”, mencionado por Caldeira (1940), torna-se “concreto” e, por conseguinte, prático por ser de fácil acesso aos alunos, pois, é natural pensar que todos os alunos levem lápis às escolas.

Desse modo, os exercícios matemáticos descritivos, contextualizados com os materiais escolares, utilizados pelos próprios alunos no cotidiano escolar, tenderia a aguçar, segundo Caldeira (1940, p.48), a aprendizagem do aluno.

Quanto ao número da *Revista de Educação* de 1943, ele foi publicado, apesar da revista ter interrompido suas atividades entre 1941 e 1942. Na capa desse exemplar de 1943 consta que se trata de publicação de “[...] março de 1941 a junho de 1943 [...]” (p. 2).

Na *Revista Educação* de 1943, há, dentre outros artigos, o artigo intitulado “A escola de trabalho”, de Maria Antonieta Raimo que, em 1943, era “[...] adjunta do Grupo Escolar Parque da Mooca” (p. 35) de São Paulo- Capital.

Nesse artigo, Raimo (1943) explica o que foi a “escola do trabalho” no Brasil e que, por muitas vezes, foi confundida com “escola ativa”, porém, busca evidenciar suas defesas em relação à escola do trabalho. Segundo Raimo (1943), a escola do trabalho era aquela que educava “[...] por meio do trabalho [...]” (p.35); “[uma] escola que procura dar às crianças uma educação verdadeiramente funcional, sem preocupações finalistas, partidárias, individuais ou do Estado.” (p.35).

Também, há uma corrente teórica que embasava a “escola do trabalho”, de acordo com Raimo (1943, p. 35), tratava-se de “[...] corrente industrialista que procura[va] educar, no trabalho e para o trabalho. Aí o trabalho dos alunos é de ordem técnico-industrial. Essa corrente orientada para um produtivismo econômico imediato”. Na *Revista de Educação* de junho e dezembro de 1943 consta o artigo intitulado “O Desenho como fator educativo nas escolas primárias”, de Urbana Abs que, em 1943, era “[...] adjunta do Grupo Escolar de Ribeirão Preto” (p. 71).

Nesse artigo, Abs (1943, p. 71) evidencia a sua insatisfação em relação à, então, matéria “Desenho” que tem sido mal compreendida, “[...] por muitos professores. Por comodismo ou falta de boa vontade com a desculpa imperdoável de não ter jeito, descuram-se dele [...]” De acordo com Abs (1943, p. 71), muitas crianças na tenra idade “rabiscam” as folhas, mas esse rabiscar dá “[...] desenvolvimento às faculdades motoras, de imaginação e observação [...]”. Para Abs (1943, p. 72), o desenho “[...] é um fator primordial de educação [...]” e defende que todas as aulas deveriam ser ilustradas; que o aluno deveria se sentir livre e, conseqüentemente, com liberdade de escolha. Por último, menciona que essa matéria “Desenho” deveria estar inserida nas Escolas Normais (ABS, 1943, p. 73).

Na *Revista de Educação* de janeiro e junho de 1944 consta o artigo intitulado “Exercícios para aguçar o raciocínio infantil”, de Antonio D’Ávila (1903-1989). D’Ávila foi “[...] redator, crítico pedagógico, tradutor de livros, autor de conferências e autor de livros didáticos e manuais de ensino.” (MORTATTI; TREVISAN; OLIVEIRA; SALES, 2009, p. 4).

Primeiramente, D’Ávila (1944) afirma que os exercícios que constam em seu artigo são de ordem prática e, também, fáceis, sem precisar de um esforço gigantesco para resolvê-los (p. 170). Depois, antes de apresentar os exercícios, explica que os professores deveriam “[...] escolhe-los de acordo com o grau primário que leciona, dando-os oralmente à classe [...]” (D’ÁVILA, 1944, p. 171).

Logo após esse esclarecimento, D’Ávila (1944) elabora “38” exercícios referentes à “logicidade”. São exercícios de fácil entendimento, como mencionado acima, por exemplo, o exercício “8”: “[n]um jantar Paulo comeu mais do que João e Luiz mais do que Paulo. Quem comeu menos?” (p. 171).

Ainda, na *Revista de Educação* de janeiro e junho de 1944, contém, também, o artigo intitulado “A Aritmética na escola primária”, de Maria Aurora Lourenço, então “[...] adjunta do 2º Grupo Escolar de Ribeirão Preto-[SP].” (p. 186).

Nesse artigo, Lourenço (1944) aborda a questão de didática em relação à disciplina “Aritmética”. Menciona que “[...] a didática dessa matéria aconselha o trabalho ativo, a simplificação do ensino e a sua graduação de acordo com o desenvolvimento mental do aluno [...]” (p. 186). Outro ponto a ser destacado em sua escrita é quando Lourenço (1944) refere-se ao preparo que a escola primária deveria ter em relação às disciplinas, devendo, essas últimas “[...] se correlacionar com fatos e situações que na vida real tenham muita utilidade e aplicação.” (p. 186). Nesse sentido, Lourenço (1944, p. 189) menciona que os problemas aritméticos deveriam se correlacionar, majoritariamente com o “meio” a qual a criança estava inserida, como, “a roça” e a “venda de verduras”.

Em relação à atuação do professor em sala de aula, Lourenço (1944) menciona que “[o] melhor professor é aquele que melhor conhece os seus alunos, que o estuda tão bem quanto a lição [...]” (p. 194).

Em síntese, esse artigo pretendeu demonstrar as formas, os modelos que podem fomentar a prática docente, desde a elaboração de exercícios em relação à disciplina de “Aritmética”, até, o posicionamento do professor frente aos seus alunos.

Também, nessa mesma Revista, *Revista de Educação* de janeiro e junho de 1944, contém o artigo intitulado “Como selecionar os problemas de Aritmética para a escola primária”, de Maria Cardoso Alves, “[...] assistente da secção Educação da Escola Normal Conselheiro Rodrigues Alves, de Guaratinguetá [SP] [...]” – SP (p. 144).

Basicamente, a mesma discussão suscitada em Lourenço (1944), em seu artigo intitulado “A Aritmética na escola primária”, é suscitada em Alves (1944), quando essa última disserta sobre o mesmo aspecto, principalmente, quando menciona que os problemas aritméticos deveriam se correlacionar com o “[...] círculo das situações familiares à criança [...]” (p. 143). A propósito, elenca 4 questões que são primordiais para seleção de exercícios aritmético para às escola primárias daquele momento, a saber: seleção de exercícios a partir da “vida real” do aluno; de que modo esses exercícios servirão para a “vida prática”; exercícios de fácil compreensão; e, por fim, despertar “o grau de interesses” do aluno (p.144).

Na *Revista de Educação* de janeiro e junho de 1944 consta o artigo intitulado “Disciplina escolar”, de Maria Aparecida Alves Mourão. Nesse artigo, Mourão (1944, p. 145) lança luz à crítica que teriam levado os professores a refletirem sobre a seguinte questão: o professor formado pela Escola Normal estaria “[...] habilitado para exercer o magistério. Nem sempre.” Mourão (1944, p. 145) menciona, também, que antes de qualquer conteúdo disciplinar, o papel do professor é o de “[...] burilador de almas que dever[ia] ser sempre representado com entusiasmo [...]” Outro aspecto abordado por Mourão (1944, p. 145) é o de que, para a condução de uma “boa disciplina”, “[seria] é salientar que a violência e a força são impotentes e sem valor [...]” Por fim, afirma que o professor que quer manejar com boa qualidade à sua disciplina, “[...] nunca deverá se mostrar colérico ou mal humorado [...]” (p.145).

Pelo exposto, é possível afirmar que nos 35 artigos publicados pela *Revista de Educação*, entre 1933 e 1944, seus autores, colaboradores da revista, buscaram estabelecer um diálogo com seus pares sobre do que se considerava à época como Didática. Assim o fizeram por meio de discussões associadas à Escola Nova, aos *testes* psicológicos e de rendimento, à Escola Ativa (com preceitos Deweyanos) dentre outros. Vale ressaltar que quanto aos *testes* psicológicos, esse diálogo esteve associado à moral da Psicologia (Piagetiana) e à heteronímia.

Também, observa-se resistências às então tendências renovadoras da educação, mediante a presença de temas ou discussões suscitados nesses artigos associados a uma Didática tradicional, principalmente, quando vimos associados a questão dos métodos

aos ideais Católicos, o que, como mencionado na seção anterior, remetia a um contexto de época em que católicos buscavam mostrar-se modernos, à favor de aspectos da Escola Nova, porém sem abandonarem suas defesas que remetiam à uma educação e escola tradicionais.

Nesse sentido, é possível afirmar que os discursos sobre Didática, expressos nos vários artigos mediante às várias temáticas e abordagens, não indicam uma ruptura em relação às tradições, entre o que era considerado novo (Escola Nova, escola ativa, escola para o trabalho) e o que era considerado velho (métodos e ideais católicos) (MORTATTI, 2000).

Na próxima subseção, apresento as possibilidades de diálogo sobre a Didática, no artigo da publicação de 1946, publicação essa já sob nova denominação *Revista Educação*.

3.3 Diálogo sobre Didática na Revista *Educação*, de 1946

Conforme quadro 3 da seção anterior, na Revista *Educação*, de janeiro e dezembro de 1946, consta o artigo “Ensino de Aritmética”, de Anésia Martins Mattos que foi professora “[...] escola mista rural, em São João da Boa Vista [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1930, p. 6). Nesse artigo, Mattos (1946) menciona que o principal objetivo, em relação à atuação do professor frente à sala de aula e em relação ao “[...] ensino do cálculo aritmético é o de torná-lo racional e prático [...]” (p. 119). Logo após, explica o modo para atingir o objetivo suscitado acima, desde “[...] o despertar na classe o interesse pela aula [...]” (p. 119), até “[...] o material empregado nesse processo.” (p.119). Em relação ao ensino da aritmética a partir da prática, Mattos (1946) menciona que “[...] os problemas devem ser formulados pelos alunos, sob a orientação do professor.” (p. 120).

Mattos (1946) esclarece em seu artigo que a “moderna Didática” (p. 121), “[...] introduziu na Aritmética o princípio do trabalho ativo, espontâneo e criador, os jogos aritméticos, com alguns trabalhos que exigem a constante aplicação do cálculo, como a feira escolar, o banco escolar [...]” (MATTOS, 1946, p. 121).

Como observado, mesmo a revista tendo alterações em seu título, de *Revista de Educação* para *Educação*, ainda havia uma preocupação em estabelecer um diálogo sobre o que se considerava à época como Didática e, ainda, o argumento para tal diálogo reposava na defesa do que se considerava ser moderno para a Didática.

Finalmente, apresento a subseção seguinte, em busca de evidenciar as possibilidades de diálogo sobre Didática, na última fase da revista analisada na pesquisa, em que ela voltou a ser publicada sob a denominação *Revista de Educação*, entre 1951 e 1961.

3.4 Diálogos sobre Didática na Revista *Educação*, entre 1951 e 1961

Na *Revista de Educação*, de setembro a dezembro de 1951 há o artigo intitulado “O sistema Montessori”, de Gilberto Pereira Machado, “[...] diretor do Grupo Escolar João Florêncio, Tatuí [SP] [...]” (p. 15). De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, José Pereira Machado também ocupou o cargo de professor “[...] das escolas reunidas do Aparecida, em São Manoel [...]” (p. 3).

Nesse artigo, Machado (1951, p. 15) busca evidenciar a forma como Montessori via a criança, “[...] via mais do que um ser social, o ser biológico, o ser físico – educar para ela seria permitir o desenvolvimento da vida, pondo as crianças em liberdade [...]” Segundo Machado (1951, p. 16), essa liberdade não poderia ser confundida com “abandono”, mas sim, relacionada com o “[...] desenvolvimento espontâneo da criança”.

Machado (1951) refere-se ao professor como “educador”. Destaco que é a primeira vez que nas revistas analisadas o professor é chamado de “educador”. Para Machado (1951, p. 16), “[...] a missão do educador é criar, para as gerações futuras, homens capazes de poder, isto é, independentes e livres.” (p. 16).

Outro artigo que consta nessa mesma Revista de 1951 é o intitulado “Metodologia do calculo”, de Aquiles Archeiro Junior, “[...] catedrático de educação.” (p. 25).

Primeiramente, Archeiro-Junior (1951, p. 25) faz uma denuncia em relação às reclamações dos “professores primários” pela falta de assistência ao ensino de aritmética, ou melhor, a uma didática para essa disciplina “Aritmética”. Segundo Archeiro-Junior (1951) a nova didática “[...] pretende que o ensino de Aritmética aproveite tôdas as oportunidades que lhe oferece a vida diária na escola [...]” (p. 25), retomando algumas ideias já defendidas sobre Didática nas publicações da revista do período de 1933 a 1944.

Desse modo, Archeiro-Junior (1951) apresenta três tipos de aulas: “[...] discrepâncias pedagógicas no ensino das frações”, “[...] discrepância pedagógica no

ensino do sistema métrico decimal” e, por fim, “[...] discrepância pedagógica no ensino da regra de três.” (p. 26).

Na *Revista de Educação* de março, junho, setembro e dezembro de 1952 contém o artigo intitulado “A criança excepcional”, de Odete Lourenção “[...] catedrática de educação.” (p. 21) e “[...] assistente da cadeira de psicologia da Faculdade de Filosofia da USP [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1959, p. 8).

Lourenção (1952, p. 21) denomina por criança excepcional aquela que se “[...] destaca das outras por superdotação de inteligência e, quando muito, por outros aspectos de sua personalidade.” Para Lourenção (1952, p. 21), “excepcionalidade, significa qualidade daquilo que se distingue do comum.”

Desse modo, percebe-se que Lourenção (1952, p. 21) debruçou-se em estudar e compreender, minuciosamente em seu artigo, a “Psicologia Infantil”, mais propriamente, as crianças excepcionais, agora não mais tomadas como “anormaes”, como em artigos de publicações anteriores.

Ainda, nessa mesma Revista, *Revista de Educação* de 1952, há o artigo intitulado “Trabalhos manuais como necessidade no ensino”, de Francisco Bernardi. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (1999, p. 27), Francisco Bernardi faleceu em 1999, aos 85 anos de idade, nasceu na cidade de Bolonha (Itália) e desenvolveu o seu trabalho como fotógrafo no Brasil (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1974, p. 293). Além disso, Francisco Bernardi foi “[...] director geral da Agricultura [...]” (*O ESTADO DE S. PAULO*, 1918, p. 4).

Bernardi (1952) lança luz a uma temática também de cunho novo em relação aos artigos analisados nessas Revistas. Em síntese, Bernardi (1952) defende a implementação da disciplina “Teatro infantil”, nas escolas primárias e afirma que caso essa disciplina seja implementada “[...] às demais matérias, de maneira que sirva como motivação de aulas, muito lucrará com isso.” (p. 55).

Na última publicação da *Revista de Educação* publicada, em 1961, consta o artigo intitulado “Problema dos problemas”, de Aurora Vicente Rico. Nessa época Aurora (1961, p. 53) ocupava o cargo no “[...] setor de aperfeiçoamento de professores do Serviço de Expansão Cultural.”

Nesse artigo, Aurora (1961) discutiu alguns aspectos em relação aos problemas matemáticos. Elucida, primeiramente, algumas questões em relação à palavra “problema”, de ordem etimológica. Depois, afirma que o problema é “[...] a base para todo o ensino da Aritmética [...]” (AURORA, 1961, p. 66). A autora dedica um subitem

de seu artigo para discutir as causas das dificuldades para resolver os problemas (p. 69) e se utiliza de três modos de comunicação e linguagem para elaboração desse artigo: figuras ilustrativas, escrita discursiva e exercícios matemáticos, exemplificando, assim, a forma como os professores do primário deveriam proceder em relação aos problemas de aritmética e de didática de sala de aula.

Por fim, por todo exposto, pude perceber que a maioria dos colaboradores de artigos das revistas analisadas propagavam um fazer pedagógico, um “como fazer”, remetendo a uma Didática que os colocou em diálogo e em disputas em relação às suas defesas sobre Didática. Ora esse “como fazer” toma ares da técnica, ora dos métodos, e ora clamando pelos fundamentos da educação, sobretudo da Psicologia, o que conduziu muitos diálogos que advogavam por uma relação entre teoria e prática na Didática.

Tratava-se também de defesas de uma Didática com ares do que se tinha como moderno, entretanto, a presença da ideia do que era considerado tradicional ainda ficou evidenciado nas análises.

Alguns colaboradores de artigos como: J. B. Damasco Pena, Ataliba de Oliveira e Eulália Alves Siqueira, Odette Lorenção e Aquilles Archeiro Junior se envolveram em alguma atividade da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Odette Lorenção e Aquilles Archeiro foram catedráticos em Educação. Já, J. B. Damasco Pena e Ataliba de Andrade participaram e foram convidados para: jantares, congressos, semana de estudo, dentre outras atividades na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. E, alguns como Eulália Alves Siqueira, estiveram à frente de espaços representativos para a educação da época, como os Laboratórios de Psicologia do Instituto de Educação, em que essa colaboradora foi assistente.

É possível, portanto, afirmar que se trata de um conjunto de educadores, cujos discursos contidos nos artigos das revistas analisadas remetem, também, às questões referentes e decorrentes daquele cenário de criação da Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi. A FNFfi estava sendo criada, no final da década de 1930 e início de 1940 e, com ela a seção de Didática que comportava o curso de Didática, o qual, por sua vez, comportava várias disciplinas das várias áreas de conhecimento e, além disso, comportava “[...] a Didática Geral e as didáticas especiais [que] constituíam uma única cadeira – ou um único campo de estudos.” (GARCIA, 2000, p. 46).

Observo, portanto, que a Didática, em sua origem no Ensino Superior, já não possui identidade, pois era, ao mesmo tempo, seção, curso, comportava várias

disciplinas sob várias denominações, sendo duas delas também de Didática sob rubricas diferentes.

Essa falta de identidade da Didática também é possível se perceber pela quantidade de temáticas, de objetos, que remetiam ao que se considerava como Didática à época, como: ensino, matéria, disciplinas, programas, matrículas, frequência, materiais escolares, formação de professores, métodos, dentre outros temas.

Segundo Garcia (2000, p. 64),

[...] a didática, nos tempos iniciais de sua constituição no campo acadêmico- universitário, é herdada das tradições da Escola Normal e do ensino primário, onde se formaram e profissionalizaram muitos dos catedráticos e professores que ocuparam essas cadeiras nas antigas Faculdades de Filosofia. Mesmo porque, até os anos finais da década de 1930, a formação de professores não integrava o ensino superior brasileiro e aqueles poucos que tinham algum tipo de especialização em nível superior na área da pedagogia a tinham ido obter no estrangeiro ou eram mesmo estrangeiros.

Nesse sentido, ao encontro de Garcia (2000), também acredito ser possível que os diálogos sobre a Didática nas revistas analisadas também são reveladores do contexto de disputas pela autoridade no campo educacional e no campo da Didática, do qual decorreram os momentos históricos da Didática que Garcia (2000) teorizou com base na Sociologia dos campos de produção de bens simbólicos e culturais de Pierre Bourdieu.

E, é a luz desses momentos da trajetória histórica da Didática teorizados por Garcia (2000) que, na próxima seção, apresento resultados das análises realizadas em busca de perspectivas de temáticas sobre a Didática, decorrentes desse diálogo entre os colaboradores dessas revistas, e as quais acredito estarem presentes em momentos da trajetória histórica de constituição da Didática como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores.

4 Os sentidos da Didática produzidos nas revistas Educação (1931-1932), Revista de Educação (1933- 1944) e Revista Educação (1945-1961), à luz da sua trajetória histórica como disciplina e campo de conhecimento

Nesta seção, sistematizo, como mencionado, os resultados da análise dos artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961), em busca de perspectivas de temáticas sobre a Didática, decorrentes desse diálogo entre os colaboradores dessas revistas, e as quais, em confronto com as análises de Garcia (2000), estiveram presentes em momentos da trajetória histórica de constituição da Didática como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores.

No livro intitulado *Didática no Ensino Superior*, decorrente da tese de doutorado de Maria Manoela Garcia, datado de 2000, são identificados, como mencionado, momentos da trajetória histórica da Didática no Ensino Superior. Dentre esses momentos, Garcia (2000) identificou, como mencionado nesta dissertação, dois deles que teriam marcado a consolidação da disciplina acadêmica de Didática no Brasil, entre 1930 e 1960.

O primeiro momento, entre os anos de 1930 e 1940, de institucionalização da Didática como curso e disciplina escolar nas antigas Faculdades de Filosofia – FAFi (encarregadas de formarem professores para o ensino secundário), de onde se formavam agentes, grupos instituições e instâncias que, encarregados de um determinado pensar e agir, difundiram e legitimaram um conjunto de saberes sob essa denominação, delimitando a Didática como área de conhecimento relativamente autônoma no Ensino Superior. Segundo Garcia (2000), esse primeiro momento corresponde à constituição do campo educacional no Brasil, o qual estaria alinhado com as necessidades de constituição de uma categoria própria de produtores e de também consumidores de um discurso e de um saber-fazer especializado, necessidades essas decorrentes das demandas pela expansão e modernização do aparelho escolar.

Um segundo momento identificado por Garcia (2000) corresponde ao que essa pesquisadora denominou de “consolidação” e “fragmentação” do campo de Didática nas Faculdades de Filosofia, entre as décadas de 1950 e 1960, momento em que teria ocorrido, respectivamente, o processo de independização do campo da Didática em relação a outras áreas do conhecimento pedagógico, então, certa respeitabilidade no interior das Faculdades, e a sua fragmentação, com a legitimação, pelo Parecer do CFE,

n. 292/62, quando foi extinta a cadeira de Didática Geral e Especial e criado o campo da Prática de Ensino que, desde então, passou a reivindicar o tratamento das questões relativas ao ensino dos diferentes conteúdos escolares.

Dessa maneira, a recuperação de aspectos históricos da Didática remete a aspectos da história da educação brasileira, principalmente, da formação de professores no Brasil.

Entretanto, para analisar aspectos da Didática, seja como disciplina, escolar ou acadêmica (GARCIA, 2000), é preciso problematizar tais conceitos, sobretudo considerando os processos que ligam os saberes que constituem os campos de conhecimento às disciplinas. Os resultados desse trabalho realizado no percurso da pesquisa desenvolvida são apresentados na primeira subseção, por meio das teorizações de Baque (2010), Juliá (2001), Chervel (1990), Goodson (1997), e Viñao (2008).

4.1 Disciplinas escolares e acadêmicas: aspectos teóricos e históricos

Segundo Chervel (1990, p. 207), uma disciplina escolar, é alicerçada por:

[...] uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades.

De acordo com Chervel (1990), o *status* de disciplina escolar variava conforme as tendências e épocas. Ou seja, a compreensão em relação a essa nomenclatura não teve uma trajetória histórica estática, variando entre “o ensino de exposição”, “os exercícios”, e “as práticas de incitação e motivação”.

Para Viñao (2008), as disciplinas escolares fazem parte de um âmbito burocrático e hierarquizante, pois, o currículo chega às escolas com base em um “currículo prescrito”, que, para ser efetivado, precisa antes passar pelos “departamentos das matérias” e “planos de aulas”. Ainda, segundo esse pesquisador, há três tipos de “tradições” acerca das matérias escolares dos secundários e primários que estiveram, em certo momento, em um campo de disputa entre si, a saber: “acadêmica”, “utilitária” e “pedagógica” (VINÃO, 2008, p. 17). Esses três tipos de tradições que se estabelecem em um campo de disputa entre si podem ser caracterizadas da seguinte maneira:

a “acadêmica”, de índole preparatória ou propedêutica, mais abstrata, científica e descontextualizada; a “utilitária”, com suas ênfases nas habilidades básicas e orientada para as saídas de trabalho; e a “pedagógica”, preocupada com o desenvolvimento infantil e a maneira de colocar em contato as disciplinas com os alunos. (VINÃO, 2008, p. 184).

A propósito, as análises dos artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961), realizadas na seção anterior indicam que as então matérias dos cursos primários e secundários, discutidas pelos colaboradores, revelam processos de constituição que também tiveram tais tradições, como mencionado por Viñao (2008).

Segundo Viñao (2008, p. 185), a “matéria escolar” tinha como carro-chefe as tradições “pedagógicas” e “utilitárias”. Com o surgimento das Faculdades de Filosofia e a consolidação da disciplina, como a de Didática, em curso de nível superior, as matérias escolares passaram ser reconhecidas como disciplinas (VINÃO, 2008, p.185), preponderando, assim, o que Viñao (2008) chama de tradição “acadêmica”, isto é, a “academização” do ensino primário e secundário no estado de São Paulo.

Para Chervel (1990, p. 184) as disciplinas escolares comportam “práticas docentes das aulas” como também,

[...] as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural.

Para uma melhor compreensão do que Chervel (1990, p. 184) chama de “aculturação de massa”, utilizo-me do *Dicionário crítico de política cultural*, de Coelho (2004, p. 36), que entende que o conceito de aculturação foi introduzido ao final do século XIX “[...] por antropólogos anglo-saxões para designar o fenômeno de contato direto e prolongado entre duas culturas diferentes que levam a transformação em qualquer delas ou em ambas.”

Além disso, Coelho (2004, p. 36) menciona que esse termo é utilizado na atualidade, por vezes, “[...] para indicar a resultante de uma pluralidade de formas de intercâmbio entre os diversos modos culturais- cultura erudita, popular, cultura empresarial, etc.”

Ao buscar o conceito de “aculturação” no dicionário elaborado por Coelho (2004), pude constatar que Chervel (1990) menciona que as múltiplas práticas docentes de aulas, isto é, a maneira como cada professor conduzia e compreendia suas

disciplinas, manifestavam diversos modos culturais (de aculturação) que se entrelaçam, reconstituem-se e se resignificam.

Chervel (1990) afirma que, nas disciplinas escolares, é possível observar uma prática docente:

[...] uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (CHERVEL, 1999, p. 207).

Ainda, para Chervel (1990), os aspectos de uma disciplina escolar se constituem, como mencionado, a partir de um “ensino de exposição”; os exercícios que serão suscitados a partir dessa exposição; as práticas docentes de “incitação” e “motivação”; e, por fim, a conjugação entre às demais disciplinas, que, como mencionado por Chervel (1990, p. 207), “[...] funcionam em estreita colaboração [...]”.

Além disso, as teorias de Goodson (1997) também contribuíram para a análise dos 48 artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961), na medida em que esse pesquisador compreende que a disciplina escolar é:

como um bloco num mosaico cuidadosamente construído durante os quatrocentos anos (ou mais) que demorou a delinear os sistemas educativos estatais. Só aí poderemos começar a entender o papel da disciplina escolar no que diz respeito a objectivos sociais mais amplos: objectivos esses que muitas vezes se relacionam intimamente com os misteriosos “mecanismos de estabilidade e persistência na sociedade mencionados anteriormente. A disciplina escolar é, assim, um dos prismas através dos quais poderemos vislumbrar a estrutura do ensino estatal. Parece, no entanto, um terreno particularmente valioso para a pesquisa, uma vez que a disciplina se situa na intersecção das forças internas e externas que mencionámos: além disso, as acções do Estado em matéria educacional são muitas vezes incaracteristicamente visíveis em alturas de reorganização disciplinar (por exemplo, no caso presente do currículo nacional britânico ou no debate actual sobre o currículo australiano).” (GOODSON, 1997, p. 31-32).

Além disso, sobre o *currículo escrito* (plano de estudos, orientações programáticas ou manuais das disciplinas), pesquisadores ou historiadores da educação assinalam que é possível observar “[...] a relação entre o conteúdo e a forma da disciplina escolar, e de examinar as questões da prática e dos processos escolares.” (GOODSON, 1997, p. 26).

O que importa salientar é que o currículo escrito – nomeadamente o plano de estudos, as orientações programáticas ou os manuais das disciplinas - tem, neste caso, um significado simbólico, mas também um significado prático. Simbólico, porque determinadas intenções educativas são, deste modo, publicamente comunicadas e legitimadas. Prático, porque estas convenções escritas traduzem-se em distribuição de recursos e em benefícios do ponto de vista da carreira. (GOODSON, 1997, p. 20).

De acordo com Goodson (1997), “[a] disciplina escolar é construída social e politicamente e os actores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais para levarem a cabo as suas missões individuais e colectivas.” (GOODSON, 1997, p. 26).

Portanto, cada disciplina escolar tem duas faces: “[...] é conhecida como uma limitação às estratégias de acção, mas também pode ser vista como um modo de promover e facilitar versões e visões particulares das disciplinas escolares.” (GOODSON, 1994, p. 28).

Para Baque (2010), as disciplinas escolares passam por um processo de:

[...] academización, de formalización académica e institucionalización de la disciplina (proceso de disciplinarización). Goodson señala que este proceso no es mecánico ni simple: las disciplinas escolares no son una mera derivación del saber académico, no son procesos que se operan desde arriba (la academia) hacia abajo (la escuela) como se cree con frecuencia, sino de abajo a arriba; en efecto, como há demostrado la mejor historia de las disciplinas escolares, a menudo son éstas anteriores em el tiempo a la existencia y profesionalización de las disciplinas académicas.¹⁵ (BAQUE, 2010, p. 7).

As disciplinas escolares não são uma mera derivação de saberes acadêmicos, mas sim, também advêm de práticas que se fazem presentes nas escolas.

Diante disso Baque (2010, p. 8) entende que a história das disciplinas escolares é inspirada “[...] del estudio de los procesos de profesionalización (o desprofesionalización) docente, de la construcción de comunidades disciplinares.”

De acordo com Baque (2010, p. 8), Juliá e Chervel coincidem em uma ideia importante: que as escolas não devem ser vistas como uma mera adaptação de conhecimento, mas sim, como um espaço de cultura. Nas palavras de Baque (2010):

¹⁵ [...] academização, formalização acadêmica e institucionalização do (processo de disciplinarização). Goodson assinala que este processo não é mecânico e nem simples. : as disciplinas escolares não são uma mera derivação do saber acadêmico, não são processos que operar de cima (a acadêmica), mas sim, de baixo (da escola) como se crê com frequência, debaixo para cima, efetivamente como tem demonstrado a melhor história das disciplinas escolares, com frequência são essas anteriores no tempo da existência e profissionalização das disciplinas acadêmicas. (BAQUE, 2010, p. 7).

[t]anto Juliá como Chervel coinciden en una idea importante: que la institución escolar no es el lugar donde se lleva a cabo una mera adaptación de conocimientos valiosos, sino que es un espacio dotado de una cultura propia, donde se realiza la producción de unos saberes particulares que denominamos disciplinas escolares. (BAQUE, 2010, p. 8).

Além disso, Baque (2010, p. 10) ressalta que a instituição escolar, como local que produz saberes escolares, “[...] transforma y transmuta crea un nuevo saber — abstracto, desvitalizado, diseñado para el atontamiento y para el examen, para *disciplinar* en el amplio sentido de la palabra: inculcar, instruir, domesticar y someter— un saber apropiado”.¹⁶

Baque (2010, p.7) menciona también que, para Ivor Goodson, as disciplinas escolares são “[...] amalgamas de intereses y tradiciones que son las disciplinas escolares [...]”, ou seja, são “amalgamas” de interesses e tradições que, por vezes, expõem-se, encontram-se, ou, até mesmo, desfazem-se. Diante disso, é preciso estudar os aspectos que envolvem as disciplinas escolares como algo construído e não dado, como um produto social e histórico, como uma tradição inventada (BAQUE, 2010, p. 6), “[...] resultantes de luchas y conflictos por la hegemonía entre grupos sociales que buscan y han buscado definir y controlar las materias escolares para mejor conseguir sus fines y su hegemonia cultural y social.”¹⁷

Além disso, Chervel (1990) compreende que os textos oficiais, independente de quais sejam, têm uma finalidade. Nesse sentido, os artigos das revistas *Educación* (1931-1932), *Revista de Educación* (1933- 1944) e *Revista Educación* (1945-1961), revelam práticas docentes e ou tendências teórico-metodológicas que deveriam ser disseminadas entre os sujeitos do campo educacional. Com essas práticas docentes e ou tendências suscitadas nessas Revistas, podemos ressaltar a contribuição dessas revistas para a história das disciplinas escolares no Brasil, tendo em vista que foram discutidos, nessas Revistas, vários temas e, conseqüentemente, vários “saberes escolares”, advindos de diversas subáreas de conhecimentos, acumulados por gerações, como, por exemplo,

¹⁶ “[...] transforma e transmuta, cria um novo saber – abstrato, desvitalizados, desenhado para o atontamiento e para o exame, para disciplina no amplo sentido da palavra: inculcar, instruir, dom esticar e submeter- um saber apropriado”

¹⁷ “[N]ão como formas de conhecimento naturalizados, mas sim como produções e invenções históricas, resultantes de lutas e conflitos das hegemonias entre grupos sociais que buscam e tem buscado definir e controlar as matérias escolares para melhor conseguir seus fins e sua hegemonia cultural e social.” (BAQUE, 2010, p. 6).

Alfabetização, Aritmética, Métodos de Alfabetização, Matemática, Desenho, Lógica, Educação Cívica, Educação Física, Trabalhos Manuais, Geografia, História, Português, Música, Cinema, Didática, Psicologia, Higiene, dentre outros saberes.

Nesse mesmo sentido, Juliá (2001, p. 23), em seu artigo intitulado “A cultura escolar como objeto histórico”, se refere à alfabetização, afirmando que “[...] não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’.” (JULIÁ, 2001, p. 23).

Ao encontro de Juliá (2001), Chervel (1990, p. 197) menciona que:

[c]ada época produziu sobre sua escola, sobre suas redes educacionais, sobre os problemas pedagógicos, uma literatura freqüentemente abundante: relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos ou manuais de didática, prefácios de manuais, polêmicas diversas, relatórios de presidentes de bancas, debates parlamentares, etc. É essa literatura que, ao menos tanto quanto os programas oficiais, esclarecia os mestres sobre sua função e que dá hoje a chave do problema.

Ainda, Chervel (1990) pontua que o peso de uma tradição se impõe “[...] a escola desde decênios, *a fortiori* desde séculos, e é através de uma tradição pedagógica e didática complexa, na verdade sofisticada, minuciosa, que elas chegam aos docentes.” (p. 191).

Diante disso, cabe ao historiador da história das disciplinas escolares, investigar, segundo Chervel (1990, p. 192):

[...] uma descrição detalhada do ensino em cada uma de suas etapas, descrever a evolução da didática, pesquisar as razões da mudança, revelar a coerência interna dos diferentes procedimentos aos quais se apela, e estabelecer a ligação entre o ensino dispensado e as finalidades que presidem a seu exercício.

Chervel (1990) compreende que a história das disciplinas escolares “[...] expõe à plena luz a liberdade de manobra que tem a escola na escolha de sua pedagogia [...]” (p. 193).

Conforme as perspectivas apresentadas, segue a análise dos artigos publicados entre 1931 e 1949, período em que a disciplina de Didática foi “institucionalizada”, após, a análise dos artigos entre 1950 e 1961, período em que a disciplina de Didática foi “consolidada” e “fragmentada” (GARCIA, 2000), e finalizo, discutindo a constituição do que se reuniu sob a rubrica Didática, à luz das tradições: “utilitária”, “pedagógica” e “acadêmica”, segundo VINÃO (2008, p. 185).

4.2 A Didática, entre 1931 e 1949, nas revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1949) e o momento de constituição e institucionalização do campo da Didática no Ensino Superior brasileiro

Na década de 1930, apareceram as primeiras Faculdades de Filosofia no Brasil “[...] tentando ser a expressão de um verdadeiro espírito universitário [...]” (GARCIA, 2000, p. 43) e “[...] pensadas para serem o celeiro de uma elite intelectual que seria a responsável para a superação do atraso, da ignorância, e por levar adiante a modernização da sociedade brasileira conforme o projeto liberal [...]” (GARCIA, 2000, p. 43).

Nesse cenário, como mencionado, renovadores e católicos disputaram a hegemonia do campo educacional. Católicos e escolanovistas participaram, lado a lado, na Associação Brasileira de Educação (ABE). Os conflitos em relação aos ideais escolanovistas e católicos emergiram, acentuadamente, na IV Conferência Nacional de Educação, o que suscitou em uma ruptura, entre católicos e escolanovistas, principalmente, com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, no início de 1932, encabeçada pelo grupo tido como renovadores da educação. Dentre os renovadores estavam: Manuel Bergstron Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Na ala dos católicos estavam: Francisco Campos, Gustavo Capanema e Alceu Amoroso Lima.

De acordo com Garcia (2000), foi elaborado por Francisco Campos um “projeto liberal”, por meio do “[...] Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851 de 11 de abril de 1931), que adotou o regime universitário como a organização preferencial para o Ensino Superior.” (GARCIA, 2000, p. 45).

Outros acontecimentos históricos que corroboraram essa iniciativa de Francisco Campos foram: “[...] a institucionalização da Universidade do Brasil em 1937, e, com ela, a criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) pelo Decreto-lei nº1.190 de 4 de abril de 1939 [...]” (GARCIA, 2000, p. 46).

Em relação à estrutura da FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia, Garcia (2000, p. 47) menciona que ela foi organizada em quatro seções fundamentais: “[...] Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, sendo que cada seção correspondia a um ou a

mais cursos; e uma seção especial de Didática à qual correspondia o curso de Didática, com a duração de um ano [...]"

O curso de Didática era composto com as seguintes disciplinas: “[...] Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação [...]” (GARCIA, 2000, p. 47). Com tais informações, é possível compreender os motivos pelos quais os artigos analisados das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933-1944) e *Revista Educação* (1945-1961) abarcavam conteúdos alusivos a essas várias disciplinas.

É nesse contexto também que se situa “[...] o longo e erudito parecer de Gustavo Capanema emitido no dia 14 de julho de 1949 na Comissão Mista de Leis Complementares do Congresso Nacional.” (SAVIANI, 2008, p. 284). Nesse parecer Capanema aniquila o caráter descentralizador do projeto (LDB) pensado por Clemente Mariani. “A resposta de Almeida Junior, relator geral do anteprojeto, foi igualmente longa e erudita, contraditando os argumentos de Capanema ao fundamentar, nos mesmos termos da Constituição, a posição descentralizadora.” (SAVIANI, 2008, p. 284).

Depois do parecer elaborado por Capanema, o Projeto de Diretrizes e Bases foi arquivado, voltando ao “[...] plenário da Câmara apenas seis anos mais tarde, em 26 de maio de 1957, quando se iniciou a primeira discussão sobre o Projeto das Diretrizes e Bases, identificado pelo número 2.222, de 1957.” (SAVIANI, 2008, p. 284).

Além disso, é possível constatar que, nos artigos das revistas *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961), a Didática, tanto como disciplina, quanto como campo de saberes sobre o “Como fazer”, era vislumbrada por dois vieses, a saber, o “técnico” e o “humanista”. Os colaboradores de artigos dessas revistas manifestavam em seus discursos formas de ensinar, isto é, o “como fazer” como sendo de ordem “técnica”, porém pautados em fundamentos referentes aos conteúdos, de ordem “humanística”.

Em relação a esses dois vieses, “técnico” e “humanista”, retomo nesta seção, primeiramente, 2 artigos analisados, cujos títulos iniciam-se com a palavra “Como”, atrelada a um “Como fazer”, nesses casos, a um “Como fazer” docente, a uma forma de ensinar saber. São eles: “Como ensinar algarismos romanos”, de Oliveira (1932); e “Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária”, de Alves (1944). Também nesses artigos é evidenciado o comprometimento desses colaboradores em

“transmitir um fazer pedagógico que inculcaria uma mudança direta nas práticas docentes.

Como mencionado em seções anteriores, Oliveira (1932), em seu artigo intitulado “Como ensinar algarismo romanos”, mostra uma preocupação com a forma metodológica de empregar os algarismos romanos, o que suscita, também, uma preocupação em relação à aprendizagem dos alunos e um repensar pedagógico. Oliveira (1932), em busca de demonstrar compreensão em relação ao conteúdo, apresenta, a partir desse artigo, um modelo de aula a ser seguido, isso é, um “como fazer” em sala de aula que pudesse servir como parâmetro para os professores que ministrariam esse conteúdo. Também evidenciou que os conteúdos acumulados em relação ao conteúdo de algarismos romanos eram de suma importância para esse “como fazer.” (OLIVEIRA, 1932, p. 35).

Já no artigo intitulado “Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária”, é possível observar que Alves (1944) se mostra comprometida em desvelar e selecionar, como o próprio título do artigo indica, os melhores problemas de aritmética para os alunos das escolas primárias, o que denota também uma preocupação em relação ao “Como fazer” e aos saberes empíricos, aqueles que os alunos traziam de suas vivências familiares e, não por menos, com os saberes escolares. Tal constatação é possível diante das afirmações de Alves (1944, p. 143) de que os problemas aritméticos deveriam se correlacionar com o “[...] círculo das situações familiares à criança”. Nesse sentido, três palavras-chave são utilizadas em seu artigo, a saber: “vida real”, “vida prática”, e “grau de interesse” (p.143). Essas palavras denotam uma reflexão da autora em pensar no entorno (família) dos alunos do primário e, também, um cuidado em relação ao emprego do conhecimento na prática, na vida cotidiana.

Para Juliá (2001, p. 22), a escola:

[...] não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares. (grifo do autor).

Nesse sentido atribuído por Juliá (2001), compreendi que Alves (1944) propõe-se a pensar sobre “[...] os saberes que funcionam e os que “não funcionam” diante desse público” (JULIÁ, 2001, p. 33), percebendo, assim, que os conteúdos escolares tinham que estar presentes e serem contextualizados com as práticas dos alunos, com as suas vivências.

Outro aspecto presente nos artigos das revistas analisadas foi a questão do “ensino”. A palavra “ensino” compõe o título do artigo de Fernando Rios, “O ensino no primeiro ano escolar” (1937), de Renato Arruda Penteado, “O ensino de arithmetica” (1937), de Anésia Martins Mattos, “Ensino de aritmética” (1946) e de por Fernando Bernardi, “Trabalhos manuais como necessidade no ensino” (1937). Esse último artigo mostra-se, preponderantemente, um conjunto de saberes comprometido com o que Viñao (2008) chama de formação “utilitária” e “pedagógica” dos docentes, tendo em vista que há um comprometimento com os trabalhos manuais, de ordem prática e técnica.

É relevante mencionar que o tema “ensino”, por muitas vezes, era associado ao tema “trabalho”: ensino para o trabalho e ensino para se trabalhar.

No artigo intitulado “O ensino no primeiro ano do primário”, Rios (1937) compreende que o “ensino” coerente e efetivo não pode admitir algumas “mazelas” como “matriculas tardias” e, ressalta, também, a questão da “frequência” dos alunos por eles serem muito faltosos. Essas duas palavras-chave que se perpetuam no artigo de Rios (1937) “matriculas tardias” e “frequência” dão margem para que possamos analisá-las da seguinte maneira: será que esse ensino que Rios (1937) menciona era aquele ensino voltado às elites? Juliá (2001, p. 14), em “A cultura escolar como um objeto histórico” menciona que,

[a] partir do fim do século XVIII, quando os Estados ilustrados entendem que é necessário retomar da Igreja o controle tanto do ensino das elites como do ensino do povo, a formação profissional dos educadores torna-se uma prioridade reconhecida como o atesta.

Além disso, Rios (1937) explicita um comprometimento com aspectos da “administração escolar”, disciplina que compunha o curso de Didática nas Faculdades de Filosofia, principalmente, no que diz respeito às “matriculas tardias”, “frequências” e “notas”.

No artigo intitulado “O ensino de arithmetica”, Penteado (1937) anuncia uma nova palavra, “motivação”. Com isso, é possível constatar que Penteado (1937) foi o primeiro a utilizar essa palavra nas revistas analisadas.

A origem dessa palavra “motivação” vem do latim *movere* que significa: deslocar e fazer mudar de lugar. Pude constatar também que essa palavra “motivação” é muito utilizada nos termos da Psicologia, o que vai ao encontro das teorizações de estudiosos da História da Educação Brasileira de que, nessa época, década de 1930,

houve uma ascensão no que diz respeito aos *testes* psicológicos, como os *testes A. B. C.* (1932), de Lourenço Filho. Portanto, como é possível constatar, os diálogos estabelecidos entre os colaboradores das revistas analisadas, estavam alinhados tanto com as preocupações do campo educacional brasileiro, quanto com a constituição da Didática no Ensino Superior, uma vez que, no curso Didática das FAFi, também a Psicologia era uma das suas disciplinas componentes.

A propósito, Penteado (1937) anuncia outro aspecto relacionado à Psicologia, que estava em ascensão à época e, também, que denota outra forma de olhar o aluno e compreender os processos de ensino e de aprendizagem, “[...] cujo estudo perderá a aridez de que se reveste quando mal orientado e concorrerá grandemente para o desenvolvimento mental dos alunos.” (PENTEADO, 1937, p. 71). Em sua reflexão, a relação entre aspectos que se identificam com a prática docente e com a teoria que a embasa se mostra presente. Penteado (1937) menciona que os exercícios de “aritmética” teriam que se correlacionar com “[...] espírito do educando [...]” (PENTEADO, 1937, p. 69). De acordo com Cunha (1996), no artigo intitulado “Dewey e Piaget no Brasil nos anos 30”, esse “espírito do educando” indica:

[...] “o espírito que evolui e assimila”; é ele quem “determina tanto a qualidade como a quantidade das matérias que o educando deve apresentar-lhes”. Essa corrente de trabalho coloca “a vida e a experiência da criança” em oposição ao “jugo do programa”; delimita, de um lado, o desenvolvimento, e, de outro, “o acúmulo de conhecimento”. (CUNHA, 1996, p. 7).

No artigo da revista *Educação*, intitulado “Ensino de aritmética”, Mattos (1946) faz uma reflexão acerca da atitude dos professores em relação ao ensino de Aritmética, conteúdo ministrado nas aulas de Matemática, o que futuramente se transformaria também em uma disciplina escolar. Mattos (1947, p. 119) menciona que o profissional do magistério teria que tornar o ensino de aritmética num ensino “[...] racional e prático.” O que mais fica visível no discurso de Mattos (1946) é que: para o professor conseguir chegar a esse ensino “racional e prático”, teria que se imbuir do que considerava ser a “Moderna Didática”.

Observa-se que, como mencionado por Garcia (2000), as demandas por uma Didática Moderna na constituição no campo de formação de professores, como abordadas pelos colaboradores das revistas analisadas, foi, também, exigência para a constituição do próprio campo educacional. A propósito, em 18 de setembro de 1946, uma nova Constituição foi promulgada, a qual restabelecia

[...] elementos que integra[ram] o programa de reconstrução educacional dos pioneiros da educação nova, sendo que alguns deles já haviam figurado na Constituição de 1934, [como]: a exigência de concursos de títulos e provas para o exercício do magistério (artigo 168, Inciso VI); a descentralização do ensino (artigo 170 e 171); o caráter supletivo do sistema federal (artigo 170, parágrafo único); a cooperação da União com os sistemas dos estados de Distrito Federal (artigo 171, parágrafo único) [...] (SAVIANI, 2008, p. 281).

Ao encontro dessas exigências de formação humanística para constituição do campo educacional, às quais a institucionalização da Didática no Ensino Superior buscou responder, é possível, ainda, retomar os seguintes artigos: “Noções educativas de modelagem” (1934), de Benedito Candido de Moraes; “Logicidade” (1934), de Francisco Antunes; “Noções educativas de modelagem” (1935); de Benedito Candido de Moraes; “Do desenho infantil” (1935), de Abner de Moura; “O desenho e suas evoluções” (1935), Antonio de Padua Dutra; “Noções educativas de modelagem” (1935), de Benedito Candido de Moraes (Parte 2); “O ensino da taboada no 2º ano” (1936), de Luiz Gonzaga Fleury; “Aritmética”, de João Alfredo de Souza Oliveira; “O desenho na escola primária” (1939), de Luiz Gonzaga Fleury; “O desenho como fator educativo nas escolas primárias” (1943), de Urbana Abs; e, “A aritmética na escola” (1944), de Maria Aurora Lourenço.

No artigo intitulado “Noções educativas de modelagem”, de Benedito Candido de Moraes (1934), é possível notar como a teoria (de base humanística) e prática (técnica) estão presentes em seu discurso. Moraes (1934) menciona sobre o quanto é primordial explicar aos alunos a “definição”, a “importância” e o “objetivo” da modelagem. Depois inicia exercícios referentes a essa explicação. Em relação aos exercícios, como mencionado na seção anterior, Moraes (1934) os elabora de forma lúdica, com figuras, o que reforça também a importância de outros recursos para a aprendizagem. Nesse aspecto, ressalto a disputa entre os colaboradores em sempre tentarem evidenciar em seus artigos a melhor maneira de ensinar e de ensino, o que seria modelar, a melhor forma pedagógica, a melhor “Didática”.

No artigo intitulado “Logicidade”, de Francisco Antunes (1934), novamente, a questão da formação do “espírito” se faz presente. Mas, ao contrário de Penteado (1937) que associa tal formação ao “educando”, de um modo geral, Antunes (1934) a associa à formação do “espírito infantil”.

As discussões sobre “espírito infantil”, identificadas nos artigos das revistas analisadas estão interligadas à moral da Psicologia de base Piagetiana e à heteronímia.

Nesse sentido, o espírito da criança é um espírito positivo (Comteano), que pode ser educado pela e por meio da ciência.

Alves (2010, p. 169) menciona que a Escola Nova procurou desenvolver o

[...] espírito crítico, através da aplicação do método científico, baseando o ensino em factos e experiências, na actividade pessoal da criança e nos seus interesses espontâneos; é desejável uma conjugação entre actividades de trabalho individual e momentos de trabalho colectivo.

Esse “espírito crítico” que Alves (2010) menciona em seu artigo, fundamenta grande parte das discussões dos artigos analisados, sobre a questão do “espírito infantil”. Segundo Alves (2010, p. 174), para a formação desse “espírito crítico”, o determinante

[...] não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas.

Assim, em relação à formação do “espírito infantil”, Alves (2010, p. 175) menciona que, nessa ordem, apresentam-se “[...] os programas tradicionais, do ponto de vista da lógica formal dos adultos, para os pôr de acordo com a ‘lógica psicológica’, isto é, com a lógica que se baseia na natureza e no funcionamento do espírito infantil.”

Observo que foi esse o sentido de muitos discursos dos colaboradores das revistas analisadas, sobre o “como fazer”.

Henri Pièron, autor do artigo “O desenvolvimento mental e a inteligência” que consta na *Revista de Educação* de 1931, esforçou-se para defender as bases dessa formação do “espírito infantil”, tão presente nas discussões do campo educacional brasileiro da época e entre os diálogos estabelecidos nos artigos das revistas analisadas, entre 1931 e 1961. Henri Pièron (1881-1964) nasceu na França e foi um dos pioneiros da Psicologia Científica e uma dos maiores defensores da Psicologia Aplicada.

Para desenvolver suas análises, em seu artigo, Pièron (1931) partiu das formulações sobre “desenvolvimento mental”, as quais acreditava ser essencial para “[...] examinar sob um certo ângulo, o desenvolvimento geral de um organismo que vemos ser ao mesmo tempo um elemento de coletividade, de um grupo social.” (p. 49).

Pièron (1931) começa o seu artigo esclarecendo sobre as funções orgânicas da criança, por exemplo, “[...] mamar, sugar” (p. 49), a questão do olhar, dentre outras

atividades orgânicas. Porém, atenua com um esclarecimento importante quando menciona que entender “[...] geralmente que a criança, por exemplo, tem que aprender a andar. É um erro. Sabemos que a acção modular de andar depende de um automatismo modular.” (p. 51). Depois, Pièron (1931, p. 53) lança luz à temática: “factores de crescimento”, mencionando, assim, que os fatores de crescimento podem ser interrompidos por meio da má alimentação e até pela estrutura clinica de diversos organismos. Pièron (1931, p. 55) utiliza-se da teoria de Jean Piaget para desenvolver o seu artigo, principalmente, quando quer retratar a questão do: “egocentrismo”, “syncretismo”, “animismo” e “artificialismo”. E, então, na sequência, direciona-se aos níveis de desenvolvimento da criança. Pièron (1931, p. 62) esclarece que as crianças são submetidas a provas que denunciam o seu grau de compreensão. Quando há uma “anomalia” no desenvolvimento biológico e intelectual de uma criança, Pièron (1931, p. 62) compreende que as

[...] anomalias mais notáveis accentuam as variações individuais, á conta de atrasos ou de interrupções do desenvolvimento, patenteia-se o desaccordo da idade real com a idade mental aparente, ao vermos idiotas que não ultrapassam o estadio de 3 anno, imbecis que estão abaixo do de 7 annos.

Pièron (1931, p. 85) menciona, também, que os professores que estão se esforçando, no caso, “diligenciando”, por traçar o perfil de “[...] crianças no curso de desenvolvimento, ou de adultos ter-se-á cuidado em reservar uma rubrica para intelligencia.”

É possível observar o alinhamento dos diálogos estabelecidos entre colaboradores das revistas analisadas e as discussões da época, para a compreensão do que era necessário para a formação do “espírito infantil”, do “espírito do educando”, centrados em preocupações com o desenvolvimento da criança e às provas que denunciavam o seu grau de compreensão, como, os *testes* psicológicos, tão enfatizados na década de 1930 e, conseqüentemente, pelos Pioneiros da Educação.

Diante disso, voltando ao artigo intitulado “Logicidade” (1934), de Francisco Antunes, é possível constatar que, em relação à criança, Antunes (1934) emprega alguns *testes* lógicos em seu artigo e afirma que o quê mais agrada ao “espírito infantil” é a logicidade (p. 172), ou seja, os *testes* que serviam para medir o desenvolvimento psicológico da criança.

Como mencionado, é possível perceber que, em 1935, constam dois artigos de Benedito Candido de Moraes intitulados “Noções educativas de modelagem”. O

primeiro artigo foi publicado na *Revista de Educação* dos meses de março e junho de 1935 e o segundo artigo foi publicado na *Revista de Educação* de setembro e dezembro de 1935.

No primeiro artigo, Moraes (1935) disserta sobre a modelagem “oca e cheia”, porém, essa discussão não se faz presente somente no nível teórico, pois aborda aspectos da teoria aplicada à análise de “casas” e “castelos” (p.118). No seu segundo artigo, Moraes (1935) também se mostra comprometido com as relações entre teoria (humanística) e a prática (técnica). Menciona sobre as formas do círculo na história e de maneira cronológica apresenta: “o círculo no estilo egypcio”, “o círculo no estilo grego”, “o círculo do estilo arabe”, “o círculo no estilo romano” e “o círculo no estilo moderno. Nessa parte, podemos perceber que a teoria (humanística), o saber acumulado historicamente se faz presente. Logo após, apresenta alguns exercícios práticos em relação a esses conteúdos, demonstrando assim uma técnica em relação à forma geométrica do círculo, “[...] com uma cartolina cerca a chapa de gesso branco apertando-a com barro posto por fora.” (p. 88).

Apesar de colaboradores das revistas terem pautado suas discussões sob bases da Psicologia, observa-se, tanto pelas temáticas, quanto pelas abordagens de artigos dessas revistas a presença das preocupações de cunho pedagógico, porém utilitarista.

Como exemplo é possível citar os artigos sobre o desenho na escola, a saber: “O desenho infantil” (1935), de Abner de Moura; “O desenho e suas evoluções” (1935), de Antonio de Padua Dutra; “O desenho na escola primária” (1939), de José Benedito Madureira; e, “O desenho como fator educativo nas escolas primárias” (1943), de Urbana Abs.

Segundo Viñao (2008), o tema e matéria “desenho” era classificado como algo “utilitário” e “pedagógico”. Dessa maneira, é possível constatar que os colaboradores de artigo das Revistas *Educação* eram comprometidos também com uma formação docente “utilitário” e “pedagógico”, sem abrirem mão da cientificidade das discussões, ao encontro das preocupações com as exigências da época para constituição do campo educacional e da Didática sob bases científicas, no sentido apontado por Saviani (2000).

Abner Moura (1935, p. 220) associa o “desenho infantil” aos fatores psicológicos, ao desenvolvimento da criança e considera que o “desenho infantil” está imbuído de uma linguagem que, naquele momento, havia passado a contribuir para a “[...] Psicologia Moderna”, o que demonstra também que a matéria desenho buscou a sua cientificidade tendo por base a, então, “Psicologia Moderna”.

Em relação o artigo de Dutra (1935), é possível perceber que a questão da “linguagem”, mencionada também no artigo de Moura (1935), também se faz presente, pois o autor menciona que o desenho não deve ser visto somente como “arte”, mas como uma forma de linguagem, “[...] dentro do lugar que a elle pertence na escola primária” (DUTRA, 1935, p. 84).

No artigo de Madureira (1939), é possível considerar, também, que a questão da “linguagem” e do “desenvolvimento da criança” e suas fases podem ser observadas, pois o autor afirma que o desenho na escola primária era tido como “meio de expressão”; como “linguagem” e, também, como forma “educativa”. Além disso, faz menção as fases da criança, em relação ao desenho, “garatuja” (p. 75).

No artigo de Abs (1943), o mesmo discurso e concepção da criança são observados. Abs (1943, p. 71) menciona que muitas crianças na tenra idade “rabiscam” as folhas, mas esse rabiscar dá margem ao “[...] desenvolvimento às faculdades motoras, de imaginação e observação”. “Rabiscar”, nesse sentido, contextualiza-se com o que Madureira (1939) chama de “garatuja”. A “garatuja” foi uma fase estudada por vários pesquisadores, dentre os quais Jean Piaget (1973).

Tanto as discussões em Madureira (1939), quanto em Abs (1943), sobre as questões do desenho, foram fundamentadas na teoria de Jean Piaget, nas fases do desenvolvimento infantil, o que evidencia, a partir dos artigos analisados e ao encontro das formulações de Garcia (2000), que a Didática da época foi se constituindo, também, fundamentada na psicologia do desenvolvimento infantil e, conseqüentemente, humano.

Na mesma direção é possível analisar os artigos sobre aritmética: “O ensino da Taboada no 2º ano”, Luiz Gonzaga Fleury (1936), “Arithmetica”, João Alfredo de Souza Oliveira (1936) e “Aritmética na escola”, de Maria Aurora Lourenço (1944).

Nesses artigos, é possível constatar os seguintes aspectos: primeiramente, no artigo de Fleury (1936, p. 40), é possível perceber que o autor inicia com uma crítica em relação aos colaboradores das revistas e seus escritos, mencionando que eram poucos os “modernos didactas” que reconhecem “[...] expressamente e recomendam o emprego de exercicios formaes na escola”. Mesmo tecendo críticas quanto à possível falta de fundamentos no ensino de aritmética, as defesas do autor são quanto às questões “[...] de ordem prática, de apllicação immediata” (p.39), defendendo, ainda as aulas “expositivas” e “explicativas”.

No artigo de Oliveira (1936, p. 51), é possível perceber que a teoria faz-se mais presente do que a prática, tendo em vista que o autor começa seu artigo mencionando

aspectos da história dos Algarismos e suas origens e enfatiza que o professor teria que se concentrar em maior grau nas resoluções dos exercícios.

Em relação ao artigo de Lourenço (1944), é possível perceber que a autora defende uma ideia de Didática com pressupostos acerca das fases do desenvolvimento infantil, de Jean Piaget. Segundo Lourenço (1944, p. 186), “[...] a Didática dessa matéria aconselha o trabalho ativo, a simplificação do ensino e a sua graduação de acordo com o desenvolvimento mental do aluno”, ficando explícito assim os fundamentos dessa autora em pensar o “desenvolvimento mental da criança”. Outro aspecto que deve ser mencionado são as ideias de Lourenço (1944, p. 194) para quem “[o] melhor professor é aquele que melhor conhece os seus alunos, que o estuda tão bem quanto a lição [...]”. Trata-se de menção a um aspecto que remete às questões relacionadas às “lições”, conforme abordadas no artigo intitulado “Manuais didáticos para uso de professores: mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica”, de Valdemarin (2008).

Nesse artigo, Valdemarin (2008, p. 8) menciona que as aulas, na época da publicação das revistas analisadas, eram “[...] divididas em lições e a aprendizagem pela reconstrução da experiência – elemento central da educação progressiva”, evidenciando que, nos manuais didáticos, objeto de estudo nesse artigo de Valdemarin (2008), os exercícios eram divididos em lições que propiciavam a aprendizagem pela “reconstrução da consciência”.

Como mencionado, os diálogos estabelecidos entre os colaboradores das revistas analisadas, estavam alinhados, sobretudo, com as tendências teóricas que remetiam ao que era considerado moderno em educação, em Didática, centralmente, estavam alinhados com os fundamentos que remetiam à Escola Nova, sobretudo os pautados nas teorias da Psicologia.

A propósito, ainda é possível mencionar, dentre os muitos artigos, os seguintes artigos: “Contribuições aos estudos dos *Testes A, B, C*, de J.V. B. Damasco Pena (1932); “Escola Nova – O seu objetivo”, de Adalvívia Toldedo (1933); “A escola ativa”, de Raimundo Pastor (1933); “Aulas ativas”, de Reinaldo Kuntz Busch (1934); “Fatores de retardamento da vitória completa da Escola Nova”, de Melquiades Pereira Junior (1934); “As classes selectivas do 1º grau e os *Testes A, B, C*”, de Bruno Vollet (1935); “Organização das classes seleccionadas a aplicação dos *Testes A.B.C.*”, de Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger (1936); e, por último “Testes de rendimento escolar”;

de Eulália Alves Siqueira (1938). Ressalto que a seleção desses artigos aconteceu em virtude da grande quantidade de aspectos comuns.

No artigo de Pena (1932) é possível perceber que o seu discurso alinha-se com o discurso do artigo de Fleury (1936), pois ambos os autores mencionam aspectos referentes à “teoria” e à “aplicação”. No artigo de Toledo (1933) é possível destacar alguns aspectos que remetem às ideias da Escola Nova como: “observação”, “globalização” e “alunos ativos”. Além, parece evidente a fundamentação de suas defesas em *Vida e Educação* (1930), de John Dewey. Nesse sentido, Toledo (1933, p. 72) salienta que essa escola tinha por objetivo: educar e adaptar o aluno à vida, porém, dando ênfase no desenvolvimento infantil da criança.

No artigo de Pastor (1933) é possível perceber que há aspectos do método Decroly, porém, faz uma crítica aos profissionais do magistério da década de 1930 que não aderiram a esse método. Nas palavras de Pastor (1933, p. 27), teriam que “[...] primeiro, fazer conhecer ao professorado a técnica do método, para que este se torne, em suas mãos, um elemento vivo de ação e progresso.”

No artigo de Busch (1934), é possível constatar a questão da “observação”, visto também no artigo de Pastor (1933). Também, em Busch (1934) as defesas remetem tanto aos aspectos da teoria, quanto da prática. No artigo de Pereira (1934), pude analisar que o autor faz uma crítica aos fatores que “retardam” os avanços da Escola Nova. Dentre essas críticas, Pereira (1934, p. 157) menciona que havia alguns profissionais do magistério que ainda não aceitavam à, então, escola moderna e, por conseguinte, eram adeptos da escola tradicional.

No artigo de Vollet (1935, p. 89), é possível afirmar que ele faz menção a outros fatores, não só à inteligência, como responsáveis pela aprendizagem, como a forma com que o professor conduz sua aula, isto é, a partir de fundamentos da Didática apropriada pelo professor. Vollet (1935) enuncia em seu artigo a ausência de uma Didática nas aulas do professorado paulista em 1935. Também denuncia em seu artigo que as escolas deveriam se comprometer com o nível de aprendizagem de seus alunos para que melhor se organize o âmbito educacional (p.91).

Já no artigo escrito por Ferraz e Bolliger (1938) é possível constatar que os alunos do Grupo Escolar Rebouças, no qual Ferraz e Bolliger (1938) eram “adjuntas”, eram “[...] submetidos aos *testes* todos os meninos dos primeiros anos, inclusive os repetentes” (FERRAZ; BOLLIGER, 1936, p. 52). Além dessa constatação, de que os *testes* que mediam o desenvolvimento dos alunos eram aplicados nos Grupos Escolares

do Estado de São Paulo, vale ressaltar que, Ferraz e Bolliger (1938) criticavam o critério de “observação”, julgando-os “insuficientes”, contrariando as defesas de outros colaboradores das revistas *Educação* com relação à questão da “observação”. Por fim, Siqueira (1938), ao dissertar sobre os *testes* e suas aplicações, afirma ser tais testes a melhor maneira de se medir a aprendizagem e nível de desenvolvimento dos alunos. Nas palavras de Siqueira (1938, p. 82) “[...] esta objetividade de julgamento dos testes de escolaridade [era o] que mais os valoriza como instrumento de medida [...]”

Destaco que, no artigo intitulado “Congresso catholico de educação”, o qual não consta autoria, publicado em 1934, pude analisar que se tratou e artigo que mencionou, pela primeira vez, a palavra “disciplina” como rubrica para se remeter a dado corpo de saberes.

Finalizo esta subseção de análise dos artigos, cujos diálogos teriam corroborado com o momento de constituição da Didática, segundo Garcia (2000), apresentando o valor das revistas analisadas, tanto para a retomada de discussões presentes no campo educacional brasileiro, desde o final do século XIX, como “lições de coisas”, quanto para a inovação temática no campo da Didática, como, por exemplo, com temáticas sobre “pré-escola” e “disciplina escolar”.

No artigo “Em classe (Parte escolar)”, que não consta autoria, publicado em 1932, foi possível constatar que a discussão foi embasada nas “lições de cousas”.

Valdemarin (2000) analisa, em seu artigo intitulado “Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para sociedade”, aspectos em relação ao tema: “lições de cousas”. Para Valdemarin (2000, p. 74), com base na análise de manuais didáticos utilizados pelos professores no final do século XIX, constatou-se que a escola era fundamentada a partir “[...] do Método de Ensino Intuitivo ou Lições de Coisas”. Ainda, denuncia que havia materiais didáticos, ou melhor, manuais didáticos que foram produzidos nesse período intitulado “[...] *Lições de Coisas* [...]” (VALDEMARIN, 2000, p.77). Além disso, Valdemarin (2000) menciona que essas “lições de coisas” eram destinadas à “[...] descrição da importância dos sentidos humanos, a forma de concretizar esses princípios, traduzindo-os em atividade Didática, apresenta diversidade de procedimentos” (p. 77).

O subitem “Lições de cousas”, do artigo “Em Classe (Parte escola)” (1932), era destinado aos professores do magistério como um apêndice referente ao conteúdo: “leitura e redação”, para fomentar a prática docente. Dito isso, na “[...] “lições de coisas” ou “método de ensino intuitivo” há prescrições de conteúdos e de

procedimentos didáticos que variam da coerência com a concepção epistemológica até sua contradição.” (VALDEMARIN, 2000, p. 77). E mais, “[...] as lições de coisas são um método geral de ensino o qual todos os conteúdos devem ser submetidos.” (VANDEMARIN, 2000, p.79).

No artigo intitulado “Educação pré-escolar”, de Hortencia Pereira Barreto (1936), pude constatar que se tratou do primeiro artigo das revistas analisadas a abordar aspectos da organização escolar das “pré-escolas”. Barreto (1936, p. 33) mostra-se comprometida em seu discurso em tornar as salas da pré-escola homogêneas e igualitárias.

No artigo “Disciplina escolar” (1944), de Maria Aparecida Mourão, foi possível observar os seguintes aspectos: primeiramente, que esse artigo diz respeito à postura do professor das Escolas Normais frente à sua disciplina e ao ensino renovador, porém, não podendo ser meramente ilustrativa, até porque Mourão (1944) menciona que nem sempre os professores da Escola Normal, que compreendem a disciplina como mera matéria a ser ensinada, conseguiram se deslocar e compreender as mudanças de postura que advinham da Escola Nova e do “entusiasmo pedagógico”. (p.145).

4.3 A Didática, entre 1950 e 1960, na revista *Educação* (1951-1961), e o momento de “consolidação” e “fragmentação” do campo de Didática no Ensino Superior Brasileiro

Conforme Garcia (2000), entre 1950 e 1960, a Didática passou por transições, consolidando-se como um campo de conhecimento e de autonomia no nível superior. De acordo com Garcia (2000), o campo da Didática “[...] viveu nesses tempos, em relação ao seu objetivo e conteúdos, dificuldade que se evidencia na diversidade e abrangência das temáticas [...]” (p. 72), aspecto que, pela análise realizada até o momento ficou evidenciado, desde a trajetória histórica da Didática, nos anos de 1930.

Além disso, de acordo com Garcia (2000, p.76), a Didática, na década de 1950, estava à procura de se legitimar cientificamente como um campo de conhecimento e conteúdo, procurando assim uma teoria que a fundamentasse e embasasse. Dessa forma, a bibliografia utilizada para embasar e legitimar o seu campo de conhecimento, de acordo com Garcia (2000, p. 76), foi, dentre outros livros, os seguintes: “[...] John Dewey (*Democracia e educação*) [...]”, e, também, os da italiana “[...] Maria Montessori [...]” (GARCIA, 2000, p.76). E, nesse sentido, é possível observar que John

Dewey e Maria Montessori foram utilizados, por alguns colaboradores de artigos das revistas *Educação*, para embasar as suas escritas.

Ainda, em 1950, Garcia (2000, p. 77) menciona que “[...] começa a aparecer uma produção intelectual propriamente nacional no campo da Didática, considerando o isolamento que imperava entre os profissionais do campo nesses primeiros anos [...]”

Entretanto, o que preponderava nessa época, entre 1950 e 1960, segundo Garcia (2000, p. 81) eram “[...] as questões mais gerais da Pedagogia e da Didática, tais como sua importância na profissionalização do magistério e questões relativas ao ensino-aprendizagem, e suas finalidades e objetivos”.

O campo da Didática e, por conseguinte, o seu mercado “[...] unificava-se em torno de uma concepção que privilegiava a dimensão técnica dessa disciplina [...]” (GARCIA, 2000, p.90).

Segundo Garcia (2000, p. 91), a Didática,

[n]a falta de um corpo teórico próprio incorpora um conjunto bastante amplo de conteúdos, entre os quais já se anuncia a dimensão técnica que irá se afirmar nesses anos, denunciada pela presença de um conjunto de métodos e técnicas ativas.

Os aspectos referentes à Didática que foram discutidos nas revistas analisadas, principalmente os que evidenciavam as influências dos ideais escolanovistas, estão presentes nas afirmações de Garcia (2000), a saber:

[p]rogressivamente, a Didática, sob a influência crescente da Escola Nova e por ser o lugar da especialização técnica do trabalho de ensinar, vai delimitando como o seu objeto de ensino, substituídos nesses anos pelo seu correlato – a aprendizagem –, e acentua o seu conteúdo técnico-metodológico, indo buscar os seus fundamentos teórico-científicos sobre a ciência da psicologia. (GARCIA, 2000, p. 91).

Diante disso, apresento, nesta subseção, resultados da análise dos diálogos travados entre os colaboradores da revista *Educação*, nas publicações entre 1951 e 1961, os quais se mostraram alinhados com as discussões presentes no momento que Garcia (2000) denominou como de “consolidação” e, após, de “fragmentação” do campo de Didática nas Faculdades de Filosofia, momento, como mencionado, em que teria ocorrido, respectivamente, o processo de independização do campo da Didática em relação a outras áreas do conhecimento pedagógico, então, certa respeitabilidade no interior das Faculdades, e a sua fragmentação, com a legitimação, pelo Parecer do CFE, n. 292/62, quando foi extinta a cadeira de Didática Geral e Especial e criado o campo da

Prática de Ensino que, desde então, passou a reivindicar o tratamento das questões relativas ao ensino dos diferentes conteúdos escolares. A propósito, ao final, apresento discussões sobre os colégios de aplicação, sua criação e extinção, e os momentos da Didática identificado por Garcia (2000).

No artigo intitulado “O sistema Montessori”, de Gilberto Pereira Machado (1951), pude observar os seguintes aspectos: que à figura do professor, profissional do magistério e docente, foi mencionada como de “educador”. Vale ressaltar que esse é o primeiro artigo das revistas analisadas que atribui ao professor à função de um “educador” que não somente transmite conhecimento, mas, também, educa para a “liberdade”, denotando, assim, uma mudança de pensamento e postura. Para Machado (1951, p. 16), a partir das teorias de Montessori, o educador era aquele que educava para a liberdade: a criança não era vista somente como uma figura biológica e social, mas, sim, como um cidadão que emerge em uma sociedade, que, para isso, teria que compreender e conquista à sua liberdade para exercer a sua cidadania.

O método Montessori surgiu desde 1907, foi “[...] elaborado pela cientista italiana Maria Montessori e começou a ser aplicado num bairro pobre de Roma” (ALMEIDA, 1984, p.9). De acordo com Almeida (1984, p. 10), para Montessori:

[a] liberdade de uma criança de um ano, por exemplo, é diferente da liberdade que terá uma outra de cinco anos. Esta liberdade está associada a seu grau de independência e responsabilidade, não só teoricamente, mas também na prática. Montessori sustenta que a verdadeira liberdade não se expressa somente nos atos externos, mas acima de tudo nos atos internos que vão definir sua conduta.

No artigo intitulado “Metodologia do cálculo”, de Aquiles Archeiro Junior (1951), há a denuncia da ausência de uma “Didática específica” para a disciplina de “Aritmética”, denotando, assim, uma deficiência em relação aos métodos e formas pedagógicas aplicadas às disciplinas de “Aritmética”. A questão da ausência, da “Didática específica” mencionada por Archeiro Junior (1951) pode ser articulada com questões da disciplina de “Didática Específica” que era oferecida no curso de Didática das Faculdades de Filosofia.

No artigo intitulado “Trabalho manuais como necessidade no ensino”, Francisco Bernardi (1952) menciona alguns aspectos relacionados à Didática e, por conseguinte, sobre o “como fazer”. Bernardi (1952) compreende que os “trabalhos manuais” estão interligados a uma prática artística, ou seja, à dança, ao teatro, a música, dentre outros. Por esse motivo, por acreditar que o trabalho manual decorre de uma

prática artística, defende a implementação da disciplina “Teatro infantil” nos currículos escolares, por acreditar que assim, “[...] às demais matérias, de maneira que sirva como motivação de aulas, muito lucrará com isso [...]” (p. 55). Bernardo (1952) aborda tal aspecto de maneira à atribuir à disciplina de “Teatro infantil” o importante papel de contribuir com as demais disciplinas.

No artigo intitulado “A criança excepcional” (1952), de Odete de Lourenção pude analisar que a autora de artigo debruça-se em compreender aspectos da criança, excepcional, já evidenciando novos rumos para o pensamento, conceito e tratamento da criança que antes era tomada como “anormal”. Lourenção (1952, p. 21) compreende por criança excepcional aquela que se distingue das crianças comuns. Defende também, como Pinto (1935), que as escolas deveriam estar atentas ao desenvolvimento psíquico e mental da criança. Além disso, cabe lembrar, para diferenciar dos termos utilizados por Lourenção (1952), que no artigo de Pinto (1934), tais crianças foram tomadas como “anormaes” e “debeis mentaes”.

E, por fim, Aurora Vicente Rico (1961), em seu artigo intitulado “Problemas dos problemas”, menciona os três modos de comunicação e linguagem conhecidos à época, observados, também, em outros artigos analisados, a saber: “figuras ilustrativas”, “escrita discursiva” e “exercícios matemáticos”. Dessa forma, Rico (1961) exemplifica a forma como os professores do primário deveriam assimilar os problemas de aritmética, a qual deveria ser de ordem teórica (conteudista/conteúdo acumulado historicamente) e de ordem prática (quanto à forma) em sala de aula.

Por todo exposto nesta seção, acredito ser possível afirmar a importância das revistas analisadas para o diálogo de questões que estiveram presentes em importantes momentos históricos da Didática, como disciplina e campo de conhecimento.

É possível depreender, pela frequência com que algumas questões foram abordadas que se tratava de um momento de convencimento, sobretudo do professorado, sobre as então novas tendências em educação e na Didática, pois ficou ressaltado em vários artigos que os profissionais do magistério tinham dificuldade em compreender e aceitar o modelo escolanovista que foi difundido na década de 1930.

Nesse sentido, as revistas também representaram um espaço para disputas teóricas no campo da educação e da Didática.

Além disso, outras questões que foram suscitadas foi que o campo de conhecimento da Didática associa-se às ideias e saberes sobre o professor “humanístico” e “técnico”. Esse era o conjunto de saberes pedagógicos que tinham por

objetivo a formação de professores. Diante desses aspectos mencionados é possível observar algumas questões que foram apontadas ao longo desta seção, de que a consolidação da disciplina de Didática implicava na adoção de uma base científica, no caso de psicologia científica. Isso porque, a Didática moderna vai consistir em um saber sobre a prática docente que vai atender a necessidade do “espírito da criança”, isto é, do seu desenvolvimento biológico, psicológico e moral. Em outras palavras, é possível afirmar que a Didática evidenciada nos 48 artigos analisados estava a serviço de uma psicologia científica.

De acordo com Garcia (2000, p.137) a Didática emerge como um campo de estudos e práticas “[...] pouco delimitado em relação à pedagogia e a outras áreas e disciplinas do campo pedagógico, como por exemplo, a psicologia, filosofia e a sociologia da educação”. Entretanto, foi possível notar, também, pelo diálogo entre os colaboradores das revistas analisadas, que a Didática constituiu-se como um campo construído mediante outras disciplinas científicas.

4.4 A importância dos Ginásios de Aplicação e o do campo da Didática

A partir do decreto-lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, tornou-se obrigatório a criação de um Ginásio de Aplicação junto as Faculdade de Filosofia (GARCIA, 2000, p. 82).

Para que o professor estivesse habilitado profissionalmente para o magistério era preciso associar o ensino “[...] da Didática Geral e Especial, a observação e prática da Didática Moderna em Colégios de Aplicação” (GARCIA, 2000, p. 82), isto é, o conteúdo que era transmitido ao profissional do magistério deveria ser colocado em prática nesses Ginásios de Aplicação, ou como ficou conhecido, nesses Colégios de Aplicação.

Esses colégios destinavam-se aos professores que eram matriculados no curso de Didática, com ênfase no aprimoramento das práticas docentes.

O decreto mencionado acima previa que

[...] a direção e a responsabilidade pelo ginásio ficassem a cargo do catedrático de didática geral, o qual, auxiliado por seus respectivos assistentes, orientaria a prática de ensino dos alunos nas diversas cadeiras do curso ginásial. (GARCIA, 2000, p. 82-83).

De acordo com Garcia (2000, p. 83), esse ginásios de aplicação tiveram "[...] um papel fundamental na consolidação do campo da didática nas Faculdades de Filosofia [...]"

Os Ginásios de Aplicação foram implementados para que os candidatos ao magistério que estavam em formação pudessem exercer na prática as metodologias e "técnicas" que eram ensinadas no curso de Didática Geral e Didática Específica, sendo assim, a aula era vista como "[...] fruto da personalidade do professor e sua expressão pessoal [...]" (GARCIA, 2000, p. 86). "Assim como a obra de arte depende da técnica, mas depende sobretudo da criação, também o professor só com o domínio da técnica está a meio caminho do que seja verdadeiramente ensinar." (GARCIA, 2000, p. 86).

As bibliografias utilizadas nos cursos de Didática Geral e Específica eram na sua quase totalidade estrangeira, porém também tinham obras de interpretes nacionais da Escola Nova, a saber:

[...] Lourenço Filho (*Introdução ao estudo da Escola Nova*), Anísio Teixeira (*Educação progressiva, A educação e a crise brasileira, Aspectos americanos da educação*) e Fernando de Azevedo (*Novos caminhos, novos fins*), têm-se as traduções das obras de John Dewey (*Democracia e Educação; Experiências e educação; Vida e educação; Lá ciência de la educación*), Kilpatrick (*Educação para uma civilização em mudança; Psicologia experimental*) e outros autores americanos como Thomas Risk, Henry Boyd Bode, Willian C. Bagley, Frank A. Butler. E ainda, obras que discutem os fundamentos científicos da pedagogia e didática como as de Alfredo Miguel Aguayo (*Didática da Escola Nova; Pedagogia Científica*), de Lorenzo Luzuriaga (*Pedagogia*) do alemão Meumann (*Pedagogia experimental*) e outros autores alemães como Lay e Schimieder. Também as obras do Tirado Benedi, Ruiz Santiago, Lombardo Radice, Renzo Titone e Maria Montessori, esses três últimos italianos. Para não falar das obras em língua francesa como as de Edouard Claparède, Ferrière, Roger Causinet, Ovídeo Decroly e já posteriormente, nos anos finais da década de 1950, as obras de Jean Piaget e Hans Aebli. (GARCIA, 2000, p. 76).

Muitos desses teóricos foram mencionados e/ou citados nas revistas analisadas, por exemplo, Jean Piaget, Decroly, Dewey, Kilpatrick, dentre outros, além do que, muitos desses teóricos também tiveram seus artigos publicados nessas revistas como, por exemplo, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, John Dewey e Maria Montessori. Isso permite compreender que os colaboradores das revistas analisadas também tiveram suas preocupações alinhadas com esse importante estabelecimento que serviu à consolidação da Didática na década de 1940.

Tratava-se, como mencionado, de uma Didática sob influência da Escola Nova

[...] e por ser o lugar de especialização técnica do trabalho de ensinar, vai delimitando como o seu objeto de ensino, substituído nesses anos pelo seu correlato - a aprendizagem-, e acentua o seu conteúdo técnico-metodológico, indo buscar os seus fundamentos teórico-científicos sobretudo nas ciências psicológicas. (GARCIA, 2000, p. 91).

Nesse sentido, tanto nas discussões dos colaboradores das revistas analisadas, quanto na constituição da Didática, é possível observar a incorporação de um conteúdo de "[...] caráter instrumental e prescritivo em que se destacam os métodos ativos (projetos, problemas, centros de interesse, unidades didáticas, globalização, trabalhos em grupo e individualizados etc.)." (GARCIA, 2000, p. 76).

5 Conclusão

Em virtude da análise desenvolvida neste texto considero relevante fazer algumas considerações sobre a pesquisa. Quero enfatizar que tal empreendimento só tornou-se possível a partir da minha experiência em sala de aula, do curso de Letras e Pedagogia e da vivência no Grupo de Pesquisa. O processo investigativo em história da educação aprende-se com a reflexão sobre a prática e com a prática da reflexão. Perante isso, julgo todo o processo de escrita e pesquisa historiográfica como uma atividade humana enriquecedora por excelência. Como se expressou certa vez Thomas Mann (1952), o historiador é um “mago que evoca o pretérito”, talvez porque o estudo histórico permite-nos aproximar do presente apesar das distâncias dos acontecimentos e manter viva uma memória documental da própria sociedade.

O objetivo da pesquisa da qual esta dissertação é resultante consistiu em identificar, analisar e compreender aspectos das discussões sobre Didática. Para isso, procurei compreender, 48 artigos que foram selecionados para análise referentes às revistas: *Educação* (1931-1932), *Revista de Educação* (1933- 1944) e *Revista Educação* (1945-1961). A análise abordou os aspectos em relação à Didática como disciplina escolar e a sua trajetória histórica como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores.

Tais análises possibilitaram uma melhor compreensão em relação à materialidade dessas revistas, à predominância e à recorrência das temáticas e dos títulos sobre Didática. Esses demonstram a produção de um diálogo sobre Didática. Ademais, permitiram por intermédio do estudo bibliográfico e documental elaborar breves biografias sobre os colaboradores de artigos e a quantidade de artigos por eles publicados.

Além disso, as considerações de Vinão (2008) no que diz respeito ao desenvolvimento das disciplinas escolares à luz das tradições: “utilitária”, “pedagógica” e “acadêmica” foram, extremamente, cruciais para o desenvolvimento dessa pesquisa, tendo em vista que a disciplina de Didática, apesar de em seu início- -XIX – limitar-se, preponderantemente ao viés utilitário, durante o século XX, é possível observar que ocorre uma simbiose no qual a Didática constitui-se como um campo de saber no cruzamento de práticas diversas, de saberes especializados, isso é, a Didática não ampara-se apenas em uma tradição utilitária, pois, ela é pedagógica e acadêmica também, uma vez que o seu limiar de cientificização só alcança um caráter normativo

quando opera, conjuntamente, com os enunciados da psicologia, biologia e filosofia. É pedagógica porque incorpora uma série de conhecimentos provindos da psicologia do desenvolvimento, como foi possível ver nos artigos intitulados: “Educação dos anormais e dos debs mentaes”, Pinto (1935), “A criança exepcional”, de Lourenção (1952), dentre outros artigos que constam nessas revistas e que não foi possível analisar nesta dissertação. Também, utilitária, pois, destina-se à aquisição de novas habilidades com vistas a construir uma prática de ensino. E, também, por ser considerada acadêmica, pois o desenvolvimento do campo da Didática só encontrou condições de ser criado graças às teorizações provenientes dos diferentes saberes que foram mobilizados para a construção do seu campo discursivo.

No entanto, fica evidente que a tradição que mais se destaca nos artigos selecionados da revista *Educação* era de caráter “utilitário”, tendo em vista que, na maioria das vezes, os artigos eram modelos de aulas que deveriam chegar aos professores do ensino primário e secundário, o que denota, também, que ocorreu uma aquisição de novas habilidades que foram incorporadas pelos professores com vistas a constituir uma nova prática de ensino, que abrangesse um ideal, por exemplo, de “escola nova”.

A seguir, menciono as sínteses das análises que consegui obter no decorrer de cada seção.

Na seção 2, foi possível observar os aspectos relacionados à materialidade das revistas como, por exemplo, a periodicidade que mudou conforme a situação histórica do Brasil e a política editorial dos órgãos do Estado, que poucos foram os colaboradores que tiveram assiduidade na autoria de artigos dessas revistas analisadas o que denota uma variedade de colaboradores.

Na seção 3, foi possível apresentar os aspectos discursivos e textuais relacionados à Didática contidos nos artigos relacionados na pesquisa e, também, que os diálogos sobre a Didática nas revistas analisadas são reveladores do contexto de disputas pela autoridade no campo educacional e no campo da Didática, do qual decorreram os momentos históricos da Didática que Garcia (2000) teorizou com base na Sociologia dos campos de produção de bens simbólicos e culturais de Pierre Bourdieu.

Na seção 4, foram apresentados resultados das análises realizadas em busca de perspectivas de temáticas sobre a Didática, decorrentes desse diálogo entre os colaboradores dessas revistas, e as quais acredito estarem presentes em momentos da

trajetória histórica de constituição da Didática como campo de conhecimento e disciplina em curso de formação de professores.

Por fim, porém, não menos importante, a elaboração do instrumento de pesquisa intitulado *Bibliografia de e sobre Revista Educação (1931-1961)*: um instrumento de pesquisa (REIS, 2017) mostrou-se bastante produtivo, tendo em vista que pude vislumbrar aspectos referentes à materialidade, como os seus aspectos tipográficos e suas nomenclaturas, ciclo das revistas, à recorrência e predominância das temáticas e título sobre Didáticas, bem como, informação sobre os colaboradores e quantidade de artigo publicado por cada colaborador. Essa etapa foi fundamental para revisar o tema que me propus pesquisar e estudar. Além disso, esse instrumento de pesquisa (BELLOTTO, 1979) ou guia de fontes é muito útil para os estudiosos e pesquisadores que desenvolvem pesquisas correlatas, pois, propiciam a visão do conjunto da produção *de e sobre* as revistas *Educação* entre 1931 e 1961.

Além disso, é possível observar que os objetivos específicos enunciados na introdução desta dissertação foram alcançados, por exemplo, os aspectos em relação à materialidade das revistas que mostram um diálogo da Didática e, conseqüentemente, a sua constituição. Mais propriamente, como os colaboradores dialogavam em cada revista e, também, como eles fomentaram e contribuíram para a constituição da Didática.

Foi possível observar também que os colaboradores das revistas contribuíram, diretamente, com a prática docente. Até porque, muitos deles, escritores de artigos das revistas analisadas, também eram professores do primário e secundário e, com isso, contribuíram para a inserção da Didática e sua constituição efetiva em sala de aula.

Vale ressaltar que os artigos analisados entre 1930 e 1940 demonstraram uma discussão solidificada em relação à Didática e sua constituição (GARCIA, 2000), porém, em contrapartida, entre 1950 e 1960, é possível observar, a partir dos artigos analisados, que esse diálogo se esvai, tornando-se assim menos frequente nas discussões do professorado paulista o que demonstra os caminhos que a Didática tomava, mais propriamente, a sua fragmentação.

Além disso, é possível afirmar que a História da Didática elucidada por Garcia (2000) está em estreita consonância com as transições e embates que as revistas *Educação* passaram ao longo do seu ciclo de vida, e mais, o quanto esses artigos contribuíram, diretamente, para as discussões em relação à Didática vigentes na época. Ou seja, essas discussões não ficaram somente nos âmbitos acadêmicos, mas

perpassaram por outras esferas, como às escolas primárias e secundárias. Os professores que ministravam aulas nos primários e secundários contribuíram também para a consolidação da Didática e empregavam em suas práticas as discussões vigentes da época, além de terem fomentado e solidificado essas discussões.

É possível considerar que esses colaboradores e, também, professores eram “técnicos”, que dominavam as suas ciências e artes e “humanísticos”, que levavam em conta as capacidades relacionadas ao ser humano em toda a sua plenitude evolutiva.

Com esses caminhos da pesquisa espero ter contribuído, diretamente, para uma história da Didática no Brasil.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma de Referências (NBR 6023). Rio de Janeiro, 2002.

A “Escola Pacheco e Silva” para menores anormais em Juqueri. *O Estado de S. Paulo*, p.6, 29, nov. 1929.

A sociedade. *O Estado de S. Paulo*, p.8,25,mai.1936.

A sociedade. *O Estado de S. Paulo*, p.7, 17, nov.1948.

A suspensão da censura. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 9, jan. 1932.

ABS, Urbana. O desenho como fator educativo nas escolas primárias. *Revista de Educação*, São Paulo.v.30.n.40/41.p.70-72.junh/dez.1943.

AGUAYO, Alfredo Miguel. *Didática da escola nova*. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

ALVES, Luís Alberto Marques. República e Educação: Dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros da Educação. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto-Portugal,v.11.n.,p165-180,2010.

ALVES, Maria Cardoso. Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária. *Educação*, São Paulo. v.31.n.?.p.142-144.jan/junh.1944.

AMARAL, Giana Lange do. *Reflexões sobre a produção de jornais estudantis em escolas de ensino secundário (1930-1960): a contribuição da obra “Jornais escolares” de Guerino Cassanta*. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1.,2013, Cuiabá-MT. Anais... Uberlândia-MG: CBHE, 2013.

ANDRADE, Clotilde Castilho. Geometria. *Educação*, São Paulo. v.5.n.10/11.p.216-217.out/nov.1932.

ANTUNES, Francisco. Longicidades. *Revista de Educação*, São Paulo.v.6.n.6.p.171-179.junh.1934.

ARCHERO-JUNIOR, Aquiles. Metodologia do Cálculo. *Revista de Educação*, São Paulo. v.37.n.60/61.p.25-32.set/dez.1951.

ARENDRT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
AS homenagens a um antigo jornalista da cidade de Sorocaba. *O Estado de S. Paulo*, p. 3, 12, jun.1937.

BARRETO, Hortencia Pereira. Educação pré-escolar.*Revista de Educação*,São Paulo.v.13/14.n.13/14.p.43-52.março/junh.1936.

BAQUÉ, Juan Manier. *La historia de las disciplinas escolares*. Génesis y problemas de un joven campo de investigación. El interés del proyecto Nebraska (Feducaria) en el

tema. En: INTERVENCIÓN EN EL SEMINARIO DEL DOCTORADO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCACIÓN. 1., 2010. Bogotá, Colómbia. Anais... Bogotá: Universidad Distrital “José Caldas”, p. 1-40, 2010.

BENCOSTTA, Manoel Levy Albino (org). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNARDI, Francisco. Trabalhos manuais como necessidade do ensino. *Revista de Educação*, São Paulo. v.38.n.55-58.p.29-37.mar/dez.1952.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, *Anais...*, p.133-147.

BIBLIOGRAFIA. *O Estado de S. Paulo*, p.3, 23, fev. 1936.

BICCAS, Maurilane de Sousa. *O impresso pedagógico como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista de Ensino (1925-1940)*. 2001. 3v (311 f). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BICCAS, Maurilane de Souza. Título: da revista à literatura: a formação de professores em Minas Gerais. *História da Educação Sociedade Brasileira de História da Educação-SBHE*. V.16.n.2[41],2016.

BRISOLLA, Francisco Alves. Reprovação – sua origem e causas. *Revista de Educação*, São Paulo.v.13/14.n.13/13.p.115-120.mar/junh.1936.

BUSCH, Reinaldo Kuntz. Aulas Ativas. *Revista de Educação*, São Paulo.v.6.n.6.p.180-185.jun.1934.

CALDEIRA, Benedito. Didática do Cálculo. *Revista de Educação*, São Paulo. v.28.n.?.p.40-50.mar/junh/set/dez.1940.

CAMPOS, José Ferraz. Das frações dobrando e rasgando papel. *Educação*, São Paulo. v. 6.n.1/2 e 3.p.63-73. jan/fev/març.1932.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Usos do impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia”. In. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, p.103-119, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “Reformas da instrução pública”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 3.ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, p. 225-251, 2007.

- CASTRO, Amélia Domingues de. *Piaget e a Didática- Ensaios*. São Paulo. Editora Saraiva, 1974.
- CASTRO, Amélia Domingues de. "A trajetória histórica da Didática". *Série Idéias*. São Paulo: FDE, v., n. 11, p. 15-25, 1991.
- CASTRO, Rosane Michelli de. *A produção de uma faculdade as revistas, Alfa, Estudos Históricos e Didática e a "FAFI de Marília"(1959-1975)*. São Paulo: Editora FUNDEPE, 2009.
- CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia-MG, v.10,n.20,p.115-130,1996.
- CHARTIER, Roger. *A ordem do livro*. Leitores, autores e biblioteca na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v.,n.2,p.177-229.1990.
- COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- CONGRESSO dos antigos alunos da Faculdade de Filosofia. *O Estado de S. Paulo*, p.6,19,jan.1952.
- CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Farias; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). 500 anos de educação no Brasil. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- D`AVILA, Antonio. Exercícios para aguçar o raciocínio infantil. *Educação*, São Paulo. v.31.n.?.p.170-176.jan/junh.1944.
- DEMerval, Saviani. *Pedagogia de formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos*. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4.,2006, Goiânia-GO. Anais... Campinas: Autores Associados, 2006.
- DEWEY, John. A criança e o programa escolar. *Escola Nova*, São Paulo. v.1.n.1,p.27 - 46.out.1930-1931.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*. 3° ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- DIAS, Enéias Borges. *Revista Escola Nova (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação*. In: VII JORNADA DO HISTEDBR - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS. "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL". "A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO", 7., 2007, Campo Grande, MS. Anais da VII Jornada do HISTEDBR... Campo Grande: UNIDERP, 2007.

- DNA. Hortencia Pereira Barreto. *O Estado de S. Paulo*, p. 13, 26, mar. 1946.
- DUTRA, Antonio de Padua. O desenho infantil e sua evolução. *Revista de Educação*, São Paulo.v.7/8.n.11/12.p.75-84.set/dez.1935.
- EDITAIS. *O Estado de S. Paulo*, p.8, 26, junho.1912.
- EM CLASSE (parte escolar). *Educação*, São Paulo.v.4.n.1 e 2.p.74-111.ago/set.1932.
- ESCOBAR, José Ribeiro. Demonstrações por syllogismos. *Educação*, São Paulo.v.5.n.10 e 11.p.81-108.out/nov.1932.
- ESCOBAR, José Ribeiro. O programa de didática. *Revista de Educação*, São Paulo. v.2.n.2.p.89-104.junh.1933.
- ESCOLA normal. *O Estado de S. Paulo*, p. 9, 24, nov. 1912.
- FALECIMENTOS. *O Estado de S. Paulo*, p.12,1,nov.1965.
- FALECIMENTOS. *O Estado de S. Paulo*, p. 17, 18, nov.1974.
- FALECIMENTOS. *O Estado de S. Paulo*, p. 27, 2, jun. 1999.
- FERRAZ, Anna Nogueira; BOLLIGER, Olga. Organização de classes selecionadas e aplicação dos testes A.B.C. *Revista de Educação*, São Paulo. v.15/16.n.15/16.p.52-55.set/dez.1936.
- FIGUEIRA, Patrícia Ferreira Fernandes. *Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil: estudos sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho*. 2010. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- FLEURY, Luiz Gonzaga. O ensino da taboada no 2º ano. *Revista de Educação*, São Paulo.v.13/14.n.13/14.p.39-42.mar/junh.1936.
- FLEURY, Luiz Gonzaga. Os métodos de projetos e os métodos tradicionais- Programa e horários. *Revista de Educação*, São Paulo. v.27.n.27/28.p.25-64.set/dez.1939.
- FOI instituído no Chile o trabalho obrigatório remunerado. *O Estado de S. Paulo*, p. 2, 29, jan. 1939.
- FOTOGRAFIA. *O Estado de S. Paulo*, p.293, 24, nov. 1974.
- FRANKFURT, Sandra Herszkowick. *As Práticas das festas escolares na escola normal de Pirassununga*. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- GALLINA-JUNIOR, Luiz. Escalas. *Educação*, São Paulo. v.8.n.6/7.p.147-160. junh/julh.1932.

- GARCIA, Maria Manuela Alves. *A Didática no ensino superior*. São Paulo: Editora Papyrus, 2000.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação*. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.
- HOVRE, Frans de. *Ensaio de filosofia pedagógica*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- HUBERT, René. *História da pedagogia*. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- INÁCIO, Marcilaine Soares. *Educação e política em Minas Gerais: o caso das sociedades políticas, literárias e filantrópicas no período regencial (1831/1840)*. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.
- INSTRUÇÃO pública. *O Estado de S. Paulo*, p. 6, 23, out. 1915.
- INSTRUÇÃO pública. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 24, mar. 1918.
- INSTRUÇÃO pública. *O Estado de S. Paulo*, p. 6, 9, mar. 1930.
- INSTRUÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, p.2, 6, mar. 1931.
- JARDIM, Renato. Sobre a didactica do calculo. *Revista de Educação*, São Paulo. v.7.n.?.p.6-13.set.1934.
- JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas,v.,n.1,jan/jun.,2001.
- LEIF, J; RUSTIN, G. *Pedagogia geral pelo estudo das doutrinas pedagógicas*. São Paulo: Editora Nacional, 1960.
- LEITE, Francisco de Aquino. O ensino da leitura e o método analítico. *Revista de Educação*, São Paulo.v.25/26.n.25/26.p.51-56.set/dez.1939.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 2006.
- LOURENÇO, Maria Aurora. A aritmética na escola primária. *Educação*, São Paulo. v. v.31.n.?.p.142-144.jan/junh.1944.
- LOURENÇÃO, Odette. A criança excepcional. *Revista de Educação*, São Paulo.v.38.n.62-65.p.21-27.mar/dez.1952.
- LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 21 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- MACHADO, Gilberto Pereira. O sistema Montessori. *Revista de Educação*, São Paulo. v.37.n.60/61.p.15-17.set/dez.1951.
- MANN, Thomas. *A montanha mágica*. . São Paulo: Círculo do Livro S. A , 1952.

MASSUCATO, José Geraldo; BARBANTI, Valdimir José. Histórico da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo. *Revista Paulista de Educação Física*, v.13.n.p.7-12,dez. 1999.

MATOS, Anésia Martins. O ensino de aritmética. *Educação*, São Paulo.v.35.n.50/59.p.118-123.jan/dez.1946.

MEDEIROS, Valéria Antônia. Antonio de Sampaio Dória nos debates educacionais: a longa duração de uma “presença ausente”. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. Anais... Campinas: Autores Associados, 2002.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *A alfabetização na imprensa Periódica educacional paulista (1927-1943)*. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MEMÓRIAS. *O Estado de S. Paulo*, p.2, 19, nov.1970.

MESSEMBERG, Cyntia Grizzo. *A série Na Roça, de Renato S. Fleury, na história do ensino da leitura no Brasil*. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

MICHAELIS: moderno dicionário inglês-português, português-inglês. 2 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2008.

MONARCHA, Carlos. Introdução ao estudo da Escola Nova. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro- RJ,v. n.14, jul. 2000.

MONARCHA, Carlos. *Revista de Educação e Ensino. São Paulo (1892-1944)*. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.,2004, Paraná-PR. Anais...Campinas: Autores Associados, 2004.

MORAES, Wanderson Rodrigues. *A história e a natureza da ciência no ensino de biologia: perfil e concepção de professores em serviço e de materiais didáticos*. 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências)- Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016.

MORAIS, Benedito Candido. Noções educativas de modelagem. *Revista Educação*, São Paulo. v.5.n.5.p.146-170.març.1934.

MORAIS, Benedito Candido. Noções educativas de modelagem. *Revista de Educação*, São Paulo.v.7/8.n.11/12.p.76-102.set/dez.1935.

MORAIS, Benedito Candido. Noções educativas de modelagem. *Revista de Educação*, São Paulo.v.9/10.n.9/10.p.118-131.mar/junh.1935.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; TREVISAN, Thabatha Aline; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues; SALES, Guizelma Guimarães Pereria. *Manuais para a formação de professores primários (1940-1960) e a conformação de práticas do ensino da leitura*

e escrita no Brasil. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2., 2009, Niterói-RJ. Anais... Rio de Janeiro: LIHED, 2009.

MOURA, Abner. Do desenho infantil. *Revista de Educação*. v.4/5.n.9/10.p.219-220.març/junh.1934.

MOURÃO, Maria Aparecida Alves. Disciplina escolar. *Educação*, São Paulo.v.31.n.?.p.145.jan/junh.1944.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira república*. São Paulo: EDUSP, 2009.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NOTÍCIAS. *O Estado de S. Paulo*, p.2, 23, fev. 1934.

NOTÍCIAS do Estado. *O Estado de S. Paulo*, p. 8, 28, fev. 1935.

NOTÍCIAS. *Jornal Regional*, nº 988, 22, jun.2012.

O DESENHO do teatro amador na cidade de Sorocaba, após 50 anos. *O Estado de S. Paulo*, p.76, 14, out. 1956.

O ENSINO da leitura aos seus processos. *O Estado de S. Paulo*, p.12, 21, ago.1954.

OLIVEIRA, Ataliba. Como ensinar algarismos romanos. *Educação*, São Paulo.v.7.n.4/5.p.35-43.abr/mai. 1932.

OLIVEIRA, João Alfredo de Souza. Arithmetica. *Revista de Educação*, São Paulo. v.15/16.n.15/16.p.47-51.set/dez.1936.

OSTERRIETH, Paul. *Introdução à psicologia da criança*. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

QUEIROZ, Francisca de Silveira. A decadência do ensino secundário. *Revista de Educação*, São Paulo.v.21/22.n.21/22.p.57.mar/junh.1938.

PASTOR, Raimundo. A escola Ativa. *Revista de Educação*, São Paulo. v.3.n.3.p.26-35. set.1933.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Do manifesto de 1932 à construção de um saber pedagógico: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Texeira*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

PANDOLFI, Dulce. “Apresentação “ IN: PANDOLFI, D. (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, p. 9-15, 1999.

PASTOR, Raimundo. *Alegrias, agruras e tristezas de um professor: recordações de Xiririca, Itanhaém, Iporanga e Vila Bela, de 11/07/1919 a 05/1929*. São Paulo: Centro do Professorado Paulista, 1970.

- PELA instrução. *O Estado de S. Paulo*, p. 16, 9, abr. 1938.
- PENA, J.B. Damasco. Contribuições ao estudo dos testes A. B. C. *Educação*, São Paulo. v.11.n.12.p.75-80.dez. 1932.
- PENTEADO, Renato de Arruda. O ensino de arithmetica. *Revista de Educação*, São Paulo.v.19/20.n.19/20.p.68-71.set/dez.1937.
- PEREIRA-JUNIOR, Melquiades. Fatores do retardamento da vitória completa da escola nova. *Revista de Educação*, São Paulo. v.5.n.5.p.156-159. Mar.1934.
- PINTO, Norberto de Souza. Educação dos anormais e dos débeis mentaes. *Revista de Educação*, São Paulo. v.7/8.n.11/12.p.30-31.set/dez.1935.
- PRIMEIRO congresso catholico de educação. *Revista de Educação*. São Paulo. v.8.n.8.p.333-343.dez.1934.
- PROJECTOS de programa mínimo para o curso primário. *Revista de Educação*. São Paulo.v.7.n.?.p.173-184.set.1934.
- PSICOLOGIA da adolescência. *O Estado de S. Paulo*, p. 8, 4, abr. 1959.
- RAIMO, Maria Antonieta. A escola de trabalho. *Revista de Educação*, São Paulo. v.29.n.30/39.p.35-39.mar/junh.1943.
- RAMOS, Márcia Elisa Teté. *História da educação pelas revistas Periódicas* . In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23.,2005,Londrina. Anais eletrônicos...Marília: ANPUH, 2005.p-p.
- REIS,Viviane Cássia Teixeira. *A história da Didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira-Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)*.2015.221 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília,2015.
- REIS, Karina Cássia Oliveira Reis. *Bibliografia de e sobre Benedicto Maria Tolosa ([197-]-1940): estudo introdutório*.82f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências Marília, 2015.
- REIS, Karina Cássia Oliveira Reis. *Bibliografia de e sobre Revistas Educação (1932-1961): um instrumento de pesquisa*, 2016.
- RICO, Aurora Vicente. Problemas dos problemas. *Revista de Educação*, São Paulo.v.?.n.67.p.53-92.1961.
- RIOS, Fernando. O ensino no primeiro anno escolar. *Revista de Educação*, São Paulo.v. 17/18.n.17/18.p.3-7.mar/junh.1937.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque; MORAES, Dislaine Zerbinatti. A representação sobre o magistério rural na revista *Educação* de São Paulo (1929-1945). *Revista Brasileira de História da Educação SBHE Sociedade Brasileira de Educação*. v.8.n.3[18],2015.

SANTOS, Máximo de Moura. O método analítico. *Revista de Educação*, São Paulo,v.23/24.n.23/24.p.14-18.set/dez/mar/junh.1939.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33 ed. Campinas: Autores Associados, 2000a.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008b.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008c.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *Geminal Marxismo em Debate*,v.2.n.1, 2015d.

SECRETARIAS do Estado. *O Estado de S. Paulo*, p. 4, 21, fev.1930.

SIQUEIRA, Eulália Alves. Testes de rendimento escolar. *Revista de Educação*, São Paulo.v.21/22.n.21/22.p.76-82.mar/junh.1938.

SOUZA, Rosângela Ferreira. *Vínculos do feminino: puericultura e questões de gênero*. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2.,2002, Natal-RN. Anais... Campinas: Autores Associados, 2002.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Maringá-PR, v.14.n.14, p.61-88, 2000.

TOLEDO, Adalivia. Escola Nova - - O seu objetivo. *Revista de Educação*, São Paulo.v.4.n.4.p.72-83.dez.1933.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O manual didático “Práticas escolares”: um estudo sobre mudanças e permanências nas prescrições para a prática pedagógica. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. n. 17.p.13-40, mai/ago, 2008.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para sociedade. *Cadernos Cedes*, Campinas,v.20.n.52.,nov.,2000.

VARIAS notícias. *O Estado de S. Paulo*, p. 8, 10, nov. 1929.

VICENTINI, Paula Perin; GALEGO, Rita de Cássia. *Um, dois ou três turnos? Os embates acerca da redução do tempo diário de aula e a configuração do ensino primário paulista (1908-1932)*.In. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, Uberlândia-MG, Anais eletrônicos... Porto-Portugal: COLUBHE, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves; CAMARGO, Marilena Jorges Guedes de. A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v.73.n.175, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTEZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro- RJ, v. n.8,p.13-30,mai/jun/jul/ago.1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. "Escola nova e processo educativo". In: LOPES, Eliane marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Farias; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.p. 497-517.

VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto. *A disseminação da deficiência mental no campo da educação : a revista Educação*. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006a.

VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto. *O deficiente mental nos artigos da revista educação (1927-1946)*. In. CONGRESSO LUSO – BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2006 b, p 2997-3007.

VIÑAO, António. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v.8.n.3[18], 2008.

VOLLET, Bruno. As classes selectivas do 1º grau e os testes A. B. C. *Revista de Educação*, São Paulo. v.9/10.n.9/10.p.85-92.mar/junh.193

APÊNDICE PRIMEIRO

KARINA CÁSSIA OLIVEIRA REIS

BIBLIOGRAFIA DE E SOBRE REVISTAS EDUCAÇÃO (1931-1961): UM INSTRUMENTO DE PESQUISA.

**Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Mestrado em Educação
2017**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	135
Bibliografia de as Revistas Educação	137
1.1 Bibliografia de Revistas Educação entre 1931 e 1961	137
1.1.1 Artigos na Revista <i>Educação</i> , em 1932	137
1.1.2 Artigo na <i>Revista de Educação</i> , em 1933	138
1.1.3 Artigos na Revista de Educação, em 1934	138
1.1.4 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1935	138
1.1.5 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1936	139
1.1.6 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1937	139
1.1.7 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1938	139
1.1.8 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1939	140
1.1.9 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1940	140
1.1.10 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1943	140
1.1.11 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1944	140
1.1.12 Artigo na Revista <i>Educação</i> , em 1946	140
1.1.13 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1951	140
1.1.14 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1952	141
1.1.15 Artigo na <i>Revista de Educação</i> , em 1961	141
Bibliografia sobre as Revistas Educação	141
2.1. Menções e/ou citações em livros:	141
2.2 Menções e/ou citações em teses de doutorado	142
2.3 Menções e/ou citações em dissertações de mestrado	142
2.4 Menções e/ou citações em artigos de revistas	143
2.5 Menções e/ou citações em anais de evento	143
Instituições, acervos, bases de dados on-line e sites consultados	144
Bases de dados disponíveis on-line e sites da internet	145

APRESENTAÇÃO

Este instrumento de pesquisa resulta de atividades que desenvolvia entre março de 2016 e agosto de 2016, desde o meu ingresso nos Grupos de Pesquisa: GP-Formação do Educador; e o Grupos de Estudos e Pesquisas HiDEA-Brasil-História das Disciplinas Escolares e Acadêmicas no Brasil, ambos coordenados pela Dr^a. Rosane Michelli de Castro.

Com o objetivo de: identificar, reunir, sistematizar e analisar aspectos dos artigos das Revistas: *Educação* (1931-1932); *Revista de Educação* (1933-1944); e *Educação* (1945-1961) como fóruns para as discussões sobre Didática como campo de conhecimento e disciplina na formação de professores, entre 1931 a 1961. Serão analisados nesta dissertação 48 artigos reunidos dessas Revistas. Apresento, neste instrumento de pesquisa, a relação de referências de textos escritos pelos colaboradores das Revistas *Educação*, entre 1931 e 1961, e referências de textos de outros autores que estudam e/ou mencionam aspectos das Revistas e/ou citação de textos das Revistas *Educação*.

Para a elaboração do instrumento de pesquisa utilizei os procedimentos de: identificação, reunião, sistematização e análise de aspectos em relação aos artigos das Revistas *Educação*. Primeiramente, identifiquei e reuni referências de textos *de* e *sobre* as Revistas *Educação* em acervos, bases de dados e *sites* da internet, logo após, sistematizei e analisei essas referências de textos em seções, por tipo de texto.

Os termos de buscas utilizados foram os seguintes: Revista *Educação*; Revista *Escola Nova*; *Revista de Educação*; e, Revista *Educação* e a Didática; utilizei essas palavras para identificar referências de textos escritos pelos colaboradores de artigos das Revistas e referências de textos de outros autores que estudam e/ou mencionam aspectos da Revista *Educação* e/ou citação de textos seus.

Os textos escritos pelos colaboradores de artigos das Revistas *Educação*, entre 1931 e 1961, foram encontrados, primeiramente, no Repositório da Universidade Federal de Santa Catarina, depois, no acervo e no instituto, ambos situados em São Paulo: Instituto de Estudos Educacionais “Sud Menucci” e na Biblioteca do Livro Didático (BLD) e nos bancos de dados disponíveis na internet. Os textos escritos pelos colaboradores de artigos das Revistas *Educação* encontram-se na seção intitulada “Bibliografia *de* as Revistas *Educação*” e os textos que fazem menções as Revistas

Educação encontram-se na seção intitulada “Bibliografia sobre as Revistas *Educação*”, deste instrumento de pesquisa.

Com relação às referências de textos localizadas, elaborei-as de acordo com o documento Norma Brasileira de Referências (NBR)- 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por fim, a elaboração deste instrumento de pesquisa foi primordial para que eu pudesse visualizar os possíveis documentos que foram utilizados nesta pesquisa que desenvolvi, sob a orientação da Dr^a. Rosane Michelli de Castro, tendo em vista que esta revisão bibliográfica, sobre os escritos *de* as Revistas *Educação* e *sobre* menções as Revistas, possibilitou-me constatar que não há um estudo pontual sobre qual o papel que possuiu as Revistas *Educação* (1931-1961) na condição de fórum de discussão *sobre e de* Didática.

A primeira seção, “Bibliografia *de* as Revistas *Educação*”, está dividida em 15 subseções, de acordo com o ano de publicação de cada artigo. Foram reunidas 48 referências de textos *de* as Revistas *Educação*. Os títulos das subseções e a quantidade de referências em cada uma delas são a seguinte: artigos na Revista *Educação*, em 1932, 7; artigos na *Revista de Educação*, em 1933,3; artigos na *Revista de Educação*, em 1934,7; artigos na *Revista de Educação*, em 1935,6; artigos na *Revista de Educação*, em 1936,5; artigos na *Revista de Educação*, em 1937, 2; artigos na *Revista de Educação*, em 1938,2; artigos na *revista de Educação*, em 1939,3; artigos na *Revista de Educação*, em 1940, 1; artigos na *Revista de Educação*, em 1943,2; artigos na *Revista de Educação*, em 1944,4; artigos na *Revista Educação*, em 1946,1; artigos na *Revista de Educação*, em 1951,2; artigos na *Revista de Educação*, em 1952,2; e, por fim, artigos na *Revista de Educação*, em 1961,1.

A segunda seção, “Bibliografia *sobre* as Revistas *Educação*”, está dividida em 5 subseções de textos que contêm menções e/ou citações das Revistas. Foram reunidas 27 referências de textos que estão sistematizados em: menções e/ou citações em livro, 2; menções e/ou citações em teses, 4; menções e/ou citações em dissertações, 6; menções e/ ou citações em artigos,5; menções e/ou citações em textos completos em anais de evento,10.

Após a apresentação das referências de textos que integram o instrumento de pesquisa, apresento a relação de instituições, acervos, bases de dados e *sites* consultados que me possibilitaram ter acesso à produção das Revistas *Educação*, entre 1931 e 1961, e que foram indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Bibliografia de as Revistas Educação

No Quadro 1, apresento, com base no instrumento de pesquisa elaborado, as duas seções do documento *Bibliografia de as Revistas Educação*, que contém 48 referências de textos escritos pelos colaboradores das Revistas *Educação*, por tipo de texto.

QUADRO 1 . Quantidade de referências de textos de Revistas Educação entre 1931 e 1961 , por subseção:

Subseção	Total por subseção
1.1 Bibliografia de Revistas Educação	-
1. 1.1 Artigos na Revista <i>Educação</i> , em 1932.	7
1.1.2 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1933	3
1.1.3 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1934	7
1.1.4 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1935	6
1.1.5 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1936	5
1.1.6 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1937	2
1.1.7 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1938	2
1.1.8 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1939	3
1.1.9 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1940	1
1.1.10 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , 1943	2
1.1.11 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1944	4
1.1.12 Artigos na <i>Revista Educação</i> , em 1946	1
1.1.13 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1951	2
1.1.14 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1952	2
1.1.15 Artigos na <i>Revista de Educação</i> , em 1961	1
Total	48

1.1 Bibliografia de Revistas Educação entre 1931 e 1961

1.1.1 Artigos na Revista *Educação*, em 1932

ANDRADE, Clotilde Castilho. Geometria. *Educação*, São Paulo. v.5.n.10/11.p.216-217.out/nov.1932.

CAMPOS, José Ferraz. Das frações dobrando e rasgando papel. *Educação*, São Paulo. v. 6.n.1/2 e 3.p.63-73. jan/fev/març.1932.

EM CLASSE (parte escolar). *Educação*, São Paulo.v.4.n.1 e 2.p.74-111.ago/set.1932.

ESCOBAR, José Ribeiro. Demonstrações por syllogismos. *Educação*, São Paulo.v.5.n.10 e 11.p.81-108.out/nov.1932.

GALLINA-JUNIOR, Luiz. Escalas. *Educação*, São Paulo. v.8.n.6/7.p.147-160. junh/julh.1932.

OLIVEIRA, Ataliba. Como ensinar algarismos romanos. *Educação*, São Paulo.v.7.n.4/5.p.35-43.abr/mai. 1932.

PENA, J.B. Damasco. Contribuições ao estudo dos testes A. B. C.*Educação*, São Paulo. v.11.n.12.p.75-80.dez. 1932.

1.1.2 Artigo na Revista de Educação, em 1933

ESCOBAR, José Ribeiro. O programa de Didática. *Revista de Educação*, São Paulo. v.2.n.2.p.89-104.junh.1933.

PASTOR, Raimundo. A escola Ativa. *Revista de Educação*, São Paulo. v.3.n.3.p.26-35. set.1933.

TOLEDO, ADALIVIA. Escola Nova - - O seu objetivo. *Revista de Educação*, São Paulo.v.4.n.4.p.72-83.dez.1933.

1.1.3 Artigos na Revista de Educação, em 1934

ANTUNES, Francisco. Longicidades. *Revista de Educação*, São Paulo.v.6.n.6.p.171-179.junh.1934.

BUSCH, Reinaldo Kuntz. Aulas Ativas. *Revista de Educação*, São Paulo.v.6.n.6.p.180-185.jun.1934.

JARDIM, Renato. Sobre a didactica do calculo. *Revista de Educação*, São Paulo. v.7.n.?.p.6-13.set.1934.

MORAIS, Benedito Candido. Noções educativas de modelagem. *Revista Educação*, São Paulo. v.5.n.5.p.146-170.març.1934.

PEREIRA-JUNIOR, Melquiades. Fatores do retardamento da vitória completa da escola nova. *Revista de Educação*, São Paulo. v.5.n.5.p.156-159. Mar.1934.

PRIMEIRO congresso catholico de educação. *Revista de Educação*. São Paulo. v.8.n.8.p.333-343.dez.1934.

PROJECTOS de programa mínimo para o curso primário. *Revista de Educação*. São Paulo.v.7.n.?.p.173-184.set.1934.

1.1.4 Artigos na Revista de Educação, em 1935

DUTRA, Antonio de Padua. O desenho infantil e sua evolução. *Revista de Educação*, São Paulo.v.7/8.n.11/12.p.75-84.set/dez.1935.

MORAES, Benedicto Candido. Noções educativas de modelagem. *Revista de Educação*, São Paulo.v.7/8.n.11/12.p.76-102.set/dez.1935.

MORAES, Benedicto Candido. Noções educativas de modelagem. *Revista de Educação*, São Paulo.v.9/10.n.9/10.p.118-131.mar/junh.1935.

MOURA, Abner. Do desenho infantil. *Revista de Educação*.v.4/5.n.9/10.p.219-220.març/junh.1934.

PINTO, Norberto de Souza. Educação dos anormais e dos débeis mentaes. *Revista de Educação*, São Paulo. v.7/8.n.11/12.p.30-31.set/dez.1935.

VOLLET, Bruno. As classes selectivas do 1º grau e os testes A. B. C. *Revista de Educação*, São Paulo. v.9/10.n.9/10.p.85-92.mar/junh.1935.

1.1.5 Artigos na *Revista de Educação*, em 1936

BARRETO, Hortencia Pereira. Educação pré-escolar.*Revista de Educação*, São Paulo.v.13/14.n.13/14.p.43-52.março/junh.1936.

BRISOLLA, Francisco Alves. Reprovação – sua origem e causas. *Revista de Educação*, São Paulo.v.13/14.n.13/13.p.115-120.mar/junh.1936.

FERRAZ, Anna Nogueira; BOLLIGER, Olga. Organização de classes selecionadas e aplicação dos testes A.B.C. *Revista de Educação*, São Paulo. v.15/16.n.15/16.p.52-55.set/dez.1936.

FLEURY, Luiz Gonzaga. O ensino da taboada no 2º anno. *Revista de Educação*, São Paulo.v.13/14.n.13/14.p.39-42.mar/junh.1936.

OLIVEIRA, João Alfredo de Souza. Arithmetica. *Revista de Educação*, São Paulo. v.15/16.n.15/16.p.47-51.set/dez.1936.

1.1.6 Artigos na *Revista de Educação*, em 1937

RIOS, Fernando. O ensino no primeiro anno escolar. *Revista de Educação*, São Paulo.v.17/18.n.17/18.p.3-7.mar/junh.1937.

PENTEADO, Renato de Arruda. O ensino de arithmetica. *Revista de Educação*, São Paulo.v.19/20.n.19/20.p.68-71.set/dez.1937.

1.1.7 Artigos na *Revista de Educação*, em 1938

QUEIROZ, Francisca de Silveira. A decadência do ensino secundário. *Revista de Educação*, São Paulo.v.21/22.n.21/22.p.57.mar/junh.1938.

SIQUEIRA, Eulália Alves. Testes de rendimento escolar. *Revista de Educação*, São Paulo.v.21/22.n.21/22.p.76-82.mar/junh.1938.

1.1.8 Artigos na *Revista de Educação*, em 1939

LEITE, Francisco de Aquino. O ensino da leitura e o método analítico. *Revista de Educação*, São Paulo. v.25/26.n.25/26.p.51-56.set/dez.1939.

FLEURY, Luiz Gonzaga. Os métodos de projetos e os métodos tradicionais- Programa e horários. *Revista de Educação*, São Paulo. v.27.n.27/28.p.25-64.set/dez.1939.

SANTOS, Máximo de Moura. O método analítico. *Revista de Educação*, São Paulo, v.23/24.n.23/24.p.14-18.set/dez/mar/junh.1939.

1.1.9 Artigos na *Revista de Educação*, em 1940

CALDEIRA, Benedito. Didática do Cálculo. *Revista de Educação*, São Paulo. v.28.n.?.p.40-50.mar/junh/set/dez.1940.

1.1.10 Artigos na *Revista de Educação*, em 1943

ABS, Urbana. O desenho como fator educativo nas escolas primárias. *Revista de Educação*, São Paulo. v.30.n.40/41.p.70-72.junh/dez.1943.

RAIMO, Maria Antonieta. A escola de trabalho. *Revista de Educação*, São Paulo. v.29.n.30/39.p.35-39.mar/junh.1943.

1.1.11 Artigos na *Revista de Educação*, em 1944

ALVES, Maria Cardoso. Como selecionar os problemas de aritmética para a escola primária. *Educação*, São Paulo. v.31.n.?.p.142-144.jan/junh.1944.

D`AVILA, Antonio. Exercícios para aguçar o raciocínio infantil. *Educação*, São Paulo. v.31.n.?.p.170-176.jan/junh.1944.

LOURENÇO, Maria Aurora. A aritmética na escola primária. *Educação*, São Paulo. v. v.31.n.?.p.142-144.jan/junh.1944.

MOURÃO, Maria Aparecida Alves. Disciplina escolar. *Educação*, São Paulo. v.31.n.?.p.145.jan/junh.1944.

1.1.12 Artigo na *Revista Educação*, em 1946

MATOS, Anésia Martins. O ensino de aritmética. *Educação*, São Paulo. v.35.n.50/59.p.118-123.jan/dez.1946.

1.1.13 Artigos na *Revista de Educação*, em 1951

ARCHERO-JUNIOR, Aquiles. Metodologia do Cálculo. *Revista de Educação*, São Paulo. v.37.n.60/61.p.25-32.set/dez.1951.

MACHADO, Gilberto Pereira. O sistema Montessori. *Revista de Educação*, São Paulo. v.37.n.60/61.p.15-17.set/dez.1951.

1.1.14 Artigos na *Revista de Educação*, em 1952

BERNARDI, Francisco. Trabalhos manuais como necessidade do ensino. *Revista de Educação*, São Paulo. v.38.n.55-58.p.29-37.mar/dez.1952.

LOURENÇÃO, Odette. A criança excepcional. *Revista de Educação*, São Paulo.v.38.n.62-65.p.21-27.mar/dez.1952.

1.1.15 Artigo na *Revista de Educação*, em 1961

RICO, Aurora Vicente. Problemas dos problemas. *Revista de Educação*, São Paulo.v.?.n.67.p.53-92.1961.

Bibliografia sobre as Revistas Educação

No quadro 2, apresento, com base no instrumento de pesquisa elaborado, as subseções do documento *Bibliografia sobre as Revistas Educação*, que contém 27 referências de textos com menções as Revistas *Educação* e seus respectivos artigos.

Quadro 2: Quantidade de referências de textos sobre as Revistas Educação, por subseção:

Menções e/ou citações sobre as Revistas Educação	Total por subseção
2.Bibliografia sobre as Revistas Educação	-
2.1 Menções e/ou citações em livros	2
2.2 Menções e/ou citações em teses de doutorado	4
2.3 Menções e/ou citações em dissertações de mestrado	6
2.4 Menções e/ ou citações em artigos de revista	5
2.5 Menções e/ou citações em anais de evento	10
TOTAL	27

2.1. Menções e/ou citações em livros:

CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia -luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

2.2 Menções e/ou citações em teses de doutorado

ABRAS Maria Cecília de Medeiros. *Lendo no Jornal Stella Moris (1938-1945) as marcas de formação das professoras em uma escola normal católica de Minas Gerais*. 2010.127 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

INOUE, Leila Maria. *Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)*. 2015. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *A alfabetização na imprensa Periódica educacional paulista (1927-1943)*. 2007. 240 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

ORIANI, Angélica Pall. *A célula viva do bom aparelho escolar: expansão das escolas isoladas pelo estado de São Paulo (1917-1945)*. 2015. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

2.3 Menções e/ou citações em dissertações de mestrado

FRANKFURT, Sandra Herszkowick. *As Práticas das festas escolares na escola normal de Pirassununga*. 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. *Útil e agradável: a revista de Educação (1934-1937) remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

REIS, Viviane Cássia Teixeira. *A história da Didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira-Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)*. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

SILVA, Maria Lúcia Marquez Cruz. *Revista Litteraria do gabinete de leitura de Maroin (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe*. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2006.

TEVISAN, Thabatha Aline. *A pedagogia por meio de Pedagogia: Teoria e Prática (1954), de Antônio D`Ávila*. 2007.165 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista,2007.

VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto. *A disseminação da deficiência mental no campo da educação* : a revista *Educação*. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

2.4 Menções e/ou citações em artigos de revistas

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia-MG, v.10,n.20,p.115-130,1996.

CELESTE-FILHO, Macioniro. Intelectuais brasileiros em disputa pela Escola Nova na década de 1930. *Historia y Espacio*. v. ?.n.40,p.75-109,2013.

PINTO, Adriana Aparecida. Contribuições da imprensa periódica especializada para os estudos em história da educação: a revista *A Eschola Publica* e as disputas pela hegemonia do campo educacional paulista. *Fronteiras: Revista de Educação*, Minas Gerais,v.10.n.18,p.95-118,2008.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques. Brasil 1930 – 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v.?,n.22,p.131-149,2006.

SILVA, Vivian Batista. Uma história das leituras para professores análise da circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas,v.3.n.2,p-p,2003.

2.5 Menções e/ou citações em anais de evento

DIAS, Enéias Borges. *Revista Escola Nova (1930-1931): um estudo sobre tecnicismo e educação*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9.,2009. Campinas/SP. Anais... Campinas: HISTEDBR, 2009.p-p.

MONARCHA, Carlos. *Revistas de educação e ensino. São Paulo (1892-1944)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.,2004, Paraná-PR. Anais...Campinas: Autores Associados,2004.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *Formando, divulgando e educação: uma década de imprensa periódica em São Paulo*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE e EDUCAÇÃO NO BRASIL, 5., 2001, Campinas. Anais... Campinas: HISTEDBR, 2001.

PINTO, Adriana Aparecida. *A eschola pública - uma análise pedagógica paulista no período republicano*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA

EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. Anais...Campinas: Autores Associados, 2000. p.151-153.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. *História da educação pelas revistas Periódicas*. In. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23.,2005,Londrina. Anais eletrônicos...Marília: ANPUH, 2005.p-p.

SANTOS, Fernando Henrique Tisque; MORAES, Dislane Zerbinatti. *As representações sobre o magistério rural na revista Educação de São Paulo – (1929-1945)*. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8.,2015, Maringá. Anais...Campinas: Autores Associados, 2015.

SPÍNDOLA, Rita de Cássia Souza; DAVID, Alessandra. *Os escritos de Anísio Teixeira no periódico Escola Nova (1930)*.In. ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SULDESTE,11.,2014. São Paulo/SP. Anais eletrônicos... São João Del Rei: ANPED,2014.p-p.

SOUZA, Rosangela Ferreira. *Vínculo do feminismo: puericultura e questões de gênero (1927-1961)*. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. Anais... Campinas: Autores Associados, 2002.

VICETINI, Paula Perin; GALLEGOS, Rita de Cássia. *Um, dois ou três turnos? Os embates acerca da redução do tempo diário de aula e a configuração do ensino primário paulista*. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO,6.,2006,Uberlândia-MG. Anais...Portugal:COLUBHE,2006.

VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto. *O deficiente mental nos artigos da revista educação (1927-1946)*. In. CONGRESSO LUSO – BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2006,p 2997-3007.

Instituições, acervos, bases de dados on-line e sites consultados

Acervos físicos em

- **Marília-SP**

Acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 377 – Campus Universitário – Caixa postal 181 – Marília/SP – CEP: 17525-90

Home page: <http://www.marilia.unesp.br/#!/biblioteca/biblioteca-digital/>

- **São Paulo**

Acervo Biblioteca Infantil “Monteiro Lobato”.

Endereço: Rua General Jardim, 485. Bairro: Vila Buarque. CEP: 01223-011. São Paulo/SP.

Home Page: <http://www.prefeitura.sp.gov/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/>

Responsável: Azilde Andreotti.

Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo

Endereço: Voluntários da Pátria, 596. Bairro: Santana. CEP: 02010-000. São Paulo/SP.

Home Page: www.arquivoestado.sp.gov.br

Telefone: (11) 2089- 8100

Responsável: Izaias José de Santana.

Acervo Instituto de Estudos Educacionais “ Sud Mennucci”.

Endereço: Rua Joaquim Távora, 756. Bairro: Vila Mariana. CEP: 04015-002

e-mail: intituto@cpp.org.br

Telefone: (11) 5539-5348.

Responsável: Aurora Fioretti Novaes.

Acervo Biblioteca do Livro Didático (BLD) e Coleções Especiais. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/ USP.

Endereço: Avenida Universidade, 308. Bairro: Butantã. CEP:05508-040.

e-mail: comunic@fe.usp.br

Telefone: (11) 3091-3433

Responsável: Maria José Paiva Fagundes.

Bases de dados disponíveis on-line e sites da internet:

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Educação da Universidade São Paulo (USP).

Disponível em: <http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/biblio.htm>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP) do Ministério da Educação (MEC).

Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/>

Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Disponível em: <http://www.scielo.br/>

Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo (USP).

Disponível em: <http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/USP/USP/DEDALUS/STARTA>.

Projeto “Memória da Cartilha” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria/index1.html>.

Centro de Referência em Educação “Mário Covas” (CRE)- Núcleo de memória da Educação paulista.

Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/>.

Catálogo da Biblioteca Circula.

Disponível em: <http://bibliotecacircula.prefeitura.sp.gov.br>.

Base de Dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Disponível em: <http://www.parthenon.biblioteca.unesp.br>.

Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/Teses>.

Portal Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>

Banco de Teses e Dissertações da USP.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br>

Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES) – da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE-USP.

Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/>

Bases de Dados do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Campinas (Unicamp).

Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br>

Acervo *on-line* do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>.

Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da (USP).

Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br>

Biblioteca Digital da Unicamp (LIBDIGI).

Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/>

Catálogos da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Disponível em: <http://catalogos.bn.br/>

Biblioteca Nacional Digital do Brasil (BN).
Disponível em: <http://www.bn.br/bndigital/>

Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP).
Seção “A faculdade – História”
Disponível em: <http://www.direito.usp.br/>

Bancos de Dados Bibliográficos da USP – Universidade de São Paulo.
Disponível em: <http://dedalus.usp.br>

Site Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CPDOC).
Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_jardim.html

Site de Busca “Google”.
Disponível em: <http://www.google.com.br>

Site de Busca “Google Acadêmico”.
Disponível em: <http://scholar.google.com.br/>

Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm.

Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC).
Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>

Sistema Eletrônico de Editorial de Revista (UFU).
Disponível em: <http://seer.ufu.com.br>

Projeto Memória da Leitura (UNICAMP)